



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 181 - TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
 Mão Santa - (PSC-PI) ⁷
4ª SECRETÁRIA
 Patrícia Saboya - (PDT-CE) ⁶
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - César Borges - (PR-BA)
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

<p align="center">Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior </p> <p align="center">Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha ⁽⁴⁾ Neuto De Conto</p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella </p> <p align="center">Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns ⁽³⁾</p> <p align="center">Líder do PR - 3 João Ribeiro</p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM ⁽¹⁾ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana </p> <p align="center">Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p align="center">Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos ⁽²⁾ Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>
<p align="center">PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p align="center">PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p> <p align="center">PV - 1 Líder Marina Silva - PV</p>	<p align="center">Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p align="center">PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT</p>	<p align="center">PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC</p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

EXPEDIENTE

<p align="center">Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 211ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Realização, amanhã, às 10 horas, de sessão especial do Senado Federal em homenagem à memória do professor Hélio Gracie, nos termos dos Requerimentos nºs 80 e 991, de 2009, do Senador Arthur Virgílio e outros senhores senadores. 59420

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2009. 59420

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006. 59420

Dedicação do tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã ao Dia Nacional dos Ostomizados, nos termos do Requerimento nº 1.274, de 2009, do Senador Flávio Arns e outros senhores senadores. 59420

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 334, de 2004, e 116, de 2005. 59420

Recebimento do Aviso nº 67, de 2009 (nº 1.529/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.565, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente aos recursos de reconsideração contra o Acórdão nº 1.070/2007, prolatado no processo de tomada de contas especial decorrente da conversão do Relatório de Levantamento de Auditoria no Projeto de Irrigação Jacarecica II, em Itabaiana, Sergipe (TC 675.137/1998-5). 59420

Deferimentos, nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009, dos Requerimentos nºs 1.333, 1.349, 1.440, 1.442, 1.445, e 1.453, de 2009. 59420

1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 285, de 2009 (nº 3.005/2008, na Casa de origem, do Deputado

Regis de Oliveira), que dá nova redação ao art. 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a contratação do serviço de inspeção de segurança veicular mediante processo de licitação pública, estabelecendo um número de instituições técnicas por região, calculado com base na frota de veículo a ser inspecionada. 59422

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei da Câmara nº 285, de 2009, cabendo à referida Comissão apreciá-lo terminativamente. 59428

1.2.4 – Pareceres

Nº 2.072, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009 (nº 1.815/2007, na Cada de origem, do Deputado Júlio Delgado), que altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos..... 59428

Nºs 2.073 e 2.074, de 2009, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo. 59434

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, e o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 89 e 92, de 2009, de 3 do corrente, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)..... 59450

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 1.517, de 2009, der autoria do Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao militar e escritor Jurandir de Souza Macedo. 59451

1.2.7 – Avisos do Presidente Tribunal de Contas da União

Nº 1.598, de 2009, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.642, de 2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Relatório de Fiscalização Operacional no IBGE, com o objetivo de levantar os procedimentos usados pelo IBGE para apuração dos dados populacionais e de renda **per capita**, bem como do tratamento dado às constatações apresentadas pelos municípios (TC 004.694/2009-1). 59451

Nº 1.621, de 2009, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.677, de 2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à irregularidades nas obras de construção de um Conjunto Habitacional na Vila do Mucajá, com infraestrutura urbana completa, em Macapá/AP, financiado na maior parte com recursos da União e integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (TC 009.808/2008-9). 59451

Nº 1.622, de 2009, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.639, de 2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes a pedido de reexame interposto por Raival de Oliveira Sales (Presidente da Comissão de Licitação), e outros contra o Acórdão 2.437/2008 – TCU – Plenário, ratificado pelo Acórdão 56/2009, que negou provimento aos embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) referente ao levantamento de auditoria realizada em obras destinadas à modernização e adequação da produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada no Estado do Paraná (TC 006.515/2006-7). 59451

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários sobre as eleições para Prefeito e Vice, no município de Feijó, no Acre, no próximo domingo. 59451

SENADOR PAULO PAIM – Agradecimentos aos Deputados Distritais pela concessão do título de Cidadão honorário de Brasília. Lançamento do livro “Todo Poder que Emana do Povo”, de autoria de S. Ex^a, na 55^a Feira do Livro em Porto Alegre. Registro da realização, no próximo dia 19, da cerimônia de premiação do 2º Concurso de Redação do Senado Federal. Apelo para que seja apreciado, pelo Plenário do Senado Federal, o projeto que trata sobre o Estatuto de Igualdade Racial. 59453

SENADOR NEUTO DE CONTO – Cumprimentos ao Governo de Santa Catarina pelas obras de infraestrutura que estão sendo realizadas naque-

le Estado. Participação de S. Ex^a na abertura dos Jogos Abertos de Santa Catarina, em Chapecó. . 59457

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Importância da participação das mulheres na mitigação dos impactos das mudanças climáticas, salientando as condições dos povos ribeirinhos da Região Amazônica. Registro da entrega, pelo Presidente Lula, na quinta-feira passada, dos primeiros títulos de regularização fundiária da Amazônia. Considerações sobre a proposta que o Brasil apresentará na COP-15, em Copenhague. 59458

SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas ao projeto que trata da reforma administrativa do Senado Federal, proposto pela Fundação Getúlio Vargas. 59460

SENADOR ALVARO DIAS – Reflexões sobre as causas e conseqüências do apagão energético, ocorrido no país na última semana. 59463

SENADOR VALDIR RAUPP – Registro da realização de prévias, pelo PMDB de Rondônia, no último sábado, para escolha do candidato à próxima eleição estadual. Referências à reportagem publicada pelo jornal **Gazeta Mercantil** sobre o financiamento do agronegócio no Brasil. 59467

SENADOR TIÃO VIANA – Preocupação com a decisão tomada pelos governos dos Estados Unidos, China e de outros países que, reunidos em Cingapura, no Fórum de Cooperação Econômica, intitulado *Asia Pacific (Apec)*, decidiram adiar o acordo sobre as metas para o corte de emissões de gases de efeito estufa. 59469

SENADOR PEDRO SIMON – Referência à proposta firmada pelos Presidentes do Brasil e da França a ser levada para Copenhague, na qual ambos os países se comprometem em cortar 30% na emissão de gases causadores do efeito estufa. Lamento pelo fato de os países da região Ásia-Pacífico, incluindo os Estados Unidos da América, não terem firmado um compromisso para a proteção ambiental a ser debatida na Conferência sobre o Clima. Comentários sobre notícia intitulada “TCU pode virar fiscal de obra pronta”, publicada no jornal **O Globo**. 59471

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento de voto de aplauso ao militar e escritor Jurandir de Souza Macedo. Denúncia de golpes de empréstimo consignado que estariam sendo aplicados em diversos aposentados e pensionistas, conforme reportagem do Programa Fantástico exibida no último domingo. Preocupação com a proteção dos manguezais na região amazônica. Registro da matéria intitulada “Manguezais: as florestas da Amazônia”, publicada no **Diário do Grande ABC**. Leitura do artigo do jornalista Ricardo Noblat, de hoje, intitulado “Apagou geral”. 59476

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Importância da decisão a ser proferida na próxima quarta-feira, pelo Supremo Tribunal Federal, sobre a extradição ou não do Sr. Cesare Battisti. 59481

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Comentários sobre artigo da jornalista Adriana Vandoni, intitulado “Por falar em liberdade de expressão...”. 59487

SENADOR *SADI CASSOL* – Registro de participação de S. Ex^a no 1º Fórum Internacional de Ouvidoria Pública, ressaltando as atividades de diversas ouvidorias nos três níveis de governo. 59491

1.2.9 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ACIR GURGACZ* – Satisfação pela promulgação da PEC nº 60/2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide. 59493

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 17, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 59494

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO DE ATA ANTERIOR

Ata da 210ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de novembro de 2009 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente. 59507

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – Ato do Presidente

Nº 438, de 2009. 59508

4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

4.1 – Ofício nº 166/2009, de 16 do corrente, referente ao convênio com o Banco do Brasil S/A. 59514

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS

SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 211ª Sessão Não Deliberativa em 16 de novembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Neuto de Conto, Papaléo Paes, Valdir Raupp e Pedro Simon

(Inicia-se a Sessão às 14 Horas e 27 Minutos, e Encerra-se às 18 Horas e 42 Minutos)

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência lembra às Sr^{as} e Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, em homenagem à memória do professor Hélio Gracie, nos termos dos **Requerimentos nºs 80 e 991, de 2009**, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2009** (nº 279/2007, na Casa de origem, do Deputado Otávio Leite), que *fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006**, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 508 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para reduzir o prazo para a interposição de recursos.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será em atenção ao Dia Nacional dos Ostomizados, de acordo com o **Requerimento nº 1.274, de 2009**, do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2004**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 3º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para determinar a inclusão do número do título de eleitor na carteira de identidade em todo o País; e*
- **Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2005**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta um artigo 15-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (institui o Código de Processo Civil – criação de nova situação de impedimento para atuar em processo judicial)*.

Tendo sido rejeitados em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 67, de 2009** (nº 1.529/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.565, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente aos recursos de reconsideração contra o Acórdão nº 1.070/2007, prolatado no processo de tomada de contas especial decorrente da conversão do Relatório de Levantamento de Auditoria no Projeto de Irrigação Jacarecica II, em Itabaiana, Sergipe (TC 675.137/1998-5).

A matéria, juntada ao processado do **Aviso nº 172, de 2001**, e, em cópia, ao processado do **Requerimento nº 326, de 1998**, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência comunica ao Plenário que foram deferidos, nos termos do **Ato da Mesa nº 2, de 2009**, os seguintes **Requerimentos**:

- **nº 1.333, de 2009**, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, com os de nºs 46 e 361, de 2003, que já se encontram apensados. Deferido o requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
- **nº 1.349, de 2009**, da Senadora Fátima Cleide, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 119, de 2008, e 278, de 2009. Deferido o requerimento, as matérias passam a tramitar com conjunto e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a esta última a decisão terminativa.
- **nº 1.440, de 2009**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que solicita o desapensamento do Projeto de Resolução nº 35, de 2007, dos de nºs 15, de 2003, e 3, de 2007. Deferido o requerimento, o Projeto de Resolução nº 35, de 2007, desapensado das demais matérias, passa a tramitar autonomamente, e retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e posteriormente, à Comissão Diretora. As demais matérias continuam apensadas e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.
- **nº 1.442, de 2009**, da Senadora Ideli Salvatti, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 237, de 2008, e 114, de 2009. Deferido o requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Assuntos Econômicos, e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo a esta última a decisão terminativa.
- **nº 1.445, de 2009**, do Senador Sérgio Guerra, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2009, com o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2003, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2000, e aos Projetos de Lei do Senado nºs 37 e 161, de 2000; 104, de 2002; 158 e 254, de 2003; e 176, de 2008. Deferido o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2009, perde o caráter terminativo. Os Projetos passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos.
- **nº 1.453, de 2009**, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2004, com os de nºs 46 e 361, de 2003; e 330, de 2005. Deferido o requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 285, DE 2009

(nº 3.005/2008, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira)

Dá nova redação ao art. 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a contratação do serviço de inspeção de segurança veicular mediante processo de licitação pública, estabelecendo um número de instituições técnicas por região, calculado com base na frota de veículo a ser inspecionada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 106. No caso de fabricação artesanal, modificação, alteração de veículo ou, ainda, quando ocorrer substituição de equipamento de segurança especificado pelo fabricante, incluindo a recuperação de veículo sinistrado, será exigido, para licenciamento e registro, Certificado de Segurança Veicular - CSV, expedido por instituição técnica, conforme normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito e fiscalizadas pelos Departamentos Estaduais de Trânsito e do Distrito Federal.

§ 1º A inspeção de veículos de fabricação artesanal, modificados, alterados e sinistrados, a que se refere o caput deste artigo, considerada serviço de interesse público, será contratada mediante processo de licitação, realizado pelos Departamentos Estaduais de Trânsito e do Distrito Federal, sob regime de concessão, delimitando a área de atuação das instituições técnicas, em função da quantidade de veículos a serem inspecionados.

§ 2º Fica assegurado aos proprietários das atuais instituições técnicas o direito de dar continuidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ao serviço de inspeção de segurança veicular, nas respectivas regiões, salvo em caso de descumprimento das normas que disciplinam o exercício desta atividade." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.005, DE 2008

Dá nova redação ao art. 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, tomando obrigatória a contratação do serviço de Inspeção de Segurança Veicular mediante processo de licitação pública, estabelecendo um número de instituição técnica por região, calculado com base na frota de veículo a ser inspecionada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 106 - No caso de fabricação artesanal, modificação, alteração de veículo ou, ainda, quando ocorrer substituição de equipamento de segurança especificado pelo fabricante, incluindo a recuperação de veículo sinistrado, será exigido, para licenciamento e registro, Certificado de Segurança Veicular – CSV, expedido por Instituição Técnica, conforme normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito e fiscalizadas pelos Departamentos Estaduais de Trânsito e do Distrito Federal. (NR)

§ 1º - A inspeção de segurança veicular, considerada serviço de interesse público, será contratada mediante processo de licitação, realizado pelos Departamentos Estaduais de Trânsito e do Distrito Federal, sob regime de concessão, delimitando a área de atuação das Instituições Técnicas, em função da quantidade de veículos a serem inspecionados;

§ 2º - Caberá ao INMETRO, como organismo integrante do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, a atividade específica de observar a calibração dos equipamentos e verificar o sistema de qualidade das Instituições Técnicas;

§ 4º - Fica assegurado aos proprietários das atuais Instituições Técnicas o direito de dar continuidade, pelo prazo de cinco anos, ao serviço de Inspeção de Segurança Veicular, nas respectivas regiões, salvo em caso de descumprimento das normas que disciplinam o exercício desta atividade.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo alterar a redação do art. 106, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a contratação do serviço de Inspeção de Segurança Veicular, prestado pelas Instituições Técnicas, mediante processo de licitação pública.

Atualmente, em virtude da inexigibilidade de certame licitatório limitando a área de atuação, as Instituições Técnicas, acreditadas pelo INMETRO, podem se instalar em qualquer localidade do Território Nacional e realizar as inspeções de segurança veicular.

Em virtude desta lacuna legislativa, hoje, existe uma grande concentração de Instituições Técnicas trabalhando na mesma região.

Tal fato está prejudicando a qualidade e seriedade das inspeções realizadas, na medida em que algumas Instituições Técnicas, na disputa de espaço e mercado, aprovam indevidamente veículos com graves problemas constatados na sua estrutura e nos seus equipamentos de segurança.

A concorrência predatória relatada obriga o proprietário do Organismo de Inspeção a "vender" o Certificado de Segurança Veicular – CSV, para sobreviver e evitar que sua empresa entre em processo de falência, circunstância que provocou inúmeros escândalos, amplamente, denunciados pela imprensa.

Os principais prejudicados por essa omissão Estatal são os motoristas, passageiros e pedestres que ficam expostos aos veículos que circulam sem as mínimas condições de tráfego.

Somente para ilustrar, estima-se que **18% das causas dos acidentes de trânsito no Brasil estão relacionadas com as condições do veículo.**

Diante da gravidade do quadro exposto, é necessário adotar medidas, no âmbito do Poder Legislativo, no sentido de **tornar obrigatória a contratação do serviço de inspeção de segurança veicular, mediante processo de licitação pública, sob regime de concessão, para limitar a área de atuação de cada organismo.**

Tal providência restabelecerá a autonomia e independência aos proprietários das Instituições Técnicas, que, despreocupados com a concorrência, poderão realizar minuciosa inspeção e, se for o caso, reprovar os veículos sem condições de tráfego.

É importante salientar que a presente proposta está em consonância com o inciso XXI, art. 37 e 175, da Constituição Federal, que condicionam a prestação de serviço público à prévia realização de licitação.

Artigo 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 175 – Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviço público.

Indiscutivelmente, a atividade de inspeção veicular é considerada como serviço público, porque protege a integridade física dos motoristas, passageiros e pedestres.

Essa atividade se amolda à descrição do art. 6º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Art. 6º - Para os fins desta lei, considera-se:

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

Situação que se enquadra perfeitamente na definição de serviço público formulada pelo mestre Hely Lopes Meirelles:

"Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado".

Da mesma forma, se ajusta ao conceito apresentado por José Cretella Júnior, para quem o serviço público é:

"Toda atividade que o Estado exerce, direta ou indiretamente, para a satisfação das necessidades públicas mediante procedimento típico do direito público".

Oportuno, também, esclarecer que o serviço de inspeção de segurança veicular, por sua natureza, tem que ser **prestado em regime de concessão**, que é o contrato pelo qual a Administração delega a outrem a execução de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, assegurando-lhe a remuneração mediante tarifa paga pelo usuário.

É importante, ainda, informar que **as atribuições de credenciar as Instituições Técnicas interessadas em participar do processo licitatório e de estabelecer o número de Organismos de Inspeção necessário por região foram conferidas ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN**, porque tal atividade está inserida no rol de suas competências, descritas no art. 19, do Código de Trânsito Brasileiro.

Por outro lado, **o INMETRO**, como organismo integrante do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, **ficou apenas com a atribuição específica de observar a calibração dos equipamentos e verificar o sistema de qualidade das Instituições Técnicas**, atividade que se enquadra na sua área de atuação.

A luz de todo exposto, conto com o apoio dos ilustres Pares para aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2008

Deputado Regis de Oliveira

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 106. No caso de fabricação artesanal ou de modificação de veículo ou, ainda, quando ocorrer substituição de equipamento de segurança especificado pelo fabricante, será exigido, para licenciamento e registro, certificado de segurança expedido por instituição técnica credenciada por órgão ou entidade de metrologia legal, conforme norma elaborada pelo CONTRAN.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno, o Projeto que acaba de ser lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderá receber emendas pelo prazo

de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER **Nº 2.072, DE 2009**

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009, (nº 1.815/2007, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 146, de 2009, que altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.815, de 2007, na Casa de origem.

O PLC nº 146, de 2009, objetiva especificar mais claramente as exigências técnicas dispostas na Lei nº 11.337, de 2006, que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

A proposição é estruturada sob a forma de dois artigos. O primeiro deles impõe que o art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, passe a vigorar com nova redação, de forma tal que os aparelhos elétricos e eletrônicos com carcaça metálica comercializados no País, enquadrados na classe I, em conformidade com as normas técnicas brasileiras pertinentes, disponham de condutor terra de proteção e do respectivo plugue, também definido em conformidade com as normas técnicas brasileiras.

O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, também é alterado pelo art. 1º do PLC nº 146, de 2009, de tal sorte que a imposição contida no *caput* entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, em vez do prazo de quinze meses após a publicação da Lei, estipulado pelo texto original.

O art. 2º do PLC nº 146, de 2009, constitui a cláusula de vigência.

Em 17 de julho de 2009, a matéria foi remetida à CMA, para decisão terminativa, não tendo sido oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O PLC nº 146, de 2009, visa a alterar dispositivo que impõe que os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão, produzidos ou comercializados no País, disponham, obrigatoriamente, de condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar.

Segundo a redação proposta no PLC nº 146, de 2009, é retirada do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, a expressão “sensíveis a variações bruscas de tensão”, efetivamente uma imprecisão do texto legal, nomeadamente pela subjetividade que caracteriza sua aplicação.

Note-se, por exemplo, que qualquer aparelho elétrico conectado a uma tomada elétrica está sujeito a variações bruscas de tensão. Mais ainda, a resposta de um aparelho a essa variação não é, necessariamente, semelhante à de outro equivalente. Assim, o disposto no *caput* do art. 2º da Lei nº 11.337, de 2006, faz com que todos os aparelhos elétricos devam ser enquadrados em um critério extremamente vago estabelecido pela Lei.

Convenientemente, a proposição também retira a expressão “obrigatoriamente” da redação original, o que aprimora o dispositivo, uma vez que se trata de redundância em um texto legal.

Com relação à obrigatoriedade de serem seguidas as normas técnicas brasileiras, a iniciativa de substituir a expressão “produzidos e comercializados” por “comercializados” é acertada, pois a norma legal deve considerar a hipótese de o produto ser exportado para países onde as obrigações estabelecidas sejam, distintas das vigentes em nosso país.

O PLC nº 146, de 2009, leva em conta a determinação da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) de que o aterramento por meio de plugue de alimentação deve ser feito, somente, nos aparelhos elétricos e eletrônicos da classe I. Desse modo, também acertadamente, essa especificação foi introduzida no dispositivo proposto.

Por fim a mudança na cláusula de vigência da Lei nº 11.337, de 2006, permite que a indústria nacional possa se adaptar às normas sem atropelos, pois a proposição faz com que a Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

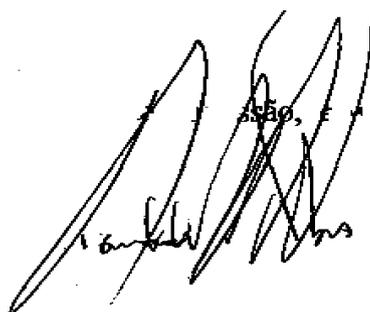
Em síntese, a proposição evidencia os problemas que surgem quando o texto legal sofre de excessiva carga de detalhes que devem ser objeto da regulamentação da lei.

O PLC nº 146, de 2009, notadamente, visa a corrigir impropriedades técnicas presentes no texto legal, bem como adequá-lo à boa técnica legislativa.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2009.



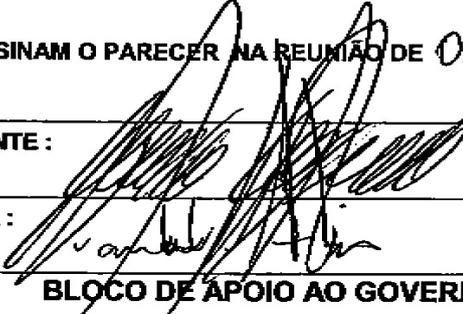
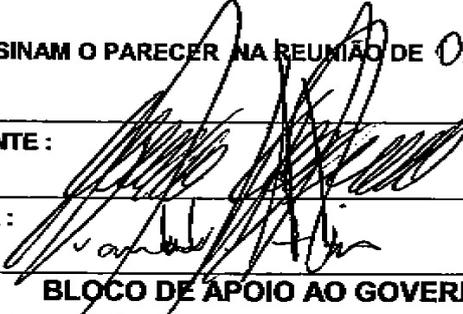
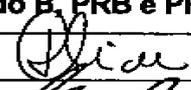
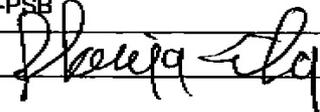
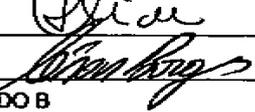
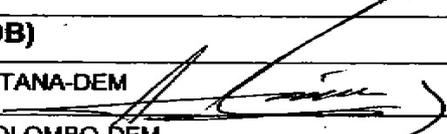
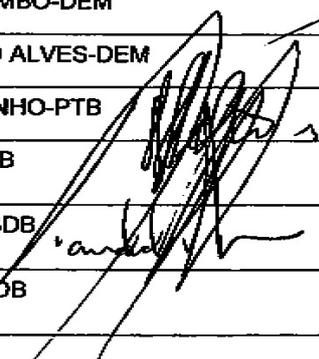
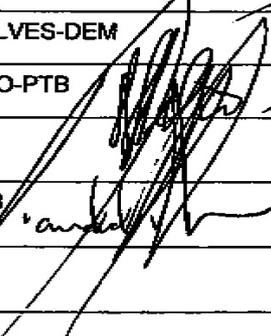
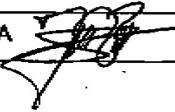
, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 146 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :  (SENADOR RENATO CASAGRANDE)	
RELATOR :  (SENADOR FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	X FÁTIMA CLEIDE-PT 
MARINA SILVA-PV 	CÉSAR BORGES-PR 
JOÃO PEDRO-PT	INÁCIO ARRUDA-PC DO B
JOÃO RIBEIRO-PR	DELCÍDIO AMARAL-PT
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB 
GILVAM BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
GILBERTO GOELNNER-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM 
KÁTIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	X OSVALDO SOBRINHO-PTB 
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB 
MARISA SERRANO-PSDB 	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA 	CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, DE 2009

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB	X				FÁTIMA CLEIDE - PT	X			
MARINA SILVA - PV					CÉSAR BORGES - PR	X			
JOÃO PEDRO - PT					INÁCIO ARRUDA - PC do B				
JOÃO RIBEIRO - PR					DELÍCIO AMARAL - PT				
TITULARES - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA - PMDB					ROMERO JUCA - PMDB				
WELLINGTON SALGADO - PMDB					VALDIR RAUPP - PMDB	X			
GILVAM BORGES - PMDB					ALMEIDA LIMA - PMDB				
VALTER PEREIRA - PMDB					GERALDO MESQUITA - PMDB				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM	X			
KÁTIA ABREU - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM					OSVALDO SOBRINHO - PTB	X			
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB					ALVARO DIAS - PSDB				
CIGERO LUCENA - PSDB					FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARISA SERRANO - PSDB	X				MÁRIO COUTO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					SÉRGIO ZAMBLAZI				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PRAJA	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABSTENÇÃO: 01 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/11/2009

Senador RENATO CASAGRANDE

Presidente

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM. COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

OF. nº 92/2009-CMA**Brasília, 3 de novembro de 2009****Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009, que “altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos”, de autoria do Deputado Júlio Delgado.

Atenciosamente,

Senador RENATO CASAGRANDE
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PARECERES

N^{os} 2.073 E 2.074, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 220, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que dá nova redação ao art. 31 da Lei n^o 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo.

PARECER N^o 2.073, DE 2009

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
(em audiência, nos termos do Requerimento n^o 697, de 2007)

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado n^o 220, de 2007, acima ementado, de autoria do Senador RENATO CASAGRANDE.

O projeto visa a alterar o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos.

Na justificação da proposição, seu autor argumenta que relatório das Nações Unidas sobre mudanças climáticas provocou uma corrida mundial por fontes alternativas de energia limpa que preservem o meio ambiente e despertou uma consciência coletiva de respeito à natureza e que, nesse sentido, cresceu a importância de se buscar eficiência no gasto energético.

Acredita que a informação sobre a eficiência e consumo energéticos levará o consumidor a escolher produtos menos danosos ao meio ambiente e, via de consequência, fará com que os fornecedores fabriquem produtos cada vez mais eficientes.

O projeto, ao qual não foram apresentadas emendas, foi distribuído para decisão terminativa à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Posteriormente, foi aprovado o Requerimento nº 697, de 2007, para audiência desta Comissão.

II – ANÁLISE

A finalidade do art. 31 do CDC é fornecer ao consumidor informações acerca dos produtos e serviços oferecidos no mercado, de forma que possa decidir com maior segurança sobre o ato de consumo.

Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamim (*in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*, 5ª edição, Forense Universitária, 1998, pp. 227) comenta, acerca do dispositivo:

Para a proteção efetiva do consumidor não é suficiente o mero controle da enganiosidade e abusividade da informação. Faz-se necessário que o fornecedor cumpra seu dever de informação positiva. Toda a reforma do sistema jurídico nessa matéria, em especial no que se refere à publicidade, relaciona-se com o reconhecimento de que o consumidor tem um direito a uma informação completa e exata sobre os produtos e serviços que deseja adquirir.

(...)

O consumidor bem informado é um ser apto a ocupar seu espaço na sociedade de consumo. Só que essas informações muitas vezes não estão à sua disposição. Por outro lado, por melhor que seja a sua escolaridade, não tem ele condições, por si mesmo, de apreender toda a complexidade do mercado. É que, como muito bem alerta Marilena Lazzarini, a líder do consumerismo brasileiro, “por mais informado que o cidadão esteja, existem inúmeras questões invisíveis para as pessoas. Sozinhas elas não têm condições de avaliar se uma verdura possui agrotóxicos acima do permitido”.

Ao determinar que da oferta devem constar, entre os outros dados já exigidos pelo CDC, informações acerca da eficiência e consumo energético do produto oferecido no mercado, o projeto não só assegura uma proteção mais efetiva dos interesses do consumidor – que certamente optará por produtos que, em razão desses dados, lhe proporcionem mais economia –, como também contribui para um consumo mais racional de energia no País, tendo em vista que os fornecedores tenderão a fabricar produtos mais eficientes e que consumam cada vez menos energia.

III – VOTO

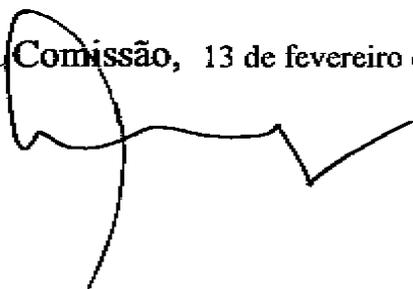
Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, com a seguinte emenda, cuja finalidade é aperfeiçoar a técnica legislativa adotada na ementa da proposição:

EMENDA Nº 1 – CCT/CMA

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

Altera o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos.

Sala da Comissão, 13 de fevereiro de 2008.



, Presidente

, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 220/07 NA REUNIÃO DE 13/02/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
MARCELO CRIVELLA RELATOR	1. EXPEDITO JÚNIOR	<i>[Signature]</i>
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS	<i>[Signature]</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO	<i>[Signature]</i>
SÉRGIO ZAMBIASI	4. FRANCISCO DORNELLES	<i>[Signature]</i>
IDELEI SALVATTI	5. FÁTIMA CLEIDE	<i>[Signature]</i>
PMDB		
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ	<i>[Signature]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. VAGO	<i>[Signature]</i>
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA	<i>[Signature]</i>
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA	<i>[Signature]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE	<i>[Signature]</i>
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES	<i>[Signature]</i>
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL	<i>[Signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI	<i>[Signature]</i>
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO	<i>[Signature]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO	<i>[Signature]</i>
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES	<i>[Signature]</i>
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO	<i>[Signature]</i>

PARECER Nº 2.074, DE 2009,
(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATORA: Senadora FÁTIMA CLEIDE

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, de autoria do Senador RENATO CASAGRANDE.

O projeto visa a modificar a redação do art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), para incluir a informação sobre a eficiência e o consumo energéticos entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços.

Na justificação da proposição, seu autor argumenta que

Relatório das Nações Unidas sobre mudanças climáticas provocou uma corrida mundial por fontes alternativas de energia limpa que preservem o meio-ambiente e despertou uma consciência coletiva de respeito à natureza. Nesse sentido cresceu a importância de se buscar eficiência no gasto energético (...)

Afirma, ainda, que a informação sobre a eficiência e o consumo energéticos levará o consumidor a escolher produtos menos danosos ao meio ambiente e, conseqüentemente, fará com que os fornecedores fabriquem produtos cada vez mais eficientes.

O projeto, ao qual não foram apresentadas emendas, foi distribuído a esta Comissão, para decisão terminativa. Posteriormente, foi aprovado o Requerimento nº 697, de 2007, para audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que se manifestou favoravelmente à aprovação da proposição, com uma emenda, que modifica a redação de sua ementa.

II – ANÁLISE

A proposição trata de direito do consumidor, matéria inserida na competência legislativa da União. O Congresso Nacional é competente para dispor sobre o tema, nos termos do art. 48 da Constituição. A iniciativa parlamentar é legítima, em virtude do disposto no art. 61 da Carta Magna, não havendo, neste caso, reserva de iniciativa do Presidente da República ou de outros titulares designados na Lei Maior.

Também, não há, quanto ao aspecto material, ofensa à Constituição.

No que diz respeito ao mérito, entendemos que a proposição deve prosperar.

A “crise energética” é uma constante ameaça nos dias atuais. O forte crescimento da demanda resulta na necessidade de se estudarem formas de diminuição do gasto energético.

É, portanto, bastante louvável a iniciativa de informar adequadamente o consumidor sobre a eficiência e o gasto energético dos produtos e serviços que adquire no mercado. Essa medida, como já se salientou no parecer proferido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), não só favorecerá o consumidor, que poderá optar por produtos e serviços com maior eficiência energética e que, portanto, resultarão em redução de suas despesas, como também levará os fabricantes a produzir bens e serviços mais econômicos, no que concerne ao consumo de energia, visando à conquista de mercado.

Julgamos, ainda, oportuna a emenda apresentada na CCT, que aperfeiçoa a redação da ementa do projeto.

Sugere-se uma emenda para incluir parágrafo único ao art. 31, com o objetivo de determinar que as informações sobre a eficiência e o consumo energético deverão observar metodologia de aferição definida pelo Poder Executivo.

Não se menciona especificamente o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), entidade competente para realizar essa tarefa, dado que a atribuição de competências a entidades do Poder Executivo exige que o projeto seja iniciado pelo Presidente da República, o que não é o caso deste projeto.

III – VOTO

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda oferecida pela CCT e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 2 – CMA

Acrescente-se ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nos termos do art. 1º do PLS nº 220, de 2007, o seguinte parágrafo único:

“Art. 31.

Parágrafo único. As informações sobre a eficiência e o consumo energéticos deverão observar metodologia de aferição conforme regulamentação do Poder Executivo. (NR)”

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2009.



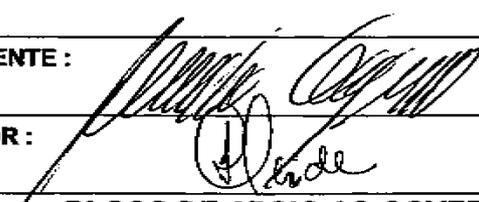
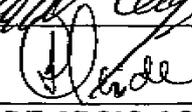
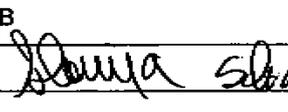
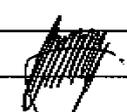
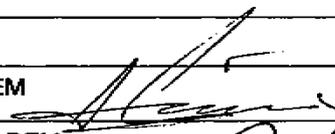
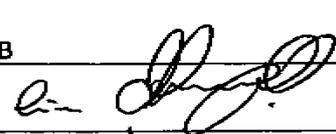
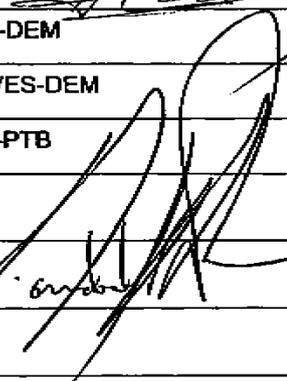
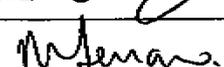
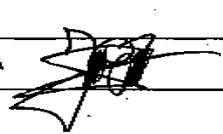
, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 220 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SENADOR RENATO CASAGRANDE)	
RELATOR:  (SENADORA FÁTIMA CLEIDE)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV 	CÉSAR BORGES-PR 
JOÃO PEDRO-PT	INÁCIO ARRUDA-PC DO B
JOÃO RIBEIRO-PR	DELCÍDIO AMARAL-PT
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB 
GILVAM BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
GILBERTO GOELNNER-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM 
KÁTIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	OSVALDO SOBRINHO-PTB
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB 	FLEXA RIBEIRO-PSDB 
MARISA SERRANO-PSDB 	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA 	CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB					FÁTIMA CLEIDE - PT	X			
MARINA SILVA - PV	X				CÉSAR BORGES - PR	X			
JOÃO PEDRO - PT					INACIO ARRUDA - PC do B				
JOÃO RIBEIRO - PR					DELCÍDIO AMARAL - PT				
TITULARES - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA - PMDB					ROMERO JUCÁ - PMDB				
WELLINGTON SALGADO - PMDB					VALDIR RAUPP - PMDB	X			
GILVAM BORGES - PMDB					ALMEIDA LIMA - PMDB				
VALTER PEREIRA - PMDB					GERALDO MESQUITA - PMDB				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM	X			
KÁTIA ABREU - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM					OSVALDO SOBRINHO - PTB				
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB					ALVARO DIAS - PSDB				
CICERO LUCENA - PSDB	X				FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARISA SERRANO - PSDB	X				MÁRIO COUTO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					SÉRGIO ZAMBAZI				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PRAIA	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/11/2009

Senador RENATO CASAGRANDE

Presidente
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM. MENOR ESSENCIALIDADE E CONTROLE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

EMENDA Nº 01-CCT/CMA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB					FÁTIMA CLEIDE - PT	X			
MARINA SILVA - PV	X				CÉSAR BORGES - PR	X			
JOÃO PEDRO - PT					INÁCIO ARRUDA - PC do B				
JOÃO RIBEIRO - PR					DELCIDIO AMARAL - PT				
TITULARES - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA - PMDB					ROMERO JUCA - PMDB				
WELLINGTON SALGADO - PMDB					VALDIR RAUPP - PMDB	X			
GILVAM BORGES - PMDB					ALMEIDA LIMA - PMDB				
VALTER PEREIRA - PMDB					GERALDO MESQUITA - PMDB				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM	X			
KÁTIA ABREU - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM					OSVALDO SOBRINHO - PTB				
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB					ALVARO DIAS - PSDB				
CÍCERO LUCENA - PSDB	X				FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARISA SERRANO - PSDB	X				MÁRIO COUTO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					SÉRGIO ZAMBAZI				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PRAIA	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

[Handwritten signature]
 Senador RENATO CASAGRANDE
 Presidente COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/11/2009

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 52, § 8º, CF)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

EMENDA Nº 02-CMA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB					FÁTIMA CLEIDE - PT	X			
MARINA SILVA - PV	X				CÉSAR BORGES - PR	X			
JOÃO PEDRO - PT					INÁCIO ARRUDA - PC do B				
JOÃO RIBEIRO - PR					DELÍCIO AMARAL - PT				
TITULARES - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA - PMDB					ROMERO JUCA - PMDB				
WELLINGTON SALGADO - PMDB					VALDIR RAUPP - PMDB	X			
GILVAM BORGES - PMDB					ALMEIDA LIMA - PMDB				
VALTER PEREIRA - PMDB					GERALDO MESQUITA - PMDB				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM	X			
KÁTIA ABREU - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
ELISEU RESENDE - DEM					OSVALDO SOBRINHO - PTB				
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	X				ALVARO DIAS - PSDB				
CICERO LUCENA - PSDB	X				FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARISA SERRANO - PSDB					MÁRIO COUTO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					SÉRGIO ZAMBAZI				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PRAIA	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/11/2009

Senador RENATO CASAGRANDE

Presidente COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 152, § 8º, RISF) CONTROLE

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007, APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM REUNIÃO DO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2009

Altera o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

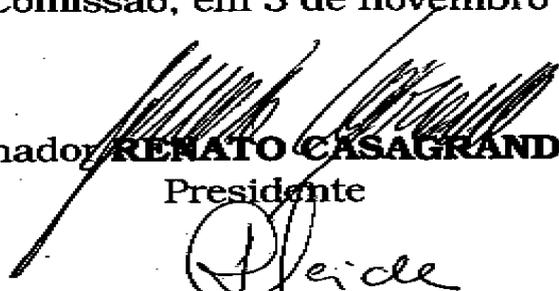
Art. 1º O Art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade, origem, eficiência e consumo energéticos, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações sobre a eficiência e o consumo energéticos deverão observar metodologia de aferição conforme regulamentação do Poder Executivo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 3 de novembro de 2009


Senador **RENATO CASAGRANDE**
Presidente


Senadora **FÁTIMA CLEIDE**
Relatora

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével. (Incluído pela Lei nº 11.989, de 2009)

OF. nº 89/2009-CMA

Brasília, 3 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou com as emendas nº 1-CCT/CMA e nº 2-CMA, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo", de minha autoria.

Atenciosamente,


Senador RENATO CASAGRANDE
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora FÁTIMA CLEIDE

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, de autoria do Senador RENATO CASAGRANDE.

O projeto visa a modificar a redação do art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), para incluir a informação sobre a eficiência e consumo energéticos entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços.

Na justificação da proposição, seu autor argumenta que

Relatório das Nações Unidas sobre mudanças climáticas provocou uma corrida mundial por fontes alternativas de energia limpa que preservem o meio-ambiente e despertou uma consciência coletiva de respeito à natureza. Nesse sentido cresceu a importância de se buscar eficiência no gasto energético.

Afirma, ainda, que a informação sobre a eficiência e consumo energéticos levará o consumidor a escolher produtos menos danosos ao meio ambiente e, conseqüentemente, fará com que os fornecedores fabriquem produtos cada vez mais eficientes.

O projeto, ao qual não foram apresentadas emendas, foi distribuído a esta Comissão, para decisão terminativa. Posteriormente, foi aprovado o Requerimento nº 697, de 2007, para audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que se manifestou favoravelmente à aprovação da proposição, com uma emenda, que modifica a redação de sua ementa.

II – ANÁLISE

A proposição trata de direito do consumidor, matéria inserida na competência legislativa da União. O Congresso Nacional é competente para dispor sobre o tema, nos termos do art. 48 da Constituição. A iniciativa parlamentar é legítima, em virtude do disposto no art. 61 da Carta Magna, não havendo, neste caso, reserva de iniciativa do Presidente da República ou de outros titulares designados na Lei Maior.

Também não há, quanto ao aspecto material, ofensa à Constituição.

No que diz respeito ao mérito, entendemos que a proposição deve prosperar.

A “crise energética” é uma constante ameaça nos dias atuais. O forte crescimento da demanda resulta na necessidade de se estudar formas de diminuição do gasto energético.

É, portanto, bastante louvável a iniciativa de informar adequadamente o consumidor sobre a eficiência e o gasto energético dos produtos e serviços que adquire no mercado. Essa medida, como já se salientou no parecer proferido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), não só favorecerá o consumidor, que poderá optar por produtos e serviços com maior eficiência energética e que, portanto, resultarão em redução de suas despesas, como também levará os fabricantes a produzir bens e serviços mais econômicos, no que concerne ao consumo de energia, com vistas à conquista de mercado.

Julgamos, ainda, oportuna a emenda apresentada na CCT, que aperfeiçoa a redação da ementa do projeto.

III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda oferecida pela CCT.

Sala da Comissão,

, Presidente



Relatora

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, os **Ofícios nºs 89 e 92, de 2009**, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007**, e do **Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009**.

Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos sejam apreciados pelo Plenário.

São os seguintes os ofícios:

OF. Nº 89/2009-CMA

Brasília, 3 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou com as emendas nº 1-CT/CMA e nº

2-CMA em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, que “dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo”, de minha autoria.

Atenciosamente, – Senador **Renato Casagrande**, Presidente.

OF. Nº 92/2009-CMA

Brasília, 3 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão em reunião realizada nesta data, aprovou em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2009, que “altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos”, de autoria do Deputado Júlio Delgado.

Atenciosamente, – Senador **Renato Casagrande**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.517, DE 2009

Requer voto de aplauso ao militar e, já agora também escritor Jurandir de Souza Macedo, pela publicação de livro com relato de viagem de carro empreendida há anos, entre o Rio e Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Oficial da Reserva do Exército Jurandir de Souza Macedo, autor do livro “**Da Selva de Pedra à Selva Amazônica**”, na qual relata viagem de carro empreendida com seus familiares, há anos, e recentemente editada.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do autor.

Justificação

Jurandir de Souza Macedo é amazônida, natural do Pará e amazonense de coração. Deixou a terra natal e, como militar, foi para o Rio de Janeiro. Mais tarde, nos idos de 1978, com a esposa Vera e os filhos resolveu empreender uma viagem de carro, do Rio a Manaus. Para ele, uma aventura. Mas, ao mesmo tempo, para conhecer a realidade dessa região estratégica, sem faltar o reconhecimento ao papel que desempenha no Brasil, através do PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS, o PIM – e que ele viu de perto.

Pela contribuição que o livro de Jurandir oferece ao Amazonas e ao Brasil, esse corajoso militar é merecedor do voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

A Presidência comunica que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União os seguintes avisos.

Aviso nº 1.598 – Seses – TCU – Plenário, de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.642, de 2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Relatório de Fiscalização Operacional no IBGE, como o objetivo de levantar os procedimentos usados pelo IBGE para apuração dos dados populacionais e de renda **per capita**, bem como do tratamento dado

às constatações apresentadas pelos municípios (TC 4.694/2009-1).

Aviso nº 1.621-Seses-TCU-Plenário, de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.677, de 2009 – TCU-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à irregularidades nas obras de construção de um Conjunto Habitacional na Vila do Muçajá, com infraestrutura urbana completa, em Macapá/AP, financiado na maior parte com recursos da União e integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (TC 9.808/2008-9).

Aviso nº 1.622-Seses-TCU-Plenário, de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2639, de 2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à pedido de reexame interposto por Raival de Oliveira Sales (Presidente da Comissão de Licitação), e outros contra o acórdão 2437/2008-TCU – Plenário, ratificado pelo Acórdão 56/2009, que negou provimento aos embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) referente ao levantamento de auditoria realizada em obras destinadas à modernização e adequação da produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, localizada no Estado do Paraná (TC006.515/2006-7).

Sr. Presidente (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Os Avisos nº 1.598 – Seses – TCU – Plenário, de 2009, nº 1.621 – Seses – TCU – Plenário, de 2009 e nº 1.622 – Seses – TCU – Plenário, de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Há oradores inscritos.

Pela ordem de inscrição, concedemos a palavra ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Por permuta, concedemos a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Paim, venho, como de hábito, do interior do Acre: estive em Feijó neste final de semana.

Feijó vive uma particularidade jamais vivida no Estado: uma eleição atípica para a prefeitura daquele bonito município. Como eu tive oportunidade de informar à Casa, recentemente dois prefeitos ligados ao PT, no meu Estado, foram cassados por corrupção eleitoral. Anteriormente, outro já havia sido afastado da prefeitura. Há processos envolvendo outros prefeitos

do PT. Situação curiosa essa, denota um certo *modus operandi* preocupante. E a coisa é mais preocupante ainda quando...

Em primeiro lugar, eu acho que o PT e a Frente Popular deveriam estar com vergonha de ver um prefeito seu afastado por corrupção eleitoral. Deveriam ir à praça pública pedir desculpas à população de Feijó.

Mas, ao contrário disso, lançaram mais uma vez uma candidata. Nada tenho contra ela e nem a conheço pessoalmente, mas, em torno da candidatura dela, voltam as ameaças à população do candidato que particularmente apoiamos, candidato consagrado da outra vez pelas urnas, que só não tomou posse porque a eleição foi roubada. É o ex-Vereador Dindim do PSDB. O meu Partido apresentou o candidato a Vice-Prefeito – o também ex-Vereador Pelé. São duas figuras públicas no Município de Feijó da maior integridade, do maior compromisso com a população de Feijó e estão, mais uma vez, empenhados numa candidatura com largo apoio popular, mas se vendo às voltas, mais uma vez, com uma campanha sórdida, uma campanha virulenta.

Imagine, Sr. Presidente, que o Governador do Estado perdeu o tempo dele para ir a Feijó ameaçar a população, dizendo que se a candidata da Frente Popular não for vencedora, o Programa Bolsa Família será extinto do Município. Olhem que coisa vergonhosa é isto: um Governador de Estado perder tempo com uma ameaça ridícula como esta.

O Bolsa Família é um programa federal, não cabe ao Prefeito dar seguimento a ele ou extingui-lo, fazer ou deixar de fazer alguma coisa em relação a ele. Isso é ridículo, para não dizer grosseiro com a população de Feijó, que não merece um tratamento desses. Há demissões de pessoas que trabalhavam em empresas que prestavam serviço ao Município, por serem pessoas que – numa cidade do interior, logicamente, todo mundo se relaciona com todo mundo, todo mundo é amigo – trabalhavam numa empresa que presta serviço à prefeitura. Elas foram demitidas porque eles intuíram que poderiam votar no candidato Dindim. Eu repito, Senador Paulo Paim, que teria vergonha de me apresentar de novo com uma candidatura. E, se fizesse, primeiro pediria desculpas à população pela coisa desastrosa ocorrida no Município de Feijó.

Há evidências, há fatos de movimentações no mínimo suspeitas nessa curta campanha eleitoral. Há ameaças a simples garis da cidade. Que coisa mais triste, que coisa vergonhosa ameaçar um gari de demissão, a ponta mais frágil de uma administração municipal, caso vote no candidato da oposição.

Já vi muita coisa acontecer no meu Estado, mas a esse nível, confesso, ainda teria que viver para ver.

Uma vergonha! A população de Feijó, em pesquisas realizadas, oferece uma ampla margem de intenção de voto, uma diferença grande do candidato Dindim, do PSDB, em coligação com o PMDB, meu Partido, uma ampla diferença. Mas é preocupante a atitude do PT, da Frente Popular, dos partidos que formam a Frente Popular naquele Município. A campanha é a campanha do terror, a campanha é a campanha da cooptação, e sei lá por meio de que artifícios e com que argumentos. De repente, um grande empresário de Feijó, que militou na oposição até um dia desses, anuncia o seu embarque na candidatura dessa moça que é candidata do PT; e não se sabe que tipo de argumento o convenceu. É muito curioso, é muito complicada a coisa.

Há quem diga que o PT e a Frente Popular apostam que a Justiça Eleitoral não irá anular duas vezes o mesmo processo eleitoral. E que por conta disso, estão fazendo e desfazendo. Há notícias de mala preta, de mala branca. Agora, as atitudes são em praça pública, as ameaças ostensivas. Nunca vi uma coisa dessas. Ameaças ostensivas de que o mundo vai acabar, de que a população de Feijó ficará sem o Bolsa Família, sem outros programas, que o Governo do Estado virará as costas ao Município caso o Vereador Dindim seja eleito.

Acho que isto configura até crime: um Governador de Estado dizer uma coisa desta. Além de ser falta de respeito, eu acho que configura crime inclusive.

Portanto, eu queria trazer ao conhecimento da Casa antes que alguma coisa trágica aconteça. Uma eleição dessa natureza pode ser tomada de novo, como foi a outra. A outra foi tomada, foi roubada, tanto assim que a Justiça Eleitoral cassou o Prefeito. As provas eram tão evidentes, tão contundentes que a Justiça Eleitoral do meu Estado não teve o que fazer a não ser cassar o Prefeito. E aqui eu rendo as minhas homenagens à Justiça Eleitoral do meu Estado, que, numa postura de independência, decidiu, conforme a prova dos autos, decidiu conforme a lei, porque, não se iluda quem está me ouvindo, a pressão para que a Justiça decidisse de outra forma talvez tenha sido grande. Por isso as nossas homenagens à Justiça Eleitoral do meu Estado.

E trago esta informação à Casa com muito pesar. Gostaria de estar dizendo que, em que pese a anulação do processo eleitoral por compra de voto, por corrupção eleitoral, a coisa dessa vez está ocorrendo com a maior lisura, mas não está, não está. Embora haja ameaças grosseiras e outros fatos, não posso aqui ser leviano e apontá-lo porque não tenho provas, só tenho indícios, informações. E a coisa está rolando. E aí a população se socorre com quem, vai procurar quem?

É triste uma organização política, que um dia já sinalizou para o Estado com a perspectiva de mudança de hábito, de costumes, de práticas e de procedimentos, hoje ser levada, hoje ser obrigada a se valer de recursos como estes: ameaças, corrupção eleitoral. Será que não há outra maneira de se vencer uma eleição? É triste! É triste e preocupante!

População de Feijó, aqueles que estão me ouvindo, não se deixem intimidar, apesar de estarmos lidando com pessoas que fazem com que nos preocupemos,

É justa a preocupação da maioria das pessoas que moram em Feijó. É justíssima a preocupação daqueles que estão enfrentando um processo eleitoral que começa a se mostrar da forma com o outro ocorreu, desigual, desonesto – eu diria.

Mas é preciso resistir. É preciso darmos uma lição a essas pessoas de que a prática democrática deve se sobrepor a qualquer outra, de que o respeito à opinião, à manifestação das pessoas é regra que deve ser consagrada. As pessoas não podem ser ofendidas no seu direito de decidir. As pessoas não devem ser ameaçadas para fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Que democratas são esses? Democratas autoritários, truculentos – truculentos! –, que batem no peito e se chamam de democratas, mas que, na essência, por dentro, são truculentos, perseguidores, vingativos. Que coisa triste uma organização política enveredar por um caminho como esse para tentar sobreviver politicamente. Busquem a sustentação popular, busquem o prestígio com ações concretas, decentes, sérias, e a população os acompanhará.

Mas não é assim, não assim. Essa é uma prática escusa. Essa é uma que violenta a integridade moral da população de Feijó. Peço aos meus conterrâneos e às minhas conterrâneas que estão em Feijó que deem uma nesse povo, que recolham, que guardem seus receios, seus medos. É bom que tenham medo mesmo porque essas pessoas intimidam mesmo. Essas pessoas causam medo e pavor, mas sustentem esse medo, esse pavor, por mais um pouquinho de tempo. A eleição ocorrerá no próximo domingo. Vamos dar uma lição nessas pessoas! Vamos fazê-las engolir tanta arrogância, tanta truculência! Que Deus proteja a população de Feijó, a população do meu Estado. Que a gente consiga tomar uma decisão soberana, seja ela qual for, mas num clima e num ambiente de tranquilidade. Para que isso? É covardia ameaçar pessoas humildes, pessoas simples, pessoas que por estarem tão ocupadas com a própria sobrevivência, o dia a dia, não têm, por vezes, o discernimento de perceber que isso é um engodo, que é uma empulhação. Empulhação é o nome desse processo. Empulhação. São

pessoas que se dizem democratas, mas agem como trogloditas, truculentos, violentos, ameaçadores, perseguidores e vingativos.

Que Deus ilumine a consciência de homens e mulheres de Feijó, para que o resultado de domingo seja uma grande lição nessas pessoas que esqueceram por completo como se atua politicamente, como se conquista uma população, e partiram para a sofreguidão do poder pelo poder. Que Deus ilumine a consciência e o tirocínio das pessoas de Feijó, que, domingo, repito, escolherão o novo Prefeito, o novo Vice-Prefeito. Eu aqui dou o meu testemunho quanto ao Dindim e quanto ao Pelé. Dindim é candidato a Prefeito; Pelé é candidato a Vice-Prefeito. Eu, aqui, dou o meu testemunho da honestidade, da lisura desses dois homens públicos e do entusiasmo e do desejo deles de fazerem o melhor por Feijó.

Presidente, muito obrigado pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – O Senador Geraldo Mesquita Júnior se manifestou sobre as eleições no seu Estado.

Ouviremos, pela ordem de inscrição, o Senador pelo Rio Grande do Sul, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, retorno a esta Casa nesta segunda-feira, depois de uma jornada muito grande que realizei pelo meu Estado, dialogando com homens e mulheres sobre questões como educação, segurança e, naturalmente, a questão dos aposentados e pensionistas, o combate às discriminações. Eu estava lá, Senador Geraldo Mesquita Júnior, quando recebi a notícia de que o Deputado Paulo Tadeu, do Partido dos Trabalhadores do DF, havia encaminhado a proposta, e o Plenário da Câmara Legislativa teria aprovado, por unanimidade, a concessão a mim do título de Cidadão Honorário de Brasília. Queria agradecer muito a todos os Deputados distritais. Sei que foi aprovado por unanimidade. Agradeço, especialmente, claro, ao Deputado Paulo Tadeu, do Partido dos Trabalhadores. Na defesa para que me fosse concedido o título, ele argumentou que esse título seria concedido, principalmente, pelo nosso trabalho em defesa dos trabalhadores da área pública, da área privada, dos aposentados e pensionistas e de todos aqueles que são discriminados neste País.

Esse gesto, claro, me deixa muito feliz. Quero, de público, agradecer especialmente ao Deputado Paulo Tadeu e a todos os Deputados distritais por esse título que muito me honra receber.

Todos sabem o carinho e o amor que eu tenho pela nossa Capital, que sempre, nesses meus 24 anos

de vida pública, me acolheu de forma tão generosa. E, naturalmente, aí virou um amor recíproco. Tenho por esse povo uma grande admiração, admiração que aprendi a ter por todos os homens e mulheres deste País que têm compromisso com uma sociedade mais justa.

Por isso, sinto-me, neste momento, como se Brasília estivesse homenageando todo o povo gaúcho, pois foi o povo gaúcho que me mandou para cá quatro vezes como Deputado e uma vez como Senador.

Por isso quero, mais uma vez, em nome do Rio Grande, em nome do povo dos pampas, em meu nome, agradecer aos Deputados distritais, ao Deputado Paulo Tadeu, ao povo de Brasília pela honraria que me concede.

Sr. Presidente, quero falar hoje de coisas boas como essa que aqui registrei e com a qual fiquei muito feliz. Quero dizer que, nesse sábado à tarde, lá em Porto Alegre, lancei o livro **O Poder que Emana do Povo**, uma seleção de ações legislativas de minha autoria aqui no Congresso. Foi a 55ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Sr. Presidente, neste sábado, por volta das 21h, o já tradicional cortejo de despedida, ao som do “Tá chegando a hora”, encerrou oficialmente as atividades da 55ª Feira do Livro de Porto Alegre, capital de todos os gaúchos. Foi um momento bonito que emocionou a todos que lá estiveram.

Um dia antes, exatamente no sábado, das 14h às 21h, por sete horas seguidas, tive a oportunidade de autografar o livro *O Poder que Emana do Povo*, uma seleção, como eu dizia, do nosso trabalho aqui no Congresso. Lembro que estão circulando mais de mil projetos, dos quais escolhi sessenta. E por que sessenta? Porque, no ano que vem, eu completo 60 anos no dia 15 de março. É, Senador Papaléo Paes, os anos vão passando.

Esta é uma das feiras mais antigas do País e a maior a céu aberto na América Latina.

Esta recente publicação, que é a décima de minha autoria, é uma síntese dos projetos que aqui apresentei, já que não podia relatar todos ou mostrar todos num livro de bolso. Mas tenho muito orgulho de todos os projetos que apresentei. Todos eles foram elaborados em discussão com a sociedade civil, com os movimentos sociais, com Deputados e com Senadores. Dos mais de mil, escolhi sessenta, como dizia. Entre as mais de mil proposições, os Estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial, dos Motoristas, os projetos do fim do fator previdenciário, do reajuste real para os aposentados acompanhando o mínimo, o Fundep e os que promovem também a cultura de paz nas escolas. Claro que ali falo também da saúde, dos

projetos que apresentei beneficiando os trabalhadores dos Correios, os vigilantes, os professores, de combate aos preconceitos. Enfim, foram tantos que aqui, naturalmente, não vou poder comentar.

O livro, Sr. Presidente, teve apresentação do meu amigo Senador Sérgio Zambiasi. Teve um texto também do consultor legislativo José Pinto de Mota Filho e do jornalista Antônio Augusto Queiroz, do Diap. Mas, enfim, o mais bonito para mim não foi só comentar o livro; o mais bonito para mim foi essa tarde de abraços. Cerca de duas mil pessoas, repito, das 14h às 21h, pude abraçar, pegar na mão. Foi o beijo, foi o carinho da população gaúcha, que foi até o pavilhão central para pegar um exemplar do livro **O Poder que Emana do Povo**.

Sr. Presidente, foi um momento gratificante, daqueles que não temos como dimensionar. Eram lágrimas que escorriam, e as pessoas dizendo: “Acreditamos muito no senhor, continue com as suas lutas”.

Lembro de algumas pessoas que estiveram lá. Perdoem-me, pois não posso citar mais de duas mil pessoas. Mas foi marcante para mim ter ido lá a ex-Primeira-Dama do País, Maria Teresa Goulart, viúva do ex-Presidente João Goulart, que foi um lutador, combateu a ditadura, e até hoje sua morte é um ponto de interrogação – morte ou assassinato?. Esteve também o seu neto, Christopher Goulart; o Presidente Estadual do meu Partido, companheiro Olívio Dutra, acompanhado de sua esposa, D. Judith Dutra; o Deputado Estadual Dionilso Marcon; o ex-candidato a Prefeito de Canoas, Jurandir Maciel e toda a sua família. Destaco, também, a presença dos estudantes e dos idosos; pessoal do Aerus, que está numa expectativa ainda de uma solução sobre a questão do Fundo Aerus, que espero avance esta semana; do movimento sindical; do movimento dos negros, dos brancos, dos índios; dos estudantes, inclusive um grande delegação de Dom Pedrito.

Enfim, como fui ao Rio Grande no dia anterior, eu estava já, na quarta à noite, no Programa do Bibi Nunes. Depois, passei no Programa do Clóvis Duarte, fui à Rádio Gaúcha, à Rádio Guaíba, à Rádio Bandeirantes, à Rádio Esperança, à Rádio Difusora. E fui ao Grupo ABC, fui ao Zero Hora, ao Correio do Povo, ao Jornal do Sul, ao Jornal do Comércio. Enfim, fiz uma visita, Sr. Presidente, a cada um dos órgãos de imprensa. Foram cerca de vinte órgãos de imprensa do Rio Grande do Sul. E todos anunciaram que eu estaria lá. Por isso o sucesso também dessa tarde em que eu pude estar recebendo e dando carinho ao povo do Rio Grande. Tanto que a todos eu escrevi no livro: “Com muito carinho e um abraço forte do seu amigo Senador Paulo Paim”.

Recebi lá o representante do Prefeito Jairo Jorge, que estava na Espanha, mas fez questão de mandar alguém para a fila. E foi para a fila um de seus secretários, como foi o Secretário de Cultura da cidade, para receber o livro que eu escrevi com muito carinho, tanto para o Jorge, como para a vice, Beth Colombo.

Sr. Presidente, deixo aqui o meu agradecimento à equipe do Senado – o livro fala do meu trabalho aqui no Senado –; à equipe competantíssima, equipe de homens e mulheres competentes aqui da Casa que me ajudaram na elaboração do resumo do meu trabalho aqui nesta Casa; à Gráfica do Senado; aos diretores do Senado e da Gráfica, que estavam em Porto Alegre; a todos o meu muito obrigado. Mas deixo um abraço especial ao meu querido torrão, à minha pátria gaúcha, à minha pátria brasileira.

Senador Papaléo Paes, não há como descrever aqui o carinho de homens e de mulheres que levavam os seus filhos e diziam: “Este é o nosso Senador, queremos que você o cumprimente e tire uma foto com ele”. Eles estão vendo o programa agora e sabem que foi assim. Eles sabem que um pouco o tambor batia num canto e chegavam companheiros de comunidade quilombola, como chegavam da comunidade indígena, como chegavam os deficientes, como chegavam os idosos, como chegavam os professores, como chegavam os sindicalistas, e todos na fila, “bonitaços”, fila que se estendeu, Sr. Presidente, eu diria que por algumas quadras do local onde eu estava assinando o livro.

Sr. Presidente, falando ainda de coisas boas, quero me referir também ao 2º concurso de redação do Senado Federal. No dia 19 de novembro, pela manhã, teremos aqui uma sessão de homenagem ao aniversário de morte de Zumbi dos Palmares – que será na sexta-feira, dia 20, mas comemoraremos no dia 19 – e, em seguida, se estendendo pela tarde, acontecerá a cerimônia de entrega da premiação do 2º concurso de redação do Senado Federal, uma grande iniciativa desta Casa.

Esse concurso se realiza em parceria com o Ministério da Educação, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação e outros apoiadores e teve como tema este ano: “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil”.

Essa cerimônia acontece no dia em que comemoramos também um símbolo nacional que nos enche de orgulho: a Bandeira do Brasil.

Quem não se emociona vendo-a tremulando nos quatro cantos do nosso País, com o respeito que, hoje, ela adquiriu perante o mundo?

Neste registro, Sr. Presidente, quero cumprimentar esta Casa por essa grande iniciativa, que incentiva

nosso jovens a um dos exercícios mais importantes: a redação.

Quero estender meus cumprimentos em especial a minha, eu diria, gauchinha, a nossa gaúcha Simone Maria Gatto, que é da cidade de Casca e estuda na Escola Estadual de Ensino Médio Wilson Luís Maccarini. Ela foi, Sr. Presidente, a primeira colocada no concurso. Com certeza, com esse prêmio, ela representou toda a juventude do Brasil e não somente a do Rio Grande. Ela foi a primeira colocada, como poderia ser alguém do seu Estado ou de Brasília. É uma adolescente que foi a primeira colocada no concurso. Com certeza, essa menina enche de orgulho não só o povo gaúcho, mas o povo brasileiro.

Cumprimento também, com muito carinho, Denise Santos de Oliveira e Gabriela Vilaça Alves, que obtiveram, respectivamente, o segundo e o terceiro lugar no concurso. Aceitem, também, o meu carinho, Denise Santos de Oliveira e Gabriela Vilaça Alves.

Essas três jovens conseguiram esse excelente resultado com um tema complexo, mas muito interessante. Na verdade, elas firmaram mais um ato de cidadania.

Desejo, sinceramente, que sigam por esse caminho e que estudem cada vez mais. Estudar, ler, escrever são ferramentas importantíssimas para o futuro de toda nossa gente, para o futuro de nosso País.

Parabéns a todos, todos, todos que participaram desse concurso, independentemente do resultado. É importante competir, escrever, participar, por isso, todos os jovens estão de parabéns.

Teremos aqui, nessa quinta-feira, uma grande atividade no Salão Negro que, claro, vai-se estender também pelo plenário do Senado, onde estarei participando de uma homenagem a Zumbi.

Por fim, Sr. Presidente, eu estou encaminhando à Presidência da Casa um requerimento de urgência, com assinatura de quase todos os líderes. Só falta um Líder assinar, porque ele gostaria de falar comigo, o que acho legítimo, mas sei que ele vai assinar. Para que a gente, nesse 20 de novembro, não faça somente uma sessão de homenagem, Senador Papaléo, mas que a gente faça uma sessão que seja de resultado, uma sessão que consiga aprovar o Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto está tramitando, entre Câmara e Senado, há quase 15 anos.

Eu o apresentei na Câmara e apresentei outro no Senado. O Senado ampliou e melhorou muito o meu projeto original, e ele foi para a Câmara dos Deputados. O Ministro Edson Santos ajudou muito, o Relator, Deputado Roberto Lage, ajudou muito, Carlos Santana ajudou muito, Ônix Lorenzoni ajudou muito, e construíram um outro texto, em que, segundo informações que

recebi do próprio Ministro, todos os pontos considerados polêmicos, por setores da sociedade, foram retirados. Então, foram retirados em torno de dez artigos para simplificar o texto. O texto do Senado era muito mais amplo e eu poderia até dizer, permitam-me, mais polêmico, mas seria o ideal na minha avaliação.

Já que a Câmara entendeu diferente, eu quero aprová-lo, Senador Papaléo, exatamente como veio da Câmara. Tinha alguns avanços, como a questão quilombola, a participação do negro na mídia e a questão de cotas, que foram retiradas do estatuto que o Senado aprovou, mas se assim foi o entendimento dos 513 Deputados, eu vou respeitar. Então, não tem nada polêmico. Já falei muito com o Senador Demóstenes Torres, que disse que, se depender dele, ele dará todo o apoio para que esse texto, então, seja aprovado.

Então, o apelo que farei ao Presidente da Casa é que, em regime de urgência, coloque a matéria em votação no plenário. Os relatores das Comissões dariam o parecer aqui, porque não há nada mais que seja polêmico. Tudo o que era polêmico foi retirado e ficou somente aquilo que os Deputados entenderam que é consenso entre aqueles que têm divergência quanto a esse debate sobre igualdade e combate de todos os preconceitos.

Reconheço que o estatuto é um avanço e o próprio Ministro Edson Santos reconhece isso. Sei que havia uma resistência, num primeiro momento, de alguns setores, porque entenderam que, se aprovássemos de forma rápida, o Presidente Lula poderia sancionar no dia 20, dando um caráter mais político do que o resultado objetivo do texto.

Isso está resolvido. Ficou acordado que ele não será sancionado no dia 20, mas, simbolicamente, esta Casa demonstrará ao Brasil e ao mundo que quer combater todos os tipos de preconceitos. Já aprovou o Estatuto do Idoso, que é de minha autoria, mas é de todos nós, porque o construímos juntos; já aprovou o Estatuto da Pessoa com Deficiência; já aprovou o Estatuto da Cidade; vamos avançar para aprovar, não de minha autoria, mas também importante, o Estatuto do Jovens, via PEC; como vamos avançar no Estatuto da Mulher; como já aprovamos há muito tempo, e que bom que aprovamos, já ultrapassou 15 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente; estamos em debate e vamos aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas.

Este é o momento, este é o ano de aprovarmos o Estatuto da Igualdade Racial. Por isso, vou encaminhar o requerimento com a assinatura de todos os Líderes, porque nesta semana, Senador Papaléo, inicia-se a Semana da Consciência Negra. Que a gente possa aprovar, por essa simbologia, o Estatuto da Igualdade Racial, que esta Casa já aprovou por unanimidade.

E me permita citar, Senador Papaléo Paes, alguém que já faleceu: eu tive uma ajuda muito grande do Senador Antonio Carlos Magalhães, na época em que ele foi aprovado. Eu falo dos fatos reais, não importa o Partido. Ele me ajudou muito naquela oportunidade. O estatuto, naquela forma, teve a relatoria do Senador Rodolpho Tourinho, que hoje não está mais no Parlamento também e que fez um substitutivo muito bem construído. Foi para a Câmara e em torno de dez artigos importantes a gente não pode manter, mas a vida é assim, nem sempre a gente aprova aquilo que nós entendemos o ideal, mas aquilo que é possível. Então, significou um bom momento.

Eu concluo, Senador Papaléo Paes, para que V. Ex^a possa homenagear os estudantes que estão nas galerias neste momento, porque percebo que o Presidente vai fazer uma saudação.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Neuto de Conto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado Senador Paulo Paim.

Realmente, eu quero fazer uma saudação aos estudantes, ao grupo de estudantes que está aqui, do Help Turismo. Realmente, vocês abrilhantam o plenário desta Casa, porque vocês têm de conhecer toda essa estrutura que faz parte do processo democrático do País.

Então, muito obrigado aos senhores instrutores, aos que estão aqui, aos professores que os estão acompanhando. Até peço desculpas por tê-los feito esperar mais um pouco, mas é importante eu fazer o registro de que esses jovens, adolescentes, crianças, meninos e meninas que estão aqui são importantes para nós. Vocês nos dão força.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tenho a certeza de que o Senador Neuto de Conto e este Senador que vos fala querem aplaudir a sua saudação à nossa juventude. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Parabéns!

Apresento-lhes o Senador Paulo Paim, que todos devem conhecê-lo – S. Ex^a é do Rio Grande do Sul; o Senador Neuto de Conto, que representa o Estado de Santa Catarina, aqui presente, e eu, Papaléo Paes, que represento o Estado do Amapá e que no momento presido a Mesa, oportunidade em que solicito ao

Senador Paulo Paim que faça a fineza de conduzir os trabalhos da Casa.

Muito obrigado a todos.

Parabéns! E continuem estudando muito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Neuto de Conto, sem prejuízo dos oradores inscritos.

V. Ex^a terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, no último fim de semana, precisamente a partir da última quinta-feira, passamos a percorrer o grande oeste de Santa Catarina, tendo dois objetivos fundamentais: primeiro, acompanhar S. Ex^a, o Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira, em inaugurações de obras realizadas pelo Governo em todo o Estado de Santa Catarina. Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, entre elas, está a Rodovia SC-459, que liga os Municípios de Lageado Grande e Marema, Rodovia que foi batizada, em homenagem, com o nome Aury Luiz Bodanese, um empresário que nasceu e se alicerçou no trabalho, além de ter sido o fundador e o incentivador, em toda a sua jornada de vida, do cooperativismo, no segmento da produção primária. Ele construiu um verdadeiro império em nome dos pequenos agricultores e da agricultura familiar. Refiro-me às Cooperativas Alfa e Aurora, nomes de destaque não só no Brasil – nomes dados aos seus produtos –, mas que estão presentes, em forma de alimento, nas mesas de mais de 170 países.

Por isso, quero, nessa singela homenagem, além de cumprimentar o Governo realizador, o Governo que descentralizou o Estado, o Governo que está terminando as ligações, com acesso asfáltico, de todos os Municípios de Santa Catarina, que faz com que a integração mantenha o homem na pequena cidade, no campo, mas com qualidade de vida, com ensino, com ligações de todas as ordens. E mais: este mesmo Governo acaba de colocar energia em todas as propriedades de todas as famílias do Estado de Santa Catarina, dando demonstração de igualdade entre todos os cidadãos daquele Estado. Assim, a par de cumprimentar e saudar o homenageado, também cumprimento e saúdo o Governo pelas iniciativas extraordinárias.

Por outro lado, participamos da abertura dos Jogos Abertos de Santa Catarina, realizados na cidade de Chapecó, com a participação de toda a juventude, de todo os segmentos esportivos do Estado, representados nas dezenas de modalidades esportivas, demonstrando competência, capacidade e valor, não só o de conhe-

cimento nas escolas, mas também do conhecimento e do seu crescimento na área esportiva.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em todas as noites daquela jornada, também realizamos, na área política, encontros do PMDB em várias regiões do Estado. Iniciamos nossa jornada, na quinta-feira à noite, em Concórdia; na sexta, foi em Chapecó; no sábado, em Campos Novos, pela manhã, e, em Lages, na parte da tarde. Praticamente uma centena de Municípios se reuniram para debater o partido, para montar propostas, para conhecer a vontade e o desejo da militância. Nosso Estado tem 156 mil filiados, formando um verdadeiro batalhão de militantes; portanto, sua participação, em todos os pleitos eleitorais, tem sido significativa, importante e decisiva.

Por essa razão, Sr. Presidente, colhemos, lá, além da força, da competência, da vontade, muitas opiniões. Saímos bastante gratificados, já que o meu partido, o PMDB, pela sua história de luta, pelo seu passado de realizações e pelo seu significado, sem dúvida alguma, a sociedade brasileira o tem consagrado, nas urnas, eleições após eleições, com as maiores bancadas, nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado da República, bem como a maioria dos Governadores de Estado, de Vice-Prefeitos e de Prefeitos. No último pleito, ano passado, o PMDB fez seis milhões de votos a mais do que o segundo colocado. É por essa competência, essa capacidade, esse volume não só de militantes mas também por essa consagração pela sociedade, pelos eleitores do Brasil, é que estamos a debater com a sociedade para sabermos qual é o melhor caminho, o melhor rumo para o partido no pleito do ano que vem.

Sem dúvida alguma, na reunião que realizaremos no próximo sábado, em Curitiba, vamos buscar as decisões, principalmente para a área federal; quanto à área estadual, já temos uma aliança consolidada, e esperamos que os candidatos de todos os partidos que a compõem possam encontrar um caminho – e o melhor – para o sucesso do partido.

Temos colocado, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que o nome do candidato é importante, quer seja para o Estado, quer seja para o País, mas tão importante quanto o nome são as propostas, são os programas, o desejo de participar com realizações e com a participação da vontade popular, com a vontade do partido e, acima de tudo, com os anseios do nosso Brasil.

Por essas razões, entendemos não ser possível entrar numa campanha política sem ter uma definição muito clara do que o País quer, precisa e está a reclamar ao longo do tempo: uma reforma profunda, uma

reforma tributária. Uma reforma tributária que possa reduzir a pirâmide, alargar a base, desonerar a produção e tributar o consumo. Uma reforma tributária que passe a reduzir essa carga tributária que a sociedade tem sem tirar recursos das áreas públicas, para que todos nós possamos ter mais renda, mais desenvolvimento e certamente mais bem estar social.

Com estas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer a oportunidade que nos deram de ocupar a tribuna nesta tarde para dizer que estamos atentos, estamos presentes, em Santa Catarina e no Brasil, para juntos buscarmos um caminho para o “avante Santa Catarina” e o “avante Brasil”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Neuto De Conto, agradeço a V. Ex^a seu brilhante discurso.

Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide como oradora inscrita, sem prejuízo na ordem dos oradores inscritos.

Convido V. Ex^a, Senador Neuto De Conto, a assumir os trabalhos da Presidência da sessão.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Senador Neuto De Conto, que assume a Presidência neste momento; Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 4 de novembro, a Aliança Global de Gênero e Clima (GGCA) anunciou que o acordo de Copenhague pode ser o primeiro acordo mundial a reconhecer como essencial a participação e liderança das mulheres na mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

A reunião de Barcelona, que ocorre em preparação da COP-15, foi crucial para preservar as referências-chave, como o reconhecimento das mulheres como agentes de mudança e a priorização de grupos vulneráveis. A relevância da manutenção dessas referências sobre especificidade de gênero no Acordo de Copenhague terá impacto direto na garantia da subsistência e estilo de vida das populações ribeirinhas da região amazônica brasileira, severamente afetadas pelas mudanças climáticas.

“As mulheres do mundo estão exigindo uma mudança de paradigma que assegure sua participação e liderança nas decisões que afetam sua própria sobrevivência e a de suas famílias e comunidades”, disse Lorena Aguiar, a Conselheira Sênior de Gênero para a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), durante as negociações em Barcelona.

Caros Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna pedir aos nobres colegas que assegurem que o documento que apresentará o posicionamento do Brasil na COP-15 inclua referências específicas sobre o papel

protagonista da mulher na mitigação das mudanças climáticas. São essas referências que assegurarão que as mulheres ribeirinhas da minha região amazônica, dentre outros grupos vulneráveis, não sejam expostas a situações de transbordamento dos rios fora dos padrões; de alagamentos; de deslizamentos de terra, como estão acontecendo nesses dias na região serrana do Rio de Janeiro; de destruição de casas e plantações, como ocorreu recentemente no Estado de Santa Catarina; de perda de vidas humanas e de aumento das doenças provocadas pela precariedade do saneamento, da multiplicação de insetos, da morte de animais usados na subsistência das famílias, para não falar nas estiagens, na seca de rios, que novamente geram consequências nefastas para toda a população que vive às margens dos nossos rios.

As pesquisas realizadas em localidades em que esses “desastres naturais” causados pelas mudanças climáticas ocorrem comprovam, ao redor do mundo, que as mulheres são importantes agentes na mitigação dessas mudanças, desde que estejam devidamente capacitadas e obtenham recursos adequados para prevenir perdas e para auxiliar as comunidades a reagir rapidamente, diminuindo os impactos negativos e protegendo a população.

As mulheres assumem também um papel importante na multiplicação da consciência ambiental, organizando cooperativas para os cuidados com o lixo, para o melhoramento do uso dos recursos naturais etc. Isso é verdade também para as populações ribeirinhas da região amazônica, da qual faz parte meu Estado, Rondônia, onde as mulheres podem fazer muito pelo meio ambiente e pelas suas comunidades.

Para se ter ideia do tamanho do problema, vou citar alguns exemplos recentes relacionados às consequências das mudanças climáticas para a população amazônica.

Em abril e em maio deste ano, as populações ribeirinhas das Regiões Norte e Nordeste foram atingidas por um período intenso de chuvas, resultando em uma sequência de alagamentos assustadores. Municípios em mais de cinco Estados – Amazonas, Ceará, Pará, Maranhão e Piauí – ficaram sob situação de emergência e de calamidade. Segundo o **Jornal do Amazonas**, além da morte de animais de criação, constatou-se a perda de 50% das lavouras do Amazonas. Os Municípios com populações ribeirinhas mais atingidos cancelaram aulas já que diversas escolas foram destruídas e centenas de famílias ficaram desabrigadas.

Cada vez mais isoladas, o risco de epidemias e a desnutrição aumentaram consideravelmente entre as comunidades ribeirinhas, que ficaram sem acesso à comida e à água potável.

Em 2007, os níveis da água do rio Acre foram tão irregulares, que, em um intervalo de 61 dias, registrou-se a maior cheia desde o ano 2000. As comunidades ribeirinhas locais, conhecedoras das variações do rio, estavam totalmente despreparadas para lidar com tal anormalidade. O resultado foi novamente devastador.

Caros Sr^{as} e Srs. Senadores, a manutenção das referências sobre especificidade de gênero no documento final da COP-15 é essencial para que as mulheres possam ter condições de assumir o protagonismo da prevenção desses desastres.

Vejam que não é mais uma questão de desastres que podem nos afetar no futuro, mas, sim, de casos que têm ocorrido com cada vez mais frequência, atingindo nossa população de forma assustadora.

O Governo anunciou, nessa sexta-feira, dia 13, a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa que o Brasil irá levar para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15) em dezembro. Em entrevista coletiva, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, divulgaram que o País se comprometerá, na COP-15, em reduzir de 36,1% a 38,9% as emissões de gás carbônico até 2020. A Ministra afirmou que a redução será feita com o controle do desmatamento, com ações na agropecuária, com iniciativas no setor de energia e em outros setores, como a siderurgia.

Quero aqui ressaltar importante evento acontecido, Sr. Presidente, na quinta-feira passada, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em que o Presidente Lula entregou os primeiros títulos de regularização fundiária da Amazônia, programa esse que, junto com a Operação Arco Verde, já vem impondo ações positivas do Governo que, de certa forma, demoraram a chegar, para modificar o cenário de desmatamento na região amazônica.

Eu queria registrar, Senador Valdir Raupp, que lá estavam presentes casais que vieram do Núcleo União Bandeirantes, em Porto Velho, para receberem seus títulos de propriedade das terras naquela localidade. Com muita alegria, casais do Pará, de Mato Grosso e de Rondônia participaram daquele evento junto com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma Rousseff, com o Ministro Carlos Minc e com muitas outras autoridades.

Sr. Presidente, essa proposta brasileira será – e considero isso de muita importância – articulada com a França, para ser apresentada na COP-15.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, não são obrigados a assumirem metas de redução. Apesar disso, considero muito importante que o Brasil

se comprometa com essas metas. Ao se comprometer com metas, nosso País demonstra seu compromisso moral e ético, reafirmando sua liderança internacional. Essa liderança torna extremamente importante o posicionamento brasileiro, a ser defendido por nossa diplomacia e por nossos especialistas na COP-15 em Copenhague, que precisa demonstrar a preocupação do Brasil com a mitigação das consequências das mudanças climáticas.

É por esse motivo que venho a este plenário hoje solicitar, mais uma vez, que meus nobres Pares se unam para defender que essa questão seja tratada pelo Brasil. Não estamos falando em inclusão de novidades no texto da COP-15. Estamos simplesmente fazendo um chamado para que o Brasil se alie a outros países do mundo para garantir que a especificidade de gênero conste, de forma adequada, no texto da Conferência Mundial sobre o Clima.

As mulheres ribeirinhas assumem um papel essencial como indivíduos capazes de ter controle de suas próprias vidas – assim são também as mulheres da floresta e as trabalhadoras urbanas na Amazônia –, sendo as principais responsáveis pelo cuidado de suas famílias e as administradoras do trabalho comunitário e regional preventivo e de recuperação das fatalidades associadas com as mudanças climáticas.

São as mulheres que, geralmente, estão à frente dos grandes mutirões que se realizam de solidariedade a atingidos por acidentes ou por “desastres naturais” oriundos das mudanças climáticas. As mulheres se preocupam com todo o ambiente à sua volta, são as primeiras e principais educadoras de futuras gerações e influenciam diretamente seu comportamento e a forma de prevenir os “desastres naturais” e de lidar com desastres decorrentes das mudanças climáticas em suas comunidades. Para que elas possam exercer esse papel, precisamos garantir que lhes sejam dadas as condições de transferência de tecnologia, capacitação e financiamento. Precisamos garantir que o Brasil contribua de forma incisiva na inclusão e na manutenção da especificidade de gênero no Acordo de Copenhague, para que este se torne o primeiro acordo mundial a assegurar o protagonismo feminino na gestão de temas ambientais.

Solicito ainda, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja amplamente divulgado nos meios de comunicação desta Casa e que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas inclua em sua pauta maior atenção à necessidade de especificidade de gênero no posicionamento do Brasil na COP-15.

Ouçó, com prazer, o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a tem absoluta razão, Senadora Fátima Cleide, quando diz

que o Brasil tem de chegar a Copenhague de cabeça erguida, porque o Brasil está entre os três países do mundo que mais preservam suas florestas – em primeiro, está a Rússia; em segundo, o Brasil; em terceiro, o Canadá. O Brasil tem a fonte de geração de energia elétrica mais limpa do mundo, que, na sua grande maioria, é de mais de 70% de hidroeletricidade. O Brasil tem uma produção de biodiesel, de etanol, do qual já se misturam 25% na gasolina, ou seja, um quarto de todo combustível queimado em automóveis é de fontes renováveis, que vem do etanol, do álcool, da cana-de-açúcar, fora a fabricação de carros **flex** também, que, em grande quantidade, já estão rodando só com álcool. Começou-se com 3%, e já se vai para 5% de mistura de biodiesel no óleo *diesel*. Muitos veículos já estão rodando com biodiesel. Nossas fontes são as mais limpas do mundo. Então, o Brasil pode, sim, comprometer-se em Copenhague. O Presidente Lula não pode perder essa oportunidade de emparelhar, inclusive, os outros países, que não querem isso. Os outros é que não querem isso. O Brasil tem tudo para chegar lá, colocar os outros países na parede e se comprometer com metas de redução. E vai forçar os outros países a entrarem também nessa redução, para melhorar o clima do mundo. Parabéns V. Ex^a! Na nossa Amazônia, já está sendo formada a consciência do não desmatamento. Hoje, vejo – converso com muita gente de todos os Estados da Amazônia – que há quase um consenso, já que ninguém mais quer queimar, ninguém mais quer derrubar. A prova disso é que, neste ano, a redução foi muito grande nas queimadas, inclusive, de pastos. Já não se queimam mais pastos como se queimavam antigamente, e já não se derruba árvore como se derrubava antigamente. A tendência é a de se chegar à proposta do Congresso – inclusive, estão tramitando aqui várias propostas – do desmatamento zero. Acredito muito que, num breve espaço de tempo, poderemos chegar ao desmatamento zero no Brasil. Temos de melhorar as tecnologias, os financiamentos e os créditos, para que possamos produzir. Nesse fim de semana – não me lembro do veículo de comunicação –, li uma reportagem com um especialista, que dizia que podemos triplicar a produção de gado na mesma área ocupada hoje, sem derrubar uma árvore a mais. Da mesma forma, é a produção agrícola. Já avançamos muito com as tecnologias da Embrapa e de outras entidades, mas podemos avançar mais ainda no rendimento das safras, sem derrubar mais área de floresta. Parabéns a V. Ex^a!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Raupp. V. Ex^a tem razão: temos de chegar lá de cabeça erguida, embora ainda tenhamos muito o que fazer. Observo sempre que todos nós te-

mos consciência. O Brasil também, de acordo com os números que V. Ex^a citou, é praticamente campeão em reciclagem, na consciência da necessidade de reciclar, mas ainda estamos muito distantes daquilo que seria o ideal.

Mesmo com a redução do desmatamento, noticiada na semana passada pelo Presidente Lula, pela Ministra Dilma e pelo Ministro Carlos Minc, nosso desejo é o de que haja na Amazônia desmatamento zero, como disse V. Ex^a. Percebemos que, mesmo com o que foi desmatado, dá para produzir muito mais ainda na pecuária e bastante em alimentos, efetivamente. O que existe de área degradada, sem uso algum, apenas para especulação agrária, é bem considerável, e é possível fazermos um trabalho de reordenamento territorial nessas áreas e utilizá-las de forma a garantir o crescimento econômico da Amazônia sem desmatar.

Então, Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer. Quero, mais uma vez, pedir o apoio de todos os Senadores e Senadoras, para que possamos, junto ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério do Meio Ambiente, junto a todos aqueles que têm, no Governo, a responsabilidade da elaboração do documento do Brasil para a COP-15, garantir a especificidade de gênero nesse documento e nos juntar a outros países.

Sr. Presidente, resalto que faço este pronunciamento no dia de hoje, dia 16 de novembro, que é o Dia Nacional de Luta contra a Intolerância. Creio que o Congresso Nacional, ao buscar que o documento do Brasil para a COP-15 garanta a especificidade de gênero, colabora também com mais um gol que o Brasil faz na luta contra a intolerância.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Neuto De Conto. PMDB – SC) – Usou da palavra a Senadora Fátima Cleide.

Pela ordem de inscrição, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s Senadoras, Srs. Senadores, na última semana, vim a esta tribuna e proferi discurso tecendo considerações sobre o projeto de reforma administrativa do Senado Federal proposto pela Fundação Getúlio Vargas, que está à disposição de todos no *site* desta Casa.

Senador Alvaro, estou tratando desse assunto porque ele é consequente de todo aquele período de desgaste por que a Casa passou, período conturbado,

do qual só aqueles que realmente conhecem profundamente esse processo podem fazer uma avaliação justa. Por conseguinte, a sociedade brasileira, que acompanhou todo esse processo... E é lógico que, depois que os interesses sobre a crise se esvaíram, nós, e principalmente a sociedade, não sabemos as consequências do que virá a ocorrer ou já estaria ocorrendo na Casa.

Na semana passada, prometi retornar à tribuna e acrescentar novos comentários, mais pormenorizados, sobre o tema.

O Presidente do Senado, Senador José Sarney, assumiu, ao longo deste mandato à frente da Casa, a tarefa de modernizá-la. Para tanto, recorreu à Fundação Getúlio Vargas (FGV), órgão nacionalmente reconhecido, que tem credibilidade na sociedade brasileira, pela sua assessoria técnica em termos de administração pública.

A Fundação Getúlio Vargas, depois de alguns meses de trabalho, elaborou relatório com diversas propostas para a reforma do Senado Federal. Trata-se, é verdade, de material rico, com ampla reflexão sobre o funcionamento administrativo desta instituição e é, certamente, subsídio valioso para quaisquer iniciativas que visem a modernizar o Senado Federal.

A despeito de suas virtudes e da qualificação do pessoal técnico da Fundação Getúlio Vargas, creio que devemos atentar para dois importantes pontos. O primeiro é o de evitar o açodamento, a mudança descuidada, apressada e que trará mais problemas para nós do que soluções. O segundo ponto é observar que o relatório da Fundação não é a linha de chegada; na verdade, o relatório constitui tão-somente documento preparatório para que possamos dar início ao trabalho de reforma e de criação do Senado do século XXI.

Então, se nós temos todo esse trabalho que a Fundação Getúlio Vargas nos entregou, não tem por que nós partirmos para o açodamento e não para uma análise profunda em cima da realidade prática da Casa, e realmente construirmos o Senado do século XXI. Para tanto, para criar esse Senado do novo século, não podemos e não precisamos começar do zero. Devemos, sim, aproveitar o legado administrativo de quase 200 anos, Senador Alvaro Dias, do Senado Federal. Se não o fizermos, seremos irresponsáveis com o Brasil e com nossas consciências.

Sr. Presidente, ao examinarmos o texto do projeto da Fundação Getúlio Vargas, podemos observar que existem equívocos – são naturais –, contradições – também –, inadequações, descuidos, que comprometem o relatório. Pô-lo em prática tal como está é agir temerariamente em relação ao futuro do Senado Federal.

Em primeiro lugar, devemos observar que o Regulamento Administrativo, sendo parte integrante do Regimento Interno, deve seguir o rito processual previsto no art. 401 do próprio Regimento.

Devemos atentar, tal qual alertou em outra oportunidade o Senador Flávio Arns, que não estamos observando o disposto no art. 42, inciso XIII, do Regimento Interno da Casa, que determina o princípio básico do funcionamento do Senado Federal, qual seja, a possibilidade de ampla negociação política somente por meio de procedimentos regimentais previstos. Isso, infelizmente, não é o que tem acontecido ao redor dos debates em relação ao projeto da Fundação Getúlio Vargas.

O documento traz minuta de projeto de resolução com 212 artigos, dispondo sobre o regime jurídico dos servidores do Senado Federal. É, em realidade, Sr. Presidente, muito semelhante ao Regulamento Administrativo da Casa, editado em 1972.

É preciso observar, todavia, que a Constituição de 1988 determinou a existência de um Regime Jurídico Único para os servidores públicos. Além disso, somente pode ser modificado por lei formal e de iniciativa do Senhor Presidente da República. De tal modo, os dispositivos propostos para o regime jurídico dos servidores do Senado Federal ou são inconstitucionais, se em choque com o Regime Jurídico Único em vigor, ou são desnecessários, se limitados a repetirem o seu conteúdo.

Além disso, o texto pretende dispor sobre a remuneração dos servidores do Senado Federal, nos seus arts. 392, 414, 416 e nos Anexos IV e V, matéria que desde a edição da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, deve ser objeto de lei formal. Boa parte do projeto, pois, está comprometida.

Ainda na parte relativa ao pessoal, o art. 68 estabelece, sem exceções, uma jornada de trabalho padrão a ser obedecida por toda Casa da forma mais burocrática possível. Tendo em vista as características especiais da atividade parlamentar, grande parte das unidades do Senado Federal tem jornadas próprias de trabalho e assim o é porque se faz necessário que haja flexibilidade no estabelecimento de horários para que se possa bem atender aos Senadores. O Senado tem peculiaridades no seu funcionamento. Tal rigidez vai na contramão do que indicam atualmente os melhores teóricos da administração.

Sr. Presidente, nós tiramos pela experiência que temos no dia a dia. As nossas sessões aqui são marcadas das 14h até as 18h30. Mas, nesses últimos anos, raramente, terminam às 18h30. Se nós ficarmos aqui – eu vou falar no meu caso – em uma sessão até as 22h, eu telefono para o meu gabinete – estão lá todos

os funcionários do meu gabinete – e digo para o meu chefe de gabinete: “Pode dispensar, porque não há necessidade”. Ele me responde: “Não se preocupe, Senador. Enquanto o senhor estiver aí, nós poderemos, emergencialmente, lhe dar uma informação ou receber uma solicitação sua. Por isso, nós só vamos no encerramento da sessão”. Essa é uma situação referente ao meu gabinete, que eu posso comprovar. E, se houver aqui os Senadores, por exemplo, do PSDB... Eu tenho certeza absoluta de que o gabinete da Liderança do PSDB também fica de plantão até a sessão acabar.

Quanto aos funcionários da Secretaria da Mesa Diretora do Senado, quando termina a sessão, eles saem daqui e vão para a Secretaria da Ata preparar todas as informações que sairão no **Diário Oficial**. Ou seja, se a sessão terminar meia noite, eles vão embora duas horas da manhã. Se nós estabelecermos um regime de hora de tanto a tanto, nós vamos ter que fazer o complemento dessas horas. Não tem jeito! A lei trabalhista é para todo mundo. Tem que fazer complementação com horas extras. Então, vai ser de 8h às 12h e de 14h às 18h? Isso realmente é um verdadeiro absurdo, que, tenho para mim, foi um equívoco extremamente grave que cometeu a instituição quando foi fazer a proposta para nós.

Há ainda itens que são contrários à Constituição. Um exemplo é o art. 133, que obriga o servidor que deseja ingressar na Justiça a comunicar ao seu chefe imediato! Para mim, isso não tem nada a ver. A pessoa perde a sua liberdade constitucional.

No que tange à estrutura administrativa, o denominado Regulamento Orgânico do Senado Federal também contém uma série de problemas. Um exemplo está em seu art. 220, que trata da Secretaria-Geral da Mesa, órgão de assessoramento, como um órgão de execução, enquanto a nova Secretaria de Gestão de Pessoas, órgão tipicamente de execução, é classificada no art. 227 como órgão de assessoramento. Portanto, uma inversão de funções. Isso aí é um descuido inaceitável, especialmente porque estamos tratando com áreas-chave da Casa.

O Departamento de Biblioteca e Documentação, tratado no art. 235 é, posteriormente, denominado Departamento de Biblioteca e Arquivo, no capítulo IV do Título II do documento, outro descuido originário da falta de revisão.

O conteúdo dos arts. 260, § 2º, e 264, § 2º, é simplesmente repetido nos arts. 331, parágrafo único, e 332, parágrafo único, respectivamente. Mais um descuido!

Cabe observar ainda que, de forma geral, a proposta busca alterar a denominação dos órgãos da

estrutura do Senado, em boa parte para apagar, ou tentar apagar, a equivocada ideia... É o que eu sempre disse aqui: muitas coisas que aconteceram aqui foram alimentadas por Srs. Senadores que não acompanham o processo administrativo da Casa e ficavam repetindo o que ouviam no noticiário. Então, boa parte desse processo é para tentar apagar a equivocada ideia – aliás, mais uma – propagada na imprensa de que a Casa contava com quase 200 postos de diretor. Isto aí foi uma mentira deslavada e que ficou na consciência popular, na cabeça do povo, que aqui tinha quase 200 diretores.

E o que mais me incomodou em tudo isso – o que mais me incomodava – é que nós aqui, Senadores, pela responsabilidade que temos, não podemos jamais – jamais – repetir na tribuna, dar credibilidade na tribuna a uma informação equivocada. Nós não podemos. Nós sabemos: por ser uma Casa política, muitos se aproveitam do momento político para se projetar, porque quando alguém está apanhando, o outro que vem bater parece que fica numa situação política melhor. É melhor bater do que se defender. Então, sempre nós tivemos mais adeptos em bater do que em defender; cada um com a sua convicção.

Mas nunca a Casa teve essa quantidade enorme que diziam ter. Apelidavam o cidadão, denominavam-no de diretor; mas ele não tinha cargo de diretor; era uma denominação mais fácil, que foi viciando, viciando... Ficou aquele vício, e acabou diretor e diretor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Efetivamente, parece-nos que no caso é suficiente deixar claro que se trata de um equívoco entre a denominação jurídica das unidades e seu conteúdo atributivo. A mera alteração de nomes apenas traz mais confusões e imprecisões, rompendo mais uma vez, ou muitas vezes, rótulos tradicionais usados há décadas, sem ganho algum.

Peço a V. Ex^a mais dois minutos, Sr. Presidente, para concluir meu pronunciamento. Muito obrigado.

É preocupante, também, a forma como os gabinetes têm sido tratados. Imaginava-se que a Fundação Getúlio Vargas trataria dos gabinetes em outro momento. Não seria agora. Aquela instituição não entrevistou membros dos gabinetes, parlamentares, ou Senadores para sugerir mudanças.

Em relação aos gabinetes, há propostas que não trazem benefício algum para o Senado. Para que criar 102 cargos de confiança com a possibilidade de trazer gente de fora do Senado? É uma pergunta que a gente faz. Tem que ter uma justificativa para isso.

O projeto traz também, Sr. Presidente, a inexplicável limitação de servidores efetivos trabalharem nos gabinetes parlamentares, medida que não trará economia, porque haverá obrigatoriamente a necessidade de contratação de comissionados para o preenchimento de vagas.

Senador Alvaro, hoje, eu tenho nove efetivos da Casa – nove servidores que são da Casa – que não oneram a Casa excepcionalmente e que trabalham no gabinete. Há um movimento tremendo – acho que para impactar, entendeu?, para dar satisfações e não para dar objetividade de boa administração à Casa – de que devem diminuir para três.

V. Ex^a, Senador Raupp, e V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e eu também fomos... Se há outros interesses sobre o caso, é uma situação. Mas, se não há, nós não podemos, de forma alguma, aceitar que sejam substituídos os servidores da Casa por servidores temporários, fazendo com que esta Casa perca a sua memória por causa dos servidores que ocupariam o espaço do gabinete e que, terminado o mandato do Senador, eles iriam todos embora. Isso não é admissível. Nós temos já servidores no quadro suficientes para preencher esses lugares no gabinete. Então, se for só para fazer impacto de resposta a quem quer que seja, estão causando um grande mal para a Casa.

Os gabinetes, devo lembrar aqui, são partes importantes da atividade parlamentar nesta Casa. São unidades administrativas autônomas. Conturbá-los, Sr. Presidente, trará problemas apenas para nós mesmos e nenhum ganho para a sociedade. Eventuais modificações na estrutura dos gabinetes devem ser examinadas com extremo cuidado. É perfeitamente possível modernizar o Senado sem alterar, pelo menos de imediato, essa forma administrativa dos gabinetes.

Em suma, Sr. Presidente, do exposto, não nos parece possível a adoção das propostas apresentadas pela Fundação Getúlio Vargas sem a sua cuidadosa discussão pelo Senado Federal, por meio da obrigatória tramitação processual prevista em nosso Regimento Interno.

Por isso, mais uma vez, quero pedir aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras, que passaram meses aqui dentro tendo que se justificar, tendo dado sugestões, que participem ativamente desse processo para nós mostrarmos...

Por exemplo, o meu mandato termina no ano que vem. Para mim, seria muito cômodo eu nem me envolver nesse processo aqui: “Vai acabar mesmo, não sei se vou ser reeleito ou não, não sei...”. Mas eu me sinto, como institucionalista que sou, na responsabilidade de não deixar esta Casa ter seu processo administrativo alterado, com consequente conturbação, só porque

temos de dar as satisfações fáceis, que não são satisfações realmente produtivas para a Casa.

Se não fizermos essa tramitação com a discussão que teremos de ter, corremos o risco de o novo Regulamento Administrativo ser questionado judicialmente, o que poria a perder toda a iniciativa de modernização administrativa em curso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Agradecemos ao eminente Senador Papaléo Paes.

Pela ordem de inscrição, ouviremos o Senador pelo Estado do Paraná, Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, creio que é nosso dever continuar o debate sobre causas e consequências do apagão. É momento de refletirmos sobre as necessidades do nosso País no campo da energia, as providências que devem ser adotadas pelo Governo e os investimentos que devem ser realizados para evitar futuras e maiores consequências desastrosas para a economia nacional e para o povo brasileiro.

O apagão surpreendeu o País e surpreendeu o Governo. Este não se explicou nem mesmo ajustou, internamente, uma versão única para se oferecer como justificativa ao povo brasileiro. Assim, o Presidente da República disse uma coisa, o Ministro da Minas Energia Edison Lobão disse outra coisa, e a Ministra Dilma, por sua vez, algo diferente.

Não houve coerência, desde o Presidente da República, nas afirmações e tentativas de explicação dos representantes do Governo.

Temos o dever de trazer opiniões divergentes daquelas que são expostas pelo Governo. Por tratar-se de um assunto técnico, temos a obrigação de buscar informações com aqueles que conhecem tecnicamente o assunto.

Ouvimos, por exemplo, que o Governo direcionou planejamentos e investimentos para a conexão de transmissão de energia Norte/Nordeste e abandonou a conexão Sul/Sudeste, onde há a grande demanda de energia no País. Ao não investir, essa conexão passou a operar no seu limite e, mesmo no inverno, o risco era visível; no verão, certamente, o risco é maior.

A ausência de investimentos – ausência esta que faz com que o sistema opere no limite – promove a seguinte consequência: operando no limite, qualquer descuido de natureza humana, técnica ou operacional pode derrubar todo o sistema. E foi o que ocorreu.

Além disso, há, em Furnas, um programa de estímulo à aposentadoria antecipada, e muitos técnicos

experientes e conceituados buscaram se aposentar. Não houve reposição à altura e, com isso, puxou-se para baixo a qualidade operacional.

Não há como não considerar esses fatores na análise que se deve fazer responsabilmente sobre o episódio do apagão. E, evidentemente, não há como ignorar também o aparelhamento das empresas estatais com propósitos de natureza política eleitoreira.

O Governo aparelhou as estatais politicamente, substituiu técnicos por políticos – se não é regra geral, é uma realidade significativa. E esse aparelhamento político de empresas eminentemente técnicas, obviamente, proporciona uma queda da eficiência do gerenciamento, sobretudo uma queda de eficiência operacional que, nesse caso, é fatal, como foi fatal com o apagão.

E qual é o prejuízo desse apagão?

Há estimativas de que os prejuízos chegam, para o sistema, a R\$350 milhões; mas não há ainda estimativas em relação aos prejuízos para o povo brasileiro.

É evidente que são prejuízos significativos. A avaliação desses prejuízos certamente produzirá discordâncias; enfim, qualquer número que se apresente será contestado. De qualquer forma, é inegável que os prejuízos são significativos.

Se essa pergunta deve ser feita – afinal, qual foi o prejuízo proporcionado pelo apagão? –, há uma outra pergunta que considero relevante: pode um país como o Brasil, com as potencialidades que possui, ficar sujeito a quatro horas de apagão, oito horas de apagão? Outro país evoluído não restabeleceria o sistema imediatamente, com dez minutos, com quinze minutos? Essa é uma pergunta que deve ser feita.

Nós não estamos preparados para um acidente? É claro que o apagão pode ocorrer; nós devemos questionar a existência do apagão, mas ele pode ocorrer. Mas devemos questionar muito mais a incapacidade do Governo de restabelecer o sistema. Por que quatro horas? Por que oito horas? Não estamos preparados.

Indaguemos de técnicos mais experientes se isso ocorre em países competentes, com gestões competentes. Certamente, a resposta será que isso não ocorre. Só há uma justificativa para não se restabelecer o sistema num curto espaço de tempo: incompetência de gerenciamento, incompetência operacional, incompetência técnica, incompetência administrativa.

Enfim, creio que esse fato deve levar o Governo a discutir internamente esse assunto. Não deve o Presidente da República deixar por menos. É seu dever convocar os especialistas do seu Governo para esse debate a fim de que se possa prevenir eventuais acidentes futuros, com o restabelecimento imediato do

sistema, para que o prejuízo não alcance cifras elevadas, como se verificou recentemente.

Enfim, Presidente Papaléo Paes, o Governo tem sido muito bom de anúncio, muito bom de *marketing*, mas demonstra incompetência de gerenciamento. Veja, a propósito da ausência de investimentos neste setor fundamental, que é um setor estratégico, de energia, essencial para o desenvolvimento do País, números recentemente publicados, que dão conta de que o Governo investiu em infraestrutura, em cinco anos, apenas R\$52 bilhões. Vinte bilhões de reais, provisionados no Orçamento da União, ficaram nos cofres do Governo: foram devolvidos ao Tesouro Nacional por incompetência do Governo em aplicá-los.

E os especialistas afirmam que o Brasil necessita de cerca de US\$30 bilhões de investimentos, anualmente, em obras de infraestrutura. Como se verifica por esses números, o Governo, nesses cinco anos, investiu menos de R\$10 bilhões por ano. Portanto, estamos muito longe de alcançarmos o patamar de investimentos que se exige para que o País possa se desenvolver de conformidade com suas potencialidades econômicas.

Se continuarmos a investir precariamente – e eu tenho repetido isso aqui inúmeras vezes –, estaremos plantando um apagão logístico de médio e longo prazos, inevitavelmente. Se os recursos estão provisionados e não são aplicados...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Permita-me, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Eu quero registrar a presença dos alunos do Centro de Ensino nº 15 de Taguatinga, aqui do Distrito Federal. Quero agradecer a presença dos senhores educadores e, principalmente, desses jovens (meninos, meninas e adolescentes) que estão aqui. Isso é muito importante para todos nós. Muito obrigado pela visita. Voltem sempre. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes. A minha saudação também aos jovens que aqui se encontram. Certamente, as expectativas deles em relação ao futuro devem ser alimentadas por nós no dia a dia. É muito importante a presença de jovens estudantes nas galerias do Senado Federal. Lembro-me, Senador Papaléo Paes, de uma afirmação de Nelson Mandela. Ele disse: “Eu me recuso a falar sobre o futuro sem que estejam presentes aqueles que o viverão.”

Se falamos tanto em futuro, daqui, da tribuna do Senado Federal, certamente seria sempre muito bom ver os jovens nas galerias desta Casa, mas não, certamente, numa segunda-feira esvaziada e, sim, em

dias de deliberação, com o plenário do Senado Federal lotado. Isto seria o ideal.

Sr. Presidente, vou concluir, mudando agora de assunto. Creio que é necessário rechaçar afirmações do Presidente Lula em entrevista concedida à Rede TV. O Presidente afirmou simplesmente que o mensalão não existiu. Foi um golpe preparado pela oposição para derrubá-lo. Mas o mensalão não existiu? Negar a existência do Mensalão, Senador Arthur Virgílio, é como negar a existência do Sol, da Lua, das estrelas, do mar, da Terra, é como negar a existência da própria vida. O mensalão foi provado. Provas documentais, testemunhais, confissões. O mensalão foi provado numa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, foi reafirmado pelo Procurador-Geral da República Antonio Fernando, que denunciou 40 que, sentados no banco dos réus do Supremo Tribunal Federal, respondem a processos. E o Presidente Lula os ignora.

O Procurador reafirmou aquilo que a oposição afirmava sistematicamente: tratava-se de uma organização criminoso que, em nome de um projeto de poder de longo prazo, exercitava um plano sofisticado de corrupção. Era um plano complexo e sofisticado de corrupção envolvendo empresas estatais, ministérios, bancos, agências de publicidade, o setor público, o setor privado, parte do Congresso Nacional e partidos políticos, numa relação de promiscuidade inédita entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Público e o setor privado. E o Presidente Lula não viu nada, ele disse que isso não existiu.

O Presidente julga-se capaz, por meio da palavra, mudar a realidade dos fatos.

Eu vou conceder um aparte ao Senador Arthur Virgílio com satisfação, antes de concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, endosso suas palavras, porque não foi uma ocasião feliz para o Presidente essa de dizer que desconhece o mensalão, que o mensalão não existiu e que a oposição plantou o Marcos Valério na vida dele. O Dr. Antonio Fernando de Souza, nomeado por ele para Procurador-Geral da República, gesto que mereceu o nosso aplauso por se tratar de um profissional correto como é o Dr. Antonio Fernando. Ele denunciou e, coincidentemente com a história infantil, quarenta, mais o ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Não se falou em Abre-te Sésamo, mas foram quarenta. E o processo é quilométrico. E vou dizer uma coisa que vai estarrecer V. Ex^a – se é que a gente ainda consegue se estarrecer com alguma coisa agora –, mas tomei um choque: dia 24 eu vou depor. Fui arrolado como testemunha de defesa, acredite – deles –, não sei se foi o próprio José Dirceu ou o Janene, o meu gabinete

está com dúvidas sobre isso. O que é que eles fizeram? Encher de testemunhas para que o processo fique enorme e, no final, prescreva aqui, prescreva acolá e eles tenham que ser condenados por uma bobagem qualquer, portanto, nem cumprindo pena. Mas é claro que vou dizer o que sei e eles sabem que eu iria dizer o que sei do mensalão.

Mas obviamente que eles quiseram fazer uma confusão enorme, de mil testemunhas de várias espécies, para o processo ficar cada vez maior, cada vez mais impossível de ser julgado. O Presidente precisa, a meu ver, de certa dose de humildade, porque isso não vai fazer nenhum mal a ele. Do alto dessa popularidade que o povo lhe confere – e eu não discuto o que o povo faz – ele tem falado coisas assim estranhas. Por exemplo, que Freud diz que o homem não controla as intempéries. Eu nunca li tanto Freud, mas não me lembro de que Freud tenha dito isso – não sei se tem algum especialista aqui. Segundo Freud, as intempéries da natureza não são controladas pelo homem e não são controláveis, Senador Alvaro Dias, porque a terra é redonda, porque se a terra fosse plana, fosse quadrada, fosse retangular, aí não haveria intempéries. É duro você ouvir uma coisa dessas. Quando eu penso no passado do Presidente, na figura dele mesmo, pessoal, eu penso com muita ternura. Já disse aqui e vou repetir de novo: eu fui o único homem público do Amazonas, em 1980, a estar com ele quando ele respondia processo por lei de segurança nacional no meu Estado. Os novos amigos dele não apareciam, são novos amigos literalmente. Naquela altura ele era um líder sindical perseguido por uma ditadura cruel. Eu tenho muito ternura. Veja esse filme que vai sair do Presidente. Dizem que é um filme muito bem montado, muito bem feito. Dizem que as pessoas, quando veem, emocionam-se. Então, eu que vou ver o filme também, devo ver, sou cinéfilo, devo me emocionar, até porque eu vivi ao lado dele muitos momentos. Eu devo me emocionar, é uma vida bonita, é uma vida construtiva, bonita, enfim. Agora, pense se é justo fazer isso enquanto ele é Presidente, com o patrocínio das principais empreiteiras...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu peço um pouco de tempo. Com o patrocínio das principais empreiteiras do País, que servem, por exemplo, à Petrobras, e elas dizendo que não estão usando a Lei Rouanet, que estão contribuindo. Elas estão dizendo que não estão usando a Lei Rouanet, que elas estão contribuindo. Meu Deus! Contribuindo para quem decide as coisas no País? Será que esse é o caminho mais ético? O caminho mais ético não seria deixar acabar

o Governo do Presidente e depois sair um filme “Os anos Lula”, como saiu, por exemplo, “Os anos João Goulart” ou “Os anos JK” do notável cineasta Silvio Tendler. Não tenho nenhuma dúvida do talento do jovem cineasta Fábio Barreto. Do que eu duvido é por que do escrúpulo agora, porque fazer um filme com empreiteira pagando, vendendo o filme para empresas que dependem de favores do Governo... O Governo pode aumentar o IPI, diminuir o IPI a hora que ele quiser. Empresas que dependem e estão tentando com isso aumentar a bilheteria de um filme que naturalmente já despertaria interesse por se tratar de uma vida muito bonita, muito rica, como a do Presidente. Então eu estava lendo o jornalista Elio Gaspari dizendo que todos se emocionam. Então se todos se emocionam, não sou diferente de ninguém, eu certamente vou me emocionar também, porque há passagens emocionantes na vida do Presidente Lula mesmo. Eu só não considero que seja justo ele ter consentido que fizessem com ele no Governo. Lembro aquela frase do Marechal Dutra de que “no governo não se compra nem se vende nada”, porque se V. Ex^a é Governador do Paraná e V. Ex^a vende um apartamento, algum bajulador vai querer comprar mais caro do que o apartamento merece; se V. Ex^a quer comprar um apartamento, o bajulador vai querer vender o apartamento mais barato do que V. Ex^a precisa. Então, o Marechal Dutra, do alto da sua sabedoria, homem que morreu pobre, dizia que “no Governo não se compra nem se vende nada”. Isso se adequa, por exemplo a não se fazer filme de louvação, de culto à personalidade. Tudo isso numa hora em que a gente já tem de novo censura à imprensa no País, numa hora que a gente está cercado de exemplos ditatoriais, numa hora em que a gente percebe que a América Latina vive um momento obscuro, a América do Sul, principalmente, com tanta gente conspirando contra as liberdades. Isso me deixa um pouco preocupado, um pouco triste. Mas V. Ex^a tem razão. O Presidente teria que ter um pouco mais de acatamento pela opinião das pessoas e não minimizar tanto a opinião pública brasileira. Dizer que não houve o mensalão... Quem disse que houve o mensalão foi o Duda Mendonça, foi o Roberto Jefferson, foi o Chinaglia, que, ao depor, disse que ele foi cientificado da existência do mensalão, e o Presidente teria mandado ver as providências. O primeiro a denunciar o mensalão ao Presidente Lula foi o nosso colega, ex-Governador e hoje Senador Primeiro-Vice-Presidente da Casa, Marconi Perillo. Ele estava cansado de saber que aquilo existia. Depois, ele deu uma explicação na França ou na Inglaterra, não sei. Acho que foi na França.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na França.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Que aquilo todo mundo fazia, era caixa dois, todo mundo fazia, enfim. Então, ele sabia, ele sabia e admitia que tinha havido a irregularidade, enfim. Eu não sei! Se eu pudesse recomendar alguma coisa, eu recomendaria a ele humildade, porque, daqui a um pouquinho, passa o Governo dele, e vai viver de recorte de jornal. Eu não acho isso bom, não. Acho que a gente deve viver o presente com muita alegria e não deve viver o presente com prepotência, deve viver sempre o presente com humildade, para não ter um futuro amargo, daquele tipo “no meu tempo”, “quando eu era”, “quando não sei o quê”. Para mim, eu estou prontinho para ser ou para não ser, para estar ou para não estar. Para mim, não muda absolutamente nada na minha vida, porque eu não deixo cultivar esta história de achar que há onipotência, há onipresença, há onisciência em mim porque eu não sou Deus; sou um mortal sujeito a mil falhas, enfim. Mas parabéns a V. Ex^a porque nós estamos precisando que o Presidente comece a dizer coisas mais sinceras para a Nação. Esta história do apagão, de a Ministra Dilma não querer vir aqui. Por quê?

Se é tão simples, se não ter mais. Então, venha explicar. Há alguma ofensa em o Senado pedir para ela vir aqui? Há alguma necessidade de protegê-la, de blindá-la, como se isso aqui significasse o fim dela? Ou não é o nosso papel, não só de oposicionistas, mas de Senadores? Refiro-me aos governistas também, àqueles que tiveram mais critério em relação ao País. Estão aqui para quê? Para impedir que a verdade apareça? Ou estão aqui para ajudar que apareçam boas verdades que protejam o País? Pelo amor de Deus! A gente tinha de fazer da vida pública algo que valesse a pena. Essas atitudes desanimam bastante a gente. Parabéns a V. Ex^a pela persistência, pela obstinação, pela coerência com que marca sua trajetória.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio, pela presença de V. Ex^a neste plenário e pelo aparte, que muito acrescentou ao meu pronunciamento. Há apartes que são mais importantes do que os discursos, e este foi o caso.

Diria, Senador Arthur Virgílio, meu Líder, que não há emoção capaz de resistir à desfaçatez de afirmações que ofendem a inteligência da nação. O filme do Presidente pode emocionar as pessoas incautas, até nós que somos sensíveis ao drama vivido pelas famílias brasileiras. Certamente, o produtor, com a sua competência, saberá levar uma forte dose de emoção a esse filme, que tem de ser questionado em relação a como foi produzido, de onde vieram os recursos e quais são seus objetivos no ano eleitoral. Não seria uma afronta à legislação eleitoral? Não seria uma

campanha explícita na grande tela do cinema, agora, com o Bolsa Cinema, o Bolsa Cultura?

Primeiro, patrocinam a realização, a produção e, depois, patrocinam a platéia: encher as salas de cinema do País, para que possam assistir sem pagar ao filme do Presidente da República. Isso não é uma imoralidade pública? Tem que ser questionado.

Evidentemente, por mais bela que possa ser a vida de alguém, não resiste à desfaçatez, à corrupção, à mentira, ao desrespeito constante à sociedade.

Vender ilusões pode dar resultados e alta popularidade, circunstancialmente, mas, certamente, não planta o futuro do País. Nós assistimos a um festival de encenações do Presidente, com anúncios fantásticos e, certamente, isso significando a venda de ilusões. O Presidente vende ilusões. Obviamente, isso não planta o futuro do País, não possibilita o exercício da cidadania plena por tantos brasileiros que são excluídos e continuam excluídos talvez não no discurso do Presidente, mas na dura realidade vivenciada por eles. São milhões que continuam excluídos no Brasil.

O mensalão é um dos maiores escândalos de corrupção da história política universal. Eu o considero assim, e o Presidente Lula disse que ele não existiu. Mas, como lembrou Arthur Virgílio, o próprio Duda Mendonça, espontaneamente, confessou, na Comissão Parlamentar de Inquérito, ter recebido de forma marginal, ilegal, de forma ilícita no exterior, em conta secreta em paraíso fiscal, recursos oriundos de uma campanha eleitoral a favor do Presidente da República, quando já estava ele no exercício da Presidência. E no confronto entre o contrato e a prestação de contas à Justiça Eleitoral, evidentemente, não fechou a conta.

Essa é, portanto, uma afirmativa estapafúrdia do Presidente, que nega a realidade dos fatos.

Nós esperamos que o Supremo Tribunal Federal possa realizar um julgamento que permita ao povo brasileiro não viver a decepção. Enfim, há que se oferecer como exemplo um julgamento rigoroso, imparcial e capaz de restabelecer a credibilidade nas instituições públicas do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão do tempo.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Neuto de Conto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Agradeço a V. Ex^a.

Convido o Senador Pedro Simon a assumir a presidência dos sessões.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, sem prejuízo na ordem dos oradores.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre o agronegócio, queria fazer um registro.

Anteontem, sábado, realizaram-se as prévias do meu Partido, o PMDB, no Estado de Rondônia. Foi o primeiro partido e o primeiro diretório de Estado a realizar uma prévia entre dois pré-candidatos, Confúcio Moura e Suely Aragão.

O PMDB inovou em Rondônia, porque foi a primeira vez também, no meu Estado – já aconteceu nacionalmente, o PMDB mesmo já fez prévias –, em que um partido político realizou uma prévia. E a informação que eu tenho é que outros partidos já estão pensando em fazer a mesma coisa.

Eu acho que foi um momento histórico e democrático, a exemplo dos Estados Unidos, em que, antes da eleição, o Partido Democrata realizou prévias para escolher entre Barack Obama e Hillary Clinton, que culminaram com a vitória de Barack Obama, que, posteriormente, obteve a vitória também na eleição americana.

Então, Rondônia deu a largada nessas primárias, nessas prévias, e saiu vitorioso Confúcio Moura, que foi Deputado Federal por três mandatos – fez um brilhante trabalho como Deputado Federal – e é Prefeito da terceira cidade do Estado, que é Ariquemes. Foi eleito e reeleito no ano passado, com 72% dos votos. Tem uma administração bem avaliada – praticamente 90% da população avalia positivamente a administração do Prefeito Confúcio Moura. E agora ele caminha como único pré-candidato do PMDB à convenção de junho de ano que vem nas eleições do meu Estado.

Senador Pedro Simon, gostaria muito que V. Ex^a tivesse comparecido, mas sei dos compromissos assumidos. Convidamos os Senadores da bancada. O Gerson Camata prometeu que iria, mas surgiu um casamento no mesmo dia, no Espírito Santo, em que ele foi padrinho e não pode comparecer. Michel Temer, da mesma forma, também foi convidado, mas não pôde ir, por agenda anteriormente marcada.

Foi uma festa bonita em Ji-Paraná. O Senador Pedro Simon já esteve em Ji-Paraná quando pré-candidato a Presidente da República pelo PMDB. Participaram em torno de duas mil pessoas. Mais de 40 ônibus de todos os Municípios do Estado se dirigiram a Ji-Paraná. Foi uma festa cívica, muito bonita, que culminou com a vitória de Confúcio Moura nessas primárias, nessas prévias. E ele certamente será, no ano que vem, escolhido na convenção o candidato do PMDB. Ganhou a democracia do Estado de Rondônia, e venceu o Prefeito Confúcio Moura.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **Gazeta Mercantil** publicou recentemente interessante reportagem sobre o financiamento do agronegócio brasileiro. Com base em dados obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o **site** Contas Abertas averiguou os investimentos públicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, assim como as operações de crédito subsidiadas de bancos estatais, como o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o BNDES.

Segundo a matéria, desde o ano de 2003, o Governo já repassou para o agronegócio R\$106,1 bilhões. O número, considerado em absoluto, impressiona. Para que tenhamos uma ideia, é um valor mais de dez vezes superior ao orçamento do Bolsa Família neste ano. Fiquemos, porém, com uma comparação mais linear: o montante “representa 133% a mais do que os R\$45,46 bilhões destinados pelo Governo, no mesmo período, para a agricultura familiar e reforma agrária”.

No entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que parece à primeira vista uma grave assimetria, vem sendo gradativamente corrigido. Dou um exemplo: em 2008, os recursos destinados ao agronegócio foram aumentados em 15,76% em relação a 2007, ao passo que os recursos para a agricultura familiar e a reforma agrária sofreram acréscimo maior, de 26,93%. E a notícia é boa sob mais de um aspecto, pois o maior agente financiador das atividades agrícolas, o Banco do Brasil, ampliou o volume de recursos para a safra 2008/2009 em 25%, alcançando R\$30,8 bilhões.

Concordo inteiramente com o ilustre Senador Valter Pereira, do Mato Grosso do Sul, do nosso Partido, o PMDB, quando defende a continuidade dos investimentos públicos para o setor do agronegócio. Afinal, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a cadeia do agronegócio responde por 30% do PIB de nosso País, o equivalente a R\$728 bilhões, em 2008, a preços correntes.

Isso se traduz em emprego e renda para 26 milhões de trabalhadores, ou 28% da população ocupada. Por óbvio, o Governo não pode e não deve descurar da agricultura familiar, a grande produtora de alimentos para o consumo interno.

Recentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebemos do Senado Federal os presidentes do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, e do BNDES, Luciano Coutinho. Ambos demonstraram preocupação com a escassez de crédito externo e expuseram as medidas governamentais para sanar eventuais problemas de liquidez.

De fato, vivenciamos hoje uma conjuntura totalmente distinta daquela observada nos últimos anos,

em razão da crise global, que tem afetado a demanda por **commodities** e a liquidez dos mercados.

Mas a notícia é boa, porque os investimentos já estão retornando. A crise global está-se dissipando, os investimentos estão retornando ao Brasil e a outros países também e a economia já volta a crescer. Tudo indica que o PIB crescerá, no ano que vem, entre 5% a 6%. Essa é uma notícia mais do que alvissareira, porque o Brasil teve uma capacidade extraordinária de se recuperar da crise. Com crescimento negativo no início do ano, como quase todos os países do mundo, o Brasil já retoma o crescimento nesse segundo semestre, e as projeções apontam um crescimento entre 5% a 6% do PIB no ano que vem, quase igual ao crescimento da China.

Ainda assim, os efeitos de uma crise dessa natureza sobre a economia da região Norte – tradicionalmente dependente do desempenho das exportações – podem ser devastadores. Daí a minha dupla preocupação, a qual encontra eco no **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**, de abril de 2009. Lá está dito que “a incerteza dos mercados internacionais tanto sobre o nível da atividade da economia mundial quanto sobre o desenvolvimento, em âmbito interno, das condições dos mercados de trabalho e de crédito” pode condicionar a trajetória econômica da região Norte, a nossa região, minha e de V. Ex^a, Senador Papaléo.

O mesmo boletim oficial traz outra consideração que julgo oportuna: “Neste ambiente, se revestem de importância crescente as decisões de política econômica adotadas no País e nas principais economias mundiais”. É de se destacar, portanto, os efeitos salutares da medida tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em meados de abril, a qual prorrogou até junho de 2010 o direcionamento extra de depósitos à vista, e da poupança rural, para o financiamento da agricultura.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a pesquisa levada a cabo pela **Gazeta Mercantil** com o apoio do Contas Abertas é elogiável, pois permite uma visão abrangente da política de liberação de verbas governamentais para o campo. Melhor ainda se pudéssemos contar com a desagregação dos dados por unidades da Federação, a fim de verificar se está sendo atendido o objetivo constitucional de reduzir as diferenças regionais.

E por falar em diferenças regionais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho cobrado insistentemente desta tribuna, e vou cobrar hoje novamente, mais investimentos das agências financiadoras de crédito para a agricultura e a pecuária no Norte do Brasil, em especial no Estado de Rondônia – o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, do BNDES.

Para os senhores terem uma ideia, o BNDES, até hoje, não investiu 5% do seu orçamento anual para a região Norte. Não chega a 5%, Senador Tião Viana. Mais de 95% ficam para as outras regiões do Brasil. A região Norte nunca chegou a ter 5% dos investimentos, dos financiamentos do BNDES.

Talvez agora, não sei se no final deste ano, no final do ano que vem ou até 2011...O maior investimento, até agora, na região Norte está sendo na usina de Jirau. O BNDES está aportando R\$7,2 bilhões. Aí, sim, acho que vai aumentar esse percentual, porque será a primeira vez que um investimento desse montante está sendo feito na região Norte. São R\$7,2 bilhões para um único empreendimento, que é a usina de Jirau, no rio Madeira, no meu Estado de Rondônia.

Junto com o complexo de Santo Antônio – porque são duas usinas, Santo Antônio e Jirau –, os investimentos poderão ultrapassar R\$20 bilhões, mais R\$ 9 bilhões nas linhas de transmissão de Rondônia, de Porto Velho até Araraquara/São Paulo, que vão empregar mais 16 mil trabalhadores. São 20 mil trabalhadores nas duas usinas, mais 16 mil trabalhadores nas linhas de transmissão e nas subestações, chegando a praticamente 30 mil trabalhadores diretos nessas obras e mais uns 40 mil a 50 mil indiretos.

E ouvi aqui, hoje, alguns pronunciamentos a respeito do apagão. Acho que a usina de Itaipu está muito sobrecarregada e nós não podemos ficar dependentes, quase que exclusivamente, da energia de Itaipu – alguns Estados brasileiros.

Então, os investimentos nas usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, e, futuramente, também na usina de Belo Monte, no Pará, que vai ser, inclusive, maior que as usinas do Madeira, são importantíssimos para distribuir essa geração de energia do País e sustentar o crescimento econômico que, a partir do ano que vem, já falei aqui, vai ser de mais de 5% ao ano. Se continuar esse crescimento por quatro, cinco, seis ou mais anos, não vão ficar só esses investimentos no rio Madeira e no rio Xingu, no Pará. Outros investimentos, outros empreendimentos terão de ser feitos para sustentar esse crescimento acelerado do País.

Então, vejo que esse apagão aconteceu não por falta de capacidade de geração, não por falta de chuvas, pois tem chovido muito nos últimos anos, mas por um fenômeno natural que poderia acontecer e que pode voltar a acontecer, como já aconteceu em outros países. Não dá para culpar nenhuma autoridade do setor elétrico brasileiro.

Eu ouvi falarem aqui, também, que o setor elétrico foi aparelhado com pessoas de fora do setor. Eu acho que não. Eu acho que a única pessoa fora do setor é o Ministro. O Ministro pode ser, sim, um agente político,

pode ser uma pessoa que não seja formada na área, mas a grande maioria – eu diria que mais de 99% – dos técnicos e dos diretores que estão nas estatais brasileiras são do setor, sim. O pessoal da Eletrobrás, de Furnas, da Eletronorte, da Eletrosul, da Chesf, enfim, praticamente todas as centrais de energia elétrica do País são compostas por técnicos do setor e da área. E pessoas competentíssimas.

Então, encerro a minha fala cobrando, mais uma vez, investimentos no setor agrícola e na pecuária para a região Norte do Brasil, em especial do meu Estado de Rondônia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, e convido V. Ex^a para assumir a Presidência da sessão.

Uma explicação regimental ao nosso respeitável Senador Pedro Simon: em virtude de o Senador Tião Viana estar inscrito para uma comunicação inadiável e de haver alternância entre um orador inscrito e uma comunicação inadiável, fará uso da palavra, agora, o Senador Tião Viana e, em seguida, V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, agradeço ao gentil amigo, Senador Pedro Simon, pela tolerância de não mais que cinco minutos, para que eu possa expressar uma breve comunicação no dia de hoje.

Sr. Presidente, quero me reportar à decisão tomada pelos governos dos Estados Unidos, da China e de outros países que, reunidos em Cingapura, no fórum de cooperação econômica intitulado Asia Pacific (Apec), decidiram adiar o acordo sobre as metas concretas para o corte de emissões de gases do efeito estufa.

O acordo, que tinha como propósito a assinatura de um compromisso concreto em Copenhague, como consequência do Protocolo de Kyoto, que expira no ano de 2012, infelizmente, deu lugar a, no máximo, uma declaração politicamente vinculada ou vinculante entre os Estados Unidos, a China e os países membros da chamada Apec, nessa reunião de Cingapura.

Isso significa uma decisão muito preocupante para todos nós. Todo o movimento ambientalista mundial expressa forte preocupação com tal decisão, dizendo que as consequências, em âmbito planetário, serão reais e que os abalos que nós sofreremos em relação ao clima serão marcantes em razão dessa decisão.

E quais são as explicações do governo americano, sobretudo? Que não haveria tempo hábil para o Congresso dos Estados Unidos, ou seja, o Parlamento dos Estados Unidos emitir uma decisão que fosse compati-

vel com a do governo, tramitando em tempo hábil para que se chegasse a Copenhague afirmando a decisão do governo americano, que, juntamente com os países desenvolvidos e alguns emergentes, é responsável por 60% da emissão de gases que estão vinculados ao chamado efeito estufa. Então, é uma situação que traz enorme preocupação para todos nós.

O Governo brasileiro apontou o compromisso de elevar, como meta voluntária a ser apresentada em Copenhague, até o ano de 2020, de 36,1% para 38,9% o patamar de redução da emissão de gases que possam estar vinculados ao efeito estufa.

O Presidente Lula havia assumido também, juntamente com o Presidente Sarkozy, da França, um compromisso de que levaria a proposta para que todos os países pudessem estabelecer uma meta de redução da ordem de 80% até o ano de 2050, comparado aos índices da década de 1990.

Infelizmente, parece que é mais um desalento instalado no cenário do movimento ambientalista internacional para os países que assumem um compromisso efetivo com as mudanças climáticas. São evidentes os impactos ocorridos já hoje e, ao mesmo tempo, os sinais de alarme, os sinais de alerta expressos no dia a dia da agenda de informação de todos os países.

O Brasil, como citei há poucos segundos, firmou uma meta individual de redução de 36,1% para 38,9%, até o ano de 2020, e uma redução dos índices de desmatamento da Amazônia da ordem de 80%.

É uma atitude respeitável. É aquém da que queria o movimento ambientalista brasileiro, mas é uma atitude que reflete uma tendência forte de compromisso com as questões ambientais essenciais e com as responsabilidades do Estado brasileiro. A sociedade clama por um movimento nesse sentido. O Governo está sensível ao tema e aponta uma proposta que, se não é a ideal, é uma meta a ser alcançada de maneira muito consistente, já.

Essa associação do Presidente Lula com o Presidente Sarkozy, propondo uma tomada de decisão mundial e rompendo com esse eixo bilateral China/Estados Unidos, reflete também uma interferência muito positiva nesse cenário de debate multilateral em que vivemos, mas, ao mesmo tempo, nos apresenta a tristeza de um governo americano dependente de uma chamada agenda temporal do Congresso, do Parlamento dos Estados Unidos, não correspondendo ao que seriam as metas mínimas apresentadas no encontro de Copenhague.

O que se desprende do encontro em Cingapura é que há uma transferência de decisão para a Cidade do México, apenas no mês de dezembro de 2010.

Ora, Sr. Presidente, parece-me que o que está mais expresso nesse freio, nessa trava, nesse movimento de involução da ousadia dos países do Primeiro Mundo com a China é a incapacidade do governo americano de enfrentar o seu próprio Congresso.

Parece-me que a tendência do Presidente Obama, que tem sido demonstrada pelo menos em todos os seus atos, tem sido de sensibilidade, tem sido de ousadia, tem sido de compromisso com mudanças no comportamento americano em relação ao clima.

O que se observa das manifestações, como a do Primeiro-Ministro da Inglaterra, Gordon Brown, adotando também preocupações com uma catástrofe iminente no cenário internacional, aponta para a necessidade de mudança de rumo nas decisões dos Estados Unidos, mas o Congresso americano, dizendo-se responsável, afirma não ter tempo hábil para tratar dessa questão e normalizá-la. Assim, ficamos reféns de uma situação de indecisão dos principais poluidores do planeta. Quando se observa a China, com 800 usinas térmicas a carvão, vinculadas até 2015, instaladas naquele país para atender à demanda industrial, ficamos com uma apreensão muito grande em relação à responsabilidade ambiental daquele país com a política internacional de redução da emissão de gases de efeito estufa.

Então, o que trago aqui é uma objetiva preocupação – e sei ser de todos os Senadores – para com essa atitude atrasada, muito ruim por parte dos governos americano e chinês para com os outros 15 países que, reunidos em Cingapura, disseram apenas que haverá um compromisso político vinculante para que em 2010 as metas sejam apresentadas na Cidade do México. Assim foi em Kyoto, quando os americanos se recusaram a assumir compromissos no então Governo George Bush, e assim está sendo agora no Governo Obama. Infelizmente, posso observar como uma atitude retraída, uma atitude atrasada do Congresso americano, que cede, explicitamente, ao **lobby** da volúpia industrial daquele país e se opõe as responsabilidades ambientais internacionais dos dias de hoje.

Quero, então, deixar esse meu desalento, que sei coincidir com o pensamento de inúmeros Senadores, como o da nossa ex-Ministra Marina, que hoje faz um belo artigo no jornal **Folha de S. Paulo**, expressando a sua observação sobre a evolução para o controle das questões ambientais por parte do Governo brasileiro, as dificuldades, os acertos, as frustrações, mas, sobretudo, as conquistas, que são da sociedade, porque o debate tem de estar na agenda da sociedade brasileira em todos os momentos e em todas as instâncias.

Então, o meu protesto ao Congresso americano por não estar à altura dos tempos atuais quando o assunto é mudança climática e responsabilidade na emissão de gases de efeito estufa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Esta Presidência se congratula com V. Ex^a e o parabeniza pelo brilhante pronunciamento, Senador Tião Viana.

Concedemos a palavra ao nobre Senador gaúcho, do nosso PMDB, Pedro Simon.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, importante a análise feita aqui pelo nobre Líder do PT do Acre que me antecedeu. É um dos assuntos que eu abordarei desta tribuna.

Importante reunião fizeram realizar o Presidente brasileiro e o Presidente francês, em que decidiram tomar uma posição conjunta, Brasil e França, levando um documento único à reunião de Copenhague. Foi surpreendente, de certa forma, dois países que não têm nenhuma identidade com relação a essa questão, apresentarem um documento, objetivo e concreto, no sentido de tomar medidas objetivas com relação aos problemas climáticos do mundo.

O Brasil se propõe, objetivamente, a mais de 30% no corte da emissão de gases nos próximos anos, e a França também. O mundo recebeu com alegria essa notícia e ficou na expectativa de que ela seria o primeiro fato novo para a reunião de Copenhague, marcada pelo pessimismo, dado que as grandes nações não apresentavam nada de concreto. Já se via que nos Estados Unidos, país que até agora não homologou os pactos já existentes, não autorizavam o governo a levar qualquer proposta nova à reunião de Copenhague. Não dá para dizer que é culpa do presidente americano, porque lá, nos Estados Unidos, o congresso tem mais força do que aqui. Aqui, o Governo vai lá, toma a decisão, faz o acordo e depois vem aqui e nos submete à decisão. Nos Estados Unidos, para levarem a proposta, o congresso tem de concordar antes. E, justiça seja feita, o Presidente Obama, na luta tremenda que ele está tendo para equacionar e resolver o problema da saúde no seu país – e teve uma vitória muito grande, fazendo com a Câmara dos Deputados aprovasse

e, agora, fosse para o Senado –, o congresso americano simplesmente se recusou a debater ou a iniciar o debate em torno de uma proposta que os Estados Unidos levariam na próxima conferência mundial em Copenhague. Porém, daí a se unirem à China?!

Quando se diz que há uma euforia com relação ao esvaziamento do G7+1, sendo recebida com otimismo a chamada criação do G20, de repente diz o Lula – e o Lula tem chamado a atenção corretamente para isso – que o perigo está no bloco dos dois. O bloco dos dois: China e Estados Unidos. A primeira decisão do bloco dos dois foi tomada agora. Os dois decidiram – os dois maiores poluidores do mundo, China e Estados Unidos – que a reunião de Copenhague é de mentirinha, que não vai haver nenhuma decisão, que não vai acontecer absolutamente nada. Realmente é lastimável isso, e é grosseiro isso. Acho até que os dois países podiam discutir, debater, mas não precisavam, publicamente, esbofetear o mundo com uma declaração como esta: as duas grandes Nações estão comunicando que não vai haver acordo algum. É uma pena!

É verdade que aqui, no Brasil, havia uma certa ironia com relação ao fato de, de repente, com a candidatura, Senador Tião, da sua querida amiga Marina à Presidente da República, o verde estaria tomando conta do Governo e de todas as candidaturas. Repare como a candidatura da Senadora Marina já provoca coisas positivas antes de qualquer outra coisa.

Mas a grande verdade é que, independente da candidatura da Marina, esse foi um fato positivo: o Brasil se reuniu com a França e pôs no papel uma proposta concreta e objetiva com relação à Amazônia – uma diminuição dramática e radical do desmatamento da floresta – e, com relação aos percentuais de emissão de gases poluidores, uma diminuição de cerca de 30%. De um lado, Brasil e França, numa manchete positiva; de outro, uma resposta negativa, imediatamente após.

É a primeira manifestação conjunta do governo Obama e do governo chinês. É a primeira vez que o chamado “bloco dos dois”, das duas maiores superpotências do mundo, apresenta uma decisão, e a primeira foi no sentido manifestado. É uma pena! Realmente é uma pena!

Aliás, nesse sentido, importante a manifestação do nosso Presidente.

E reparem como Sua Excelência tem uma atuação internacional. Ontem, esteve nesta Casa o Presidente de Israel; na semana que vem, estará aqui o Presidente do Irã. Na sexta-feira, ele estava na França; ontem, ele estava na Itália; na semana que vem, ele estará em Copenhague.

Ontem, na Itália, o Presidente Lula fez uma manifestação realmente muito importante: anunciou que, com metade dos recursos usados pelos países ricos para salvar os bancos falidos, seria possível erradicar a fome no mundo. Penso que essa é uma afirmativa impressionante, cruel e dolorosa. Houve uma crise do sistema financeiro notadamente nos Estados Unidos, e foram liberados trilhões de dólares. E um pouco disso resolveria o problema da fome no mundo.

Quais são os números da fome no mundo? Sr. Presidente, o Presidente da FAO nos disse que, a cada segundo, morre uma criança de fome na humanidade. Olha, fico a me perguntar se não é de analisar, se não é de debater, se não é de aprofundar essa matéria. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, disse que uma criança morre de fome a cada cinco segundos no mundo – são seis milhões de mortes por ano, são 17 mil crianças morrendo de fome a cada dia. O Secretário-Geral da ONU observou que, “no último ano e meio, insegurança alimentar levou a conflitos políticos em trinta países”. Ban Ki-Moon também afirmou que segurança alimentar e as mudanças climáticas são temas “profundamente interconectados”.

O Presidente Lula chama a atenção e mostra que, no Brasil, justiça seja feita, o número de crianças que morrem de fome é grande, mas tem diminuído. O programa de sustentação de famílias tem diminuído o percentual de miseráveis e tem aumentado o percentual dos que saem da classe miserável e entram na classe pobre. São pobres, sim, mas estes pelo menos comem, alimentam-se, têm o mínimo necessário para viver com o mínimo de dignidade.

É interessante esse debate que há hoje na humanidade. O mundo esperou que, com o Presidente Obama, houvesse uma mudança importante na maneira como os Estados Unidos olhavam o mundo. Não deu ainda para ver essa diferença. Sinceramente, isso ainda não foi possível. Que o Presidente Obama é infinitamente melhor que o Presidente Bush não há dúvida quanto a isso. Não há dúvida de que há um interesse de S. Ex^a em coisas positivas. A questão interna de equacionar o problema da saúde americana é importante. Discutir com um pouco mais de serenidade a crise internacional é importante. E, logo que assumiu, sua política para o Oriente Médio se encaminhou para uma política de paz, numa determinação de encontrar o fim da guerra entre árabes e israelenses. Já agora, permitindo a continuidade da construção de acampamentos e de residências de agricultores em terras conquistadas, que deveriam ser

devolvidas, o Presidente Obama fez um retrocesso nessa sua política de paz para o Oriente Médio. Por outro lado, na visita que S. Ex^a o Presidente Obama fez ao Japão, chamou-me a atenção – eu nem me lembrava mais disso – uma base com cinquenta mil soldados americanos ali na ilha, entre o Japão e o Oriente. Se me perguntarem para quê, não saberei responder, a não ser que seja para manter o domínio americano. Mas contra quem não sei.

Na Colômbia, sinceramente, até achei que a reação brasileira foi fraca. É difícil aceitar aquelas bases americanas na Colômbia! O argumento é utilizado no sentido do tráfico de drogas ou dos terroristas colombianos. A nota que o governo americano envia para o congresso americano, analisando e justificando essas bases, diz que essas bases foram para lá tendo em vista os adversários e cita a Venezuela, dizendo que foi até muito barato, dando a entender claramente que a intenção não foi aquela usada em nível latino-americano. Fica estranho, porque, nem no governo Bush, houve um avanço, um aumento de soldados americanos na América, como esse feito agora pelo Presidente Obama, no primeiro ano do seu governo, na Colômbia, criando cinco bases em um ambiente realmente muito triste e muito cruel.

Sr. Presidente, de um lado, quero dizer que me chama muito atenção a manchete de *O Globo* de hoje, em sua capa: “Governo propõe que Tribunal de Contas da União só fiscalize obra pronta”. Esta é realmente muito interessante: “TCU, Tribunal de Contas da União, pode virar fiscal de obra pronta”. O que o Governo quer com isso eu gostaria de saber. Uma obra pode ser feita ilegalmente, de forma errada, com gastos supérfluos, com roubo, seja o que for, mas tem de se esperar que ela acabe! Depois de acabada a obra é que se verifica o que se vai fazer!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a traz o tema aqui com uma agudez enorme. Passou-me agora um sentimento pelo cérebro e pela alma. Esta sessão não deixa de dar uma certa força para o sentimento que me trouxe certo calafrio. Nesta sessão, presidida pelo nosso querido Senador Valdir Raupp, em que V. Ex^a está falando e em que, aqui, eu o estou ouvindo, não pude deixar de me sentir um pouco idiota. O que é que vou fazer? Não gosto da sensação, mas a impressão que dá é que ninguém nos está ouvindo. Dá-me a impressão de que o pudor

está desaparecendo completamente, que estamos cada vez mais reféns dos pragmatismos exacerbados, exagerados. Veja: primeiro, há a investida contra o TCU. Pegam alguns Parlamentares obscuros e jogam contra o TCU. Então, o ideal é o Governo não ser investigado, é o que pretende o Governo. E, se tiver de fingir que aceita alguma investigação, que o seja pelo mesmo TCU, mas em cima de obras prontas, ou seja, o mal já estará feito, a situação estará definida, e não sei o que isso adiantaria. Constroem um hospital superfaturado ou uma ponte superfaturada, e o que se vai fazer? Vai demolir a ponte? Vai demolir o hospital depois? Não vai. Então, fica aquele interminável processo que não acaba nunca, num país onde o inocente tem muita dificuldade de provar que é inocente e o culpado adora saber que a demora lhe preserva uma certa cara do inocente que ele não é. Então, V. Ex^a trouxe com muita agudez esse tema. Eu vou lhe relacionar, além desse, mais dois outros itens relevantes. Há as investidas contra a imprensa. A imprensa é vista como aquela que não deveria criticar, que deveria só noticiar. Mas, para isso, já existe o **Diário Oficial**. Quem noticia sem criticar é o **Diário Oficial**. Segundo, temos visto as investidas contra a oposição. Então, não podemos nos queixar do apagão nem querer saber as causas dele, porque estamos usando isso politicamente, como se o palanque fosse nosso, não deles. Quem está no palanque não sou eu. Não estou tratando de palanque nenhum, estou cuidando da minha tarefa de Líder do PSDB, de homem que tem de fiscalizar o Governo, que me derrotou, que derrotou as forças das quais sou aliado na eleição, democraticamente. É meu dever fiscalizar o Governo. A impressão que dá é que, de repente, temos de pedir desculpas por eles terem causado o apagão. São intocáveis, estão com um salto alto que não tem mais tamanho! E a terceira investida é essa em cima do órgão fiscalizador, procurando desacreditar, aos olhos da Nação, o órgão fiscalizador. Sinceramente, se junto isso aos movimentos da Venezuela, aos movimentos de cerceamento da liberdade de imprensa na Argentina, no Equador, na Bolívia e em muitos países em volta da gente, não sei se podemos dizer que estamos vivendo um momento brilhante de respeito à democracia no nosso subcontinente latino-americano, especialmente na parte desse subcontinente que é a América do Sul. Mas insisto que, por mais que eu diga “puxa vida, estou sentindo que V. Ex^a e eu faremos papel de idiotas aqui hoje”, eu não me sinto mal com esse papel, não. Não me sinto mal com isso, porque não é possível que isso não sen-

sibilize amplos segmentos da Nação, não é possível que amplos segmentos da Nação continuem achando que nada há de mais nesses procedimentos e que o futuro seja sorridente. Não vamos viver só de presente, o futuro tem de ser sorridente, e não sei como é que ele pode ser sorridente com invectivas contra a fiscalização, contra a oposição e contra seu dever de fiscalizar, contra a imprensa. Parece que querem fechar tudo em um quarto, e aí as coisas acontecem, como aconteciam no período do regime militar. As pessoas dizem: “Ah, hoje, há muito mais corrupção”. Isso não é verdade. Hoje, há muito menos corrupção. Há muito mais denúncia de corrupção. No regime militar, quem denunciava corrupção era torturado, era assassinado, era cassado, era preso, era ameaçado. A democracia possibilita que a gente denuncie. Então, tenho certeza de que há menos corrupção hoje do que na época do regime militar, dirigido por homens descentes – pessoalmente, eram todos eles descentes e pobres. Mas se acobertava a fortuna indecente de vários negociatas que queriam o prosseguimento da ditadura, para que a sociedade não pudesse crivar aqueles atos que eles praticavam. Então, não é um momento muito brilhante este que vivemos, e seu pronunciamento o foi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Senador.

Senador, estamos promovendo uma reunião entre várias Comissões para debater essa matéria. Provavelmente, na quarta-feira – ainda não está certa a data –, virá aqui o Ministro de Planejamento. Falei com S. Ex^a por telefone, e acho que é muito importante ouvir S. Ex^a. O ângulo que S. Ex^a analisa é um ângulo que devemos analisar. Realmente, se analisarmos que uma obra, lá pelas tantas, fica dez meses paralisada, com prejuízos enormes à realização da obra, por um motivo insignificante, temos de ver o que é isso. Se o Tribunal de Contas simplesmente não dá satisfação, paralisa a obra e nada faz, vamos cobrar do Tribunal de Contas. Se, como dizem alguns, o Tribunal de Contas faz uma solicitação e se essa solicitação, não sei em quantos meses, não é respondida pelo Governo, vamos ver o que está acontecendo. Se é uma questão que vai parar no Judiciário e se o Judiciário a deixa na gaveta e não decide, essa é uma matéria que realmente temos de discutir. Temos de discutir isso. Há uma falta de entendimento entre o Tribunal de Contas, entre a Procuradoria e entre o Executivo – não vou falar das empreiteiras, mas também entre as empreiteiras – que temos de discutir.

Lula se reunir com os maiores empreiteiros?! Isso aconteceu, a imprensa publicou. Houve uma reunião do Lula com os maiores empreiteiros do Brasil, em Palácio. E o resultado dessa reunião é a notícia de que vai haver uma comissão, uma supercomissão, acima do Tribunal de Contas. Fico pensando nisso. Já há o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. No Legislativo, existe o Tribunal de Contas como órgão de fiscalização ligado a nós, com independência. Agora, querem o Legislativo aqui, o Tribunal de Contas como órgão de fiscalização e, acima desses todos, uma comissão imparcial, composta pelo Tribunal de Contas e por gente do Presidente? Mas que comissão é essa? Juro por Deus que não entendo que comissão é essa! Qual vai ser o trabalho dessa comissão? Juro que não entendo!

Vamos discutir? Vamos discutir. Eu me lembro de que, na Lei Orgânica do Tribunal de Contas, fui o Relator do voto vencedor. Apresentei o substitutivo, e saiu o vencedor. Na Lei das Licitações, fui o autor do voto vencedor. Apresentei o substitutivo, e saiu o vencedor. Naquela época, quem me ajudava, quem me dava elementos, quem estava com os olhos arregalados era o PT. O único Senador do PT pelo Estado de São Paulo, o Senador Suplicy, dava mais trabalho do que toda a Bancada do PT hoje aqui, porque S. Ex^a cobrava, exigia. S. Ex^a contava com equipes de fiscalização. E o interessante, Senador Virgílio, é que, naquela época, o debate era feito em cima do PT, porque o PT não fiscalizava, porque o PT não atuava, porque a matéria ficava na gaveta. Havia insinuações de que grandes empreiteiras agiam no Tribunal de Contas por que o Tribunal de Contas não fazia fiscalização. Eu me lembro que se argumentava: “Mas o que é isso? O Tribunal de Contas faz as fiscalizações em cima de obras feitas pelas empreiteiras, e as empreiteiras pagam os funcionários que, dentro do Tribunal, vão fazer a fiscalização? O que é isso?”.

Agora, de repente, isso muda. Agora, o PT, em vez de cobrar do Tribunal de Contas um papel de réu, porque não fiscaliza, está exagerando. Agora, a pergunta é esta: exagerando por quê?

Sou daqueles que vejo com simpatia, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já falei daqui, várias vezes, e repito: Governador de Estado, deixei o Governo e deixei duas vagas no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Se eu não indicasse Deputado Estadual, eles não aprovariam. E digo: “Não

indico Deputado Estadual”. Eles não aprovaram, e não o indiquei.

E deixei duas vagas. Depois, indicaram-no.

Mas, justiça seja feita, não é nada disso que se está discutindo agora, o que se está discutindo é exagero do Tribunal de Contas. Por isso, é muito importante essa reunião. Por isso, é muito importante o Ministro Bernardo, Ministro do Planejamento – tive muita atenção, muito respeito pelas suas ideias e por sua preocupação –, vir à Comissão. S. Ex^a vai ter muito o que explicar. Na conversa que tive com S. Ex^a por telefone, S. Ex^a deu uma demonstração clara de que o Governo quer que as obras andem, que as obras não paralisem, que as obras se desenvolvam e progridam. Não senti, em momento algum, a intenção de S. Ex^a de que as obras não sejam fiscalizadas ou de que a corrupção seja escondida. Não, isso não vi.

Mas esta é a grande verdade: como é que eles vão fazer essa tomada de posição? Não podemos paralisar, Sr. Presidente, a obra. Vai lá fiscalizar a obra. Se há uma coisa errada, para-se a obra, que fica parada, não sei por quantos meses, num prejuízo enorme! Não podemos fazer isso, mas também não podemos deixar que a obra acabe com uma corrupção atrás da outra. De repente, terminou a obra, e aí o que vamos fazer?

Por isso, é importante essa reunião. Espero que o Presidente do Tribunal de Contas venha aqui. S. Ex^a disse que quer vir aqui. Penso que, para S. Ex^a, nada há mais importante do que vir a essa reunião.

É verdade, não gostei de ver no jornal uma acusação envolvendo um irmão de S. Ex^a numa obra de não sei quantos anos atrás, no Ceará. Achei uma deslegância e uma provocação. Faz dez anos que podiam ter apresentado esse fato, mas o apresentaram no momento em que se está analisando o Tribunal de Contas, no momento em que o Presidente do Tribunal de Contas vem depor no Senado! Mas o Sr. Presidente tem respeito e tem legitimidade para ser ouvido e respeitado. Espero que esse fato não altere a vinda de S. Ex^a à Comissão, talvez já na quarta-feira. Ou ouviremos os dois juntos, o Ministro do Planejamento e o Ministro do Tribunal de Contas, ou ouviremos um e depois o outro.

Esta manchete de **O Globo** é muito triste: “Governo propõe que Tribunal de Contas só fiscalize obra pronta”. Se a obra já está pronta, já está pronta. Já está pronta! Repito: que o Governo fiscalize e investigue obra em que há dúvidas, interrogações graves! A obra não pode ficar paralisada. A obra não pode, a pretexto de se investigar corrupção, parar! Se está acontecendo

isso, vamos escolher o meio termo, vamos escolher a fórmula de fazer com que isso não aconteça. Mas não podemos só fiscalizar obra pronta.

Aliás, a gente vê no mesmo jornal, a confusão do apagão. A imprensa me procurou, Senador Arthur Virgílio, perguntando o que eu achava sobre quem deveria vir a este Senado responder pelo apagão. Respondi, com toda a sinceridade: “Acho que é o Ministro de Minas e Energia, o Sr. Lobão. Ele é o Ministro de Minas e Energia!”. Mas aí ela me perguntou: “Mas ele é o que entende da matéria?”. Penso que não entendo muito. Sinceramente, acho que ele não entende muito disso.

Dizem que o PMDB está magoado, porque agora o PT quer fazer cair a responsabilidade do apagão no PMDB, porque o Ministro é do PMDB. Não sei! Mas, com toda a sinceridade, meu Presidente e nosso Líder, penso que nós, do PMDB, temos um bocado de culpa nessa questão, se é que temos alguma culpa, não sei. O Ministro é do PMDB, o ex-Ministro é do PMDB, o homem da Eletrobrás foi indicado pelo PMDB. Então, acho que o PMDB tem de assumir a responsabilidade de debater essa matéria.

Sou sincero: acho que a gente quer que a Ministra Dilma venha depor, porque, cá entre nós, a gente sabe que quem entende da matéria é a Ministra Dilma, que quem sempre debateu essa matéria é a Ministra Dilma. E sabemos que não vai ser do Ministro Lobão que vamos tirar as explicações, que, talvez, ele esteja agora estudando. Cá entre nós, se fosse eu o Ministro de Minas e Energia, eu estaria estudando a matéria primeiro, para explicar depois, porque simplesmente não entendo disso.

E, por mais gênio que seja o Ministro Lobão – e ele o é, muito mais do que eu –, ele também não é um especialista. A Ministra é, a Ministra é a entendedora da matéria, e acho que, por isso, talvez ela pudesse vir. Se ela está indo a Copenhague, se ela está comandando a nossa missão que vai discutir essas questões em Copenhague, ela pode vir aqui debater conosco essa matéria.

Fiz há pouco referência a V. Ex^a, lembrando-me, Senador, dos tempos em que V. Ex^a era o único representante do PT nesta Casa.

O Senado só tinha um representante do PT, o Senador Suplicy, e eu me lembro da bravura, da capacidade com que S. Ex^a enfrentava praticamente a Casa inteira e do esforço que o Governo tinha que fazer para responder à coragem, ao destemor e à galhardia com que S. Ex^a fazia o seu papel.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Simon, no caminho do aeroporto para cá, pude ouvir as suas palavras e boa parte do seu pronunciamento. Agradeço a referência que fez a mim e gostaria de lhe transmitir que tenho a convicção de que a Ministra Dilma Rousseff, juntamente com o Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia... A Ministra Dilma Rousseff não apenas por ter sido a Ministra de Minas e Energia, mas a coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento, que envolve justamente os investimentos em todos os setores de infraestrutura, inclusive os setores de energia – não apenas de energia elétrica, mas também da eólica, da solar, na área do gás, do petróleo, e assim por diante –, e por ela ter um conhecimento em profundidade de toda a infraestrutura brasileira, que envolve todas as linhas de transmissão, as usinas hidrelétricas, as de Itaipu e as de todas as regiões do País – eu próprio tive oportunidade de admirar a maneira como hoje ela tem um conhecimento em profundidade da realidade brasileira e dos diversos pontos de investimento em todo o País, ela domina isso muito bem. Portanto, tenho a convicção de que ela, juntamente com o Ministro Edison Lobão, ambos terão toda boa vontade, assim como o sentimento de dever e de responsabilidade. Ainda mais agora que, passados alguns dias, praticamente duas semanas, já houve o tempo necessário para se fazer um diagnóstico mais responsável, certamente, por aqueles que puderem examinar tudo o que aconteceu nas linhas de transmissão nas diversas usinas onde houve a interrupção da eletricidade. Avalio que isso é de interesse de todos nós, Senadores, e de toda população brasileira. Então, eu tenho a convicção de que – acho que amanhã mesmo – os Líderes, Senadores Romero Jucá, Aloizio Mercadante e Ideli Salvatti, estarão dialogando com os líderes de todos os partidos para marcar aquele que será o dia adequado para ela, tendo as informações...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Certamente, a vinda de ambos os Ministros, avalio, para falar sobre a interrupção da transmissão de energia elétrica deverá ser objeto tanto da Comissão de Infraestrutura, como da de Assuntos Econômicos – e talvez outras, então. É preciso que haja o diálogo dos Presidentes, dos líderes e de nós, Senadores, com ambos os Ministros para ver qual a data apropriada para que – se possível, nesta semana – ambos possam estar aqui em diálogo conjunto. Essa é a minha expectativa. Se fosse como aconteceu durante o Governo Fernando

Henrique, quando houve também a interrupção, eu aqui, como Senador do Partido dos Trabalhadores – e, muitas vezes, Líder –, fui um dos que solicitei a vinda de Ministros para explicar problemas dessa natureza. Tenho a convicção de que ela estará aqui dando as explicações que V. Ex^a, com a maior justeza e tendo em conta toda sua história, aqui diz que nós estamos esperando, agora certamente com um diagnóstico muito mais completo do que o que foi expresso nos primeiros dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nessa questão, justiça seja feita ao Presidente Lula. Enquanto alguns de seus Ministros diziam que o assunto estava encerrado, ele disse: “Não, não está encerrado. O assunto tem que ser muito bem esclarecido”. E determinou prazo para que o assunto fosse esclarecido. Eu felicito V. Ex^a, porque acho correto. Repito: a obrigação de vir é do Ministro de Minas e Energia, mas a vinda da Ministra é muito importante.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...conhece a matéria, debateu a matéria e, na verdade, sabe profundamente essa matéria.

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que vejo uma questão com o maior significado. Quinta-feira, estava aqui o Presidente de Israel; sexta-feira, o Presidente Lula estava com o Presidente francês lançando um documento da maior importância; hoje, o Presidente Lula está na Itália, com coragem, em uma reunião esvaziada da FAO, onde os grandes representantes não apareceram. Sua Excelência foi lá e, numa atitude corajosa, denunciou o problema da fome no mundo; no fim do mês, Sua Excelência vai a Copenhague. Não há dúvida nenhuma de que o ex-Presidente Fernando Henrique deve estar dizendo: “Está vendo como eu queria comprar o avião e o PSDB não deixou?”. V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, foi um dos que achou que o Fernando Henrique não deveria comprar o avião. Eu também achei que ele não devia comprar o avião, mas agora vejo que o Lula, com o aviãozinho dele, está andando pelo mundo. E o Presidente Fernando Henrique deve estar magoado, dizendo: “Olha o que eu poderia ter feito e não me deixaram fazer!”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Parabéns pelo brilhante pronunciamento em defesa do meio ambiente do Brasil!

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, encaminho à Mesa requerimento de voto de aplauso ao militar e, já agora, também escritor Jurandir de Souza Macedo, pela publicação de livro com relato de viagem de carro, empreendida há anos, entre o Rio e a minha cidade de Manaus. Requeiro, ainda, que esse voto de aplauso seja levado ao conhecimento do ilustre autor.

Natural do Pará e amazonense de coração, deixou a terra natal, como militar, e foi para o Rio de Janeiro. Em 1978, com a esposa, Vera, e os filhos, resolveu empreender uma viagem de carro, do Rio a Manaus, uma aventura. Então, ele fala de tudo que viu, obviamente reconhecendo o papel estratégico do Polo Industrial de Manaus para o desenvolvimento do Amazonas.

Por isso, eu peço que o Senado acolha essa sugestão de voto de aplauso.

Mas, Sr. Presidente, eu encaminho três pronunciamentos que suponho curtos. O primeiro é para lamentar que mais uma notícia negativa desabe pesadamente, como água fria, sobre os brasileiros já tão sacrificados com os baixos valores que recebem mensalmente. Refiro-me aos pensionistas do INSS.

Diante dos olhos do Governo, quadrilhas, pelo visto experientes, vêm aplicando o chamado Golpe do Empréstimo Consignado. São pretensas empresas ou pessoas inescrupulosas agindo à luz do dia, com anúncio e tudo mais, que vendem a estelionatários dados cadastrais que deveriam pertencer exclusivamente a órgãos federais.

O Programa Fantástico desse último domingo mostrou, passo a passo, como agem os estelionatários. Um dos que vendem os dados, em primorosas listagens de computador, foi flagrado pela reportagem e pôs-se a correr, feito um moleque da pior qualificação, pelas ruas, com um jornalista e um cinegrafista da Rede Globo em seu encalço. Uma incrível desabalada pelas ruas, mais parecendo filme de terror ou de suspense. Vence o repórter, que acaba fazendo ao bandido em fuga as indagações sobre esse estranho método de ludibriar humildes aposentados.

Eles sempre negam tudo.

Espero que o Governo não faça o mesmo. O INSS está no dever de explicar como tudo isso está acontecendo. E mais: como estranhos conseguem obter a relação, item a item, de aposentados, os valores que recebem e todos os números, códigos e outros signos de controle?

O assunto preocupa. Os aposentados estão à mercê de aproveitadores, e alguma coisa precisa ser feito pelo Governo, já!

Segundo a reportagem mostrada ontem à Nação, desde janeiro último, mais de quatro mil aposentados reclamaram de empréstimos que não fizeram. Desse total, complementa a matéria jornalística, o INSS comprovou já, ao menos, um milhar.

E ainda: na pequena cidade de Água Nova, no sertão potiguar, onde vivem três mil habitantes, mais de 30 aposentados já foram vítimas do Golpe do Empréstimo Consignado. Uma dessas pessoas, a SRA. Maria Ozélia Bezerra, indaga, perplexa: “Como é que se faz empréstimo no nome da pessoa sem a gente dar os documentos?”.

Essa é a indagação-chave, e aproveito para, através dela, sintetizar aqui a denúncia que encaminho ao Ministro da Previdência. Afinal, como mostrou a reportagem do Fantástico, os bandidos usam dados do próprio INSS. E não são poucos os inescrupulosos que descobriram mais esse jeito de iludir a boa-fé dos aposentados.

Esse jeito, creio, deve ser a precariedade da segurança dos dados do Instituto, mas os problemas dos empréstimos consignados estavam fadados a um desfecho dessa natureza, porque ele tem um problema na sua própria origem.

Lembro, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a forma como foram credenciados os bancos que operam empréstimos consignados do INSS, lá no seu início, é duvidosa até hoje. Era o auge do mensalão, e muitos suspeitam que estava ali uma importante fonte de recursos para irrigar os canais que alimentavam os cofres de mensaleiros, que hoje estão sob julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Esse é um pronunciamento, Sr. Presidente.

O outro, relatando que, outrora, de norte a sul do País, os mangues eram uma riqueza extraordinária. Aos poucos, não tanto aos poucos, foram sendo destruídos por ações nocivas do homem.

Isso apesar do potencial econômico desse ecossistema, de sua importância ecológica e turística para a Nação.

O certo é que a degradação causada pelo homem cresce a cada ano. Corte das árvores de mangue, lixos, aterros e esgotamentos sanitários, prospecção mineral predatória, invasões e especulação imobiliária, contaminação por efluentes industriais e agrotóxicos, eis aí ações que comprometem a existência futura dos nossos manguezais.

Na Região Amazônica, ainda há manguezais preservados ao longo de nove mil quilômetros da costa, principalmente entre o Pará e o Maranhão. Conforme matéria que li esta manhã, ali concentram-se 70% dos mangues do Brasil. São notáveis florestas de mangues, com árvores que chegam a 30 metros de altura, um espetacular refúgio de diversas espécies de crustáceos, peixes, moluscos e aves marinhas. Uma riqueza que ainda permanece desconhecida. Até quando, ninguém sabe.

Na Amazônia, os mangues contam com espécies importantes de vegetação, como o mangueiro ou mangue-vermelho, o mangue-siriba e a tinteira. Em todas, os frutos germinam ainda presos à planta-mãe, assegurando a reprodução das espécies.

Também a fauna dos manguezais é rica, como a garça, por exemplo. Mamíferos igualmente são encontrados nos mangues amazônicos, como o guaxinim, o tamanduá, o macaco-prego, os morcegos.

É tempo de luta responsável pela preservação dos manguezais. Não seria nada bom se acontecesse com os mangues da minha região a mesma degradação registrada em outras áreas do País. Nas demais regiões brasileiras, até esgoto é criminosamente lançado nos manguezais.

Seria bom se os órgãos de preservação da natureza pusessem logo em prática planos objetivos e estratégicos em favor da grande riqueza que são os mangues da Amazônia.

Peço, ainda, que seja acolhida pelos Anais da Casa, Sr. Presidente, a matéria intitulada “Manguezais: as florestas da Amazônia costeira”, matéria que se refere às florestas amazônicas, na parte dos manguezais, árvores de até trinta metros de altura. A matéria é de Moirah Paula Machado de Menezes, da Universidade do Pará, e foi publicada no **Diário do Grande ABC**.

Finalmente, Sr. Presidente, passo aqui simplesmente a ler a coluna de hoje – não tem aqui uma palavra minha – do jornalista Ricardo Noblat, que começa assim:

“Apagão de bom senso: foi um micro incidente, segundo o ministro Tarso Genro, da Justiça. Não, não foi. Em extensão, foi o maior apagão da história do país. Afetou 18 estados e 88 milhões de pessoas. Prejudicou sete milhões de paraguaios. Durou cinco horas e 47 minutos. Pela primeira vez, pararam todas as turbinas da hidrelétrica de Itaipu.

Apagão de gestão [diz, e eu concordo, o jornalista Ricardo Noblat]: não é aceitável

que um ou três raios no interior de São Paulo desliguem Itaipu e apaguem o país. Falhou o sistema de “ilhamento”, capaz de confinar o problema a uma só região.

Apagão de responsabilidade: no instante em que se fez o breu, o Presidente da República sumiu. Dilma Rousseff, a ex-ministra de Minas e Energia que desenhou o novo modelo do setor, também sumiu. Edison Lobão, o atual ministro, foi escalado para ser “a cara do apagão”.

Apagão de comunicação: o falatório desconexo das autoridades e dos técnicos adensou a escuridão. As explicações desencontradas comprovaram que o governo não tinha a mínima idéia sobre o que dizer à população no primeiro momento – nem no segundo. Foi então que Lula, assustado com o estrago que o episódio pode causar na imagem do governo, concluiu que o melhor seria todo mundo se calar. Mas antes... Bem, antes...

Apagão de compostura: quando parecia insustentável o sumiço da mãe de tudo o que o governo faz de bom, Dilma finalmente falou. Antes não o tivesse feito. “Olha aqui, minha filha”: em vez de explicações, Dilma foi grosseira com os jornalistas. Só faltou jogar nas costas da mídia a culpa pelo apagão. Lembrou o destemperado Ciro Gomes (PSB-CE) de 2002, que conseguiu perder a eleição presidencial para ele mesmo.

Apagão de respeito ao cidadão: em toda a algaravia produzida pelo governo havia apenas uma preocupação comum: bater forte na tecla de que o apagão da dupla Lula/Dilma não era tão grave quanto o apagão de Fernando Henrique Cardoso. A preocupação eleitoral ganhou linguagem marqueteira: FHC teve apagão; Lula/Dilma, somente um blecaute. Como se o escuro do apagão fosse diferente do escuro do blecaute.

Apagão de autoridade: empenhado em tentar esquecer o assunto, o governo atravessou a fronteira que separa o legítimo exercício do mando do deplorável exercício do autoritarismo. Sem mais nem menos, Dilma e Lobão deram o episódio por encerrado, como se de fato ele pudesse estar, como se os cidadãos não tivessem o direito de cobrar uma investigação rigorosa sobre as causas do apagão.

Apagão de gerência: um setor técnico e estratégico como o de energia foi loteado entre os dois maiores partidos da base do governo: PT e PMDB. Agentes político-sindicais petistas comandam a área de geração – Itaipu, Petrobras – enquanto agentes das várias etnias do PMDB comandam a área de transmissão e distribuição – Furnas, Br Distribuidora. A Eletrobrás, que está nas duas pontas, é feudo do senador José Sarney (PMDB-AP).

Apagão de regulação: criadas no governo FHC para regular os principais setores estratégicos com base em critérios técnicos e a salvo de ingerências políticas, as agências foram desidratadas de recursos e aparelhadas politicamente. O poder de regulação escapou das mãos dos técnicos e foi devolvido às mãos dos ministros, esses políticos por excelência e, como tal, sujeitos às pressões dos partidos.

Apagão de hierarquia: para evitar guerra interna e sabotagens entre aliados que dividem o comando do setor de energia, Lula deu todo o poder a Dilma para comandar os comandantes. Resultado: ministros e presidentes de grandes estatais têm os cargos e as verbas, mas não têm o poder de fato. Em condições normais, governantes tendem a fazer o jogo de fugir às suas responsabilidades. O governo Lula acentuou tal característica.

É sempre assim: na hora de faturar acertos proliferam seus verdadeiros e falsos pais, mães e avós. Na hora de encarar problemas, some toda a família e a lambança fica órfã. O povo? Ora, fica no escuro.”

Eu registro, Sr. Presidente, que aqui não tem uma palavra minha, embora eu concorde com todas as palavras escritas pelo jornalista Ricardo Noblat.

Peço, portanto, que esse oportuno artigo, corajoso artigo, seja acolhido na íntegra pelos Anais da Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Manguezais:

Molrah Paula Machado de Menezes
UN Maranh

Universidade Federal do Pará
(campus de Bragança)

A costa amazônica abriga 70% dos manguezais do Brasil. Distribuídos por uma área de 9.000 km², entre os Estados do Pará e do Maranhão a vegetação forma o maior cinturão contínuo de manguezais do mundo. Essas verdadeiras florestas de mangue, com árvores que podem chegar a 30 metros de altura e um metro de diâmetro, são o refúgio de diversas espécies de crustáceos, peixes, moluscos e aves marinhas, mas ainda permanecem desconhecidas pela maioria dos brasileiros.

Manguezais têm sedimento lamacento e salino, inundado diariamente pela maré, o que exige que as árvores se adaptem para sobreviver. Nos mangues da Amazônia, as principais árvores encontradas são o mangueiro ou mangue-vermelho, o mangue-siriba, siribeira ou mangue-branco e a tinteira, tinta ou mangue-preto. Em todas essas espécies, o fruto germina ainda preso na planta-mãe, o que garante a germinação das sementes an-

tes que atinjam o ambiente salino do sedimento.

A fauna dos mangues é rica. Entre as aves, merecem destaque a garça, o guará, com sua plumagem de um vermelho intenso, quando adulto, e diversas espécies de maçaricos. Mamíferos também visitam o mangue em busca de alimento, destacando-se o guaxinim, o tamanduá, o macaco-prego, as cuícas e os morcegos. Peixes, crustáceos e moluscos também cumprem parte de seu ciclo de vida nos mangues.

Humanos também ocupam os manguezais há tempos. Tribos pré-colombianas já usavam seus recursos, mas foi com a chegada dos europeus, experientes na exploração dos manguezais da África e da Ásia, e depois, com a chegada de escravos, que o uso desse ecossistema intensificou-se no Brasil. A extração de substâncias da casca de árvores, usadas para curtir couros e na medicina popular, e a transformação em lenha foram os principais usos dos manguezais na época.

A população atual do litoral amazônico também usa os recursos dos manguezais. Mexilhões, ostras, turus, ca-

marões, siris e o caranguejo uçá figuram entre os animais mais explorados. Pesquisa do projeto Manejo e Dinâmica de Manguezais (Madam), desenvolvido entre 1995 e 2005 em uma cooperação entre Brasil e Alemanha, mostrou que cerca de 80% das famílias rurais da região de Bragança, no Nordeste do Pará, usam recursos diretos ou indiretos dos manguezais. Além da captura de crustáceos e moluscos, destaca-se a pesca, muitas vezes feita nos canais de marés e nos rios próximos aos mangues.

Outro recurso bastante usado é a madeira, seja para construção rural, para estacas de currais de pesca ou para a produção de carvão. Substâncias retiradas da casca dos troncos são usadas hoje para corar redes de pesca e velas dos barcos, assim como na indústria do curtume. Raízes das árvores do mangue são usadas, em forma de chá, como remédio contra a diarreia. As comunidades também extraem mel de colmeias de abelhas selvagens que frequentam as flores do mangue-siriba. Outro recurso explorado é a lama do manguezal, usada por olarias.▲

Expansão urbana coloca vegetação em risco

▼ Até o momento, os manguezais amazônicos podem ser considerados bem preservados. Porém, eles também começam a perder espaço para a crescente e desordenada expansão urbana, para o turismo e para as estradas. Outros impactos comuns resultam da extração de lama, de atividades agrícolas e de atividades in-

dustriais em áreas urbanas (como Belém e São Luiz). O cultivo de arroz e o corte de madeira também contribuem para degradar os manguezais.

Além disso, a pesca predatória e a captura de fêmeas de crustáceos com ovos têm sido práticas constantes, levando à redução da quantidade e do tamanho desses animais nos manguezais amazônicos.

Alternativas têm sido tentadas, como a criação de Reservas Extrativistas Marinhas (Resex). Acordos de pesca também têm surtido efeito, e projetos

de parceria entre setores técnicos, científicos e sociais começam a ser implantados. Porém, são necessárias medidas governamentais e sociais, como informação, discussão e aplicação das leis que proíbem a pesca ou captura de diversas espécies em períodos de reprodução. É preciso também acelerar a elab-

oração e implantação dos planos de manejo das reservas extrativistas já criadas. Além disso, o gerenciamento regional deve orientar o crescimento das cidades costeiras.

É preciso, acima de tudo, que governo e sociedade despertem para a realidade de que os recursos naturais são finitos e de que o uso e aproveitamento de áreas costeiras devem ser planejados, respeitando os limites humanos e ambientais. Só assim será possível garantir o espetáculo de beleza das florestas de mangue da Amazônia costeira. ▲

Pesca predatória tem sido constante nas áreas de mangue

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Na forma regimental, será atendida a solicitação de V. Ex^a.

Senador Suplicy, é a sua vez, mas pode atender ao telefone que nós o aguardaremos.

Eu queria apenas fazer uma referência ao que disse o Senador Arthur Virgílio e felicitá-lo por sua exposição. Eu também acompanhei a matéria no Fantástico ontem e a achei impressionante.

Aliás, é interessante: amanhã, provavelmente, será votado projeto de lei de minha autoria sobre essa matéria, que proíbe esses vigaristas de pegarem empréstimos em nome de velinhos. O velinho terá de se apresentar à instituição e, com a sua assinatura, dizer que está concorde. Eu acho que, se V. Ex^a me ajudar, provavelmente amanhã nós terminaremos com esse absurdo, algo que realmente não tem cabimento.

Obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a contará integralmente comigo. É meritório, parabéns pela iniciativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Pedro Simon, que bom esteja V. Ex^a na Presidência desta sessão do Senado esta tarde.

Gostaria, hoje, de falar da importância da decisão que tomará o Supremo Tribunal Federal, nesta próxima quarta-feira, quando o Ministro Gilmar Mendes, depois de um resultado, até agora, de 4 votos a 4, irá proferir o seu voto no caso Cesare Battisti, se ele deve ser extraditado ou se deve ser confirmada a decisão do Ministro da Justiça Tasso Genro de conceder-lhe o direito de refúgio no Brasil.

Eu gostaria de enaltecer aqueles órgãos de imprensa que têm procurado apresentar os diversos pontos de vista.

Ainda hoje, recebi um artigo do filósofo francês Bernard-Henri Lévy e o encaminhei à **Folha de S. Paulo**. Assim fiz, porque gostaria que o jornal também pudesse dar oportunidade a todos os leitores de conhecer todos os elementos dessa história.

A propósito, quero registrar que encaminhei ao jornal **O Estado de S. Paulo**, ao Sr. Ruy Mesquita, diretor responsável, uma carta cumprimentando o jornal pelo fato de ontem, por exemplo, no caderno Aliás, ter publicado dois artigos: um, do professor Miguel Reale Júnior, que se mostra a favor da extradição, e outro, do

professor Dalmo de Abreu Dallari, que diz que a decisão do Ministro da Justiça é correta, é final, e a condição de refugiado prevalece. Mesmo tendo expressado, no editorial, seu ponto de vista favorável à extradição, o jornal publicou entrevista muito bem feita com o Ministro Marco Aurélio Mello, que, ainda na última quinta-feira, proferiu voto, que considero exemplar, no qual mostrou as razões de profundidade pelas quais o refúgio deve ser concedido ao Sr. Cesare Battisti.

Gostaria de ler aqui hoje uma carta que me foi encaminhada por Carlos Alberto Lungarzo, professor aposentado de Lógica e Matemática da Universidade de Campinas e membro da Anistia Internacional dos Estados Unidos. Ele escreveu ao Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, a seguinte carta:

“Prezado Senhor:

Escrevo a V. Ex^a na simples condição de alguém que milita em defesa dos Direitos Humanos desde a adolescência, que passou por várias seções da Anistia Internacional, foi voluntário do ACNUR e da Justiça e Paz.

Não sou membro de nenhum partido político ou seita religiosa, não sou eleitor no Brasil nem em meu país de origem, não recebo dinheiro da Itália, nem de grupos terroristas.

Conheci Battisti esta semana [aliás, ele estava comigo, quando o visitei na quarta-feira passada]; antes que recebesse refúgio, nunca tinha ouvido falar dele nem no grupo a que pertencia. Tampouco tenho interesse intelectual ou profissional no caso: sou um cientista e não advogado, jornalista ou político. O que me move a empenhar-me nesta causa são o sentido de solidariedade, minha visão ética da vida e, também, a vergonha que me produz pensar que possa viver sob instituições nas quais se pratica linchamento.

Embora tenha uma firme ideologia pessoal, repudio igualmente os neofascistas italianos que perseguem Battisti e aos pseudoesquerdistas que se enrolam na causa do revanchismo e a ‘vendetta’.

Acompanhei muitos casos em minha condição de membro de AI, e vi pessoas liberadas por um STF diferente: vi a liberação de Fernando Falco, na qual participei ativamente, e a do padre Medina, em cujo apoio apenas pude redigir algumas cartas. Antes disso, soube da extradição de Mário Firmenich, que foi correta.

Minha atividade em favor dos Direitos Humanos não foi apenas a de preencher papéis.

Na década de 70 protegi refugiados do Cone Sul, vítimas da Operação Condor, com grave perigo para mim e minha família. Na década de 80 participei na resistência contra o Operativo Charlie no México e na América Central. Por tudo isso, não tenho nenhum embaraço em assumir que me sinto plenamente qualificado para exigir justiça para Battisti.

Não estou pedindo clemência. Este é um termo teológico. O extraditando merece justiça. Em meus anos de militância conheci dúzias de vítimas da repressão e posso afirmar que é relativamente fácil, nessas condições, reconhecer a têmpera de alguém. Bastou estar uma hora com Cesare Battisti para perceber que ele tem enorme coragem, o oposto exato de seus inimigos, que se movem nas sombras, protegidos pelo poder. Posso me equivocar, mas me parece certo que Battisti não poderá ser amedrontado, como não foram amedrontados Nicola Sacco, Bartolomeu Vanzetti, Joe Hill, Ethel Rosenberg, Dreyfus, Olga Benário, e muitos outros.

Não vou dizer a V. Ex^a que a história nos julgará: a história é longa e talvez só mude muito tempo depois que se acabe a única vida que temos certeza que possuímos. A crença na justiça histórica é apenas uma maneira racional de fantasiar um desejo mítico de eternidade.

Mas quero fazer uma observação prática: a realização da vingança de outros, como simples procuradores, talvez não seja um bom negócio e não se possa fazer dela um bom proveito. Muitos dirão que, apesar de que Hitler e Mussolini tiveram má sorte, esse não foi o caso de Margareth Thatcher nem do ditador Franco, e que boa parte da Espanha e da Itália ainda apoia o fascismo e seus similares, e parecem ter muito sucesso.

Mas, será realmente assim? Será que o triunfo de crueldade faz seus autores felizes?

Todos os anos, milhares de flores chegam ao túmulo de Bobby Sands e dos outros nove heroicos garotos que levaram até a morte sua greve de fome, em 1981, e não o fizeram para pedir liberdade, apenas para manifestar o seu desprezo por seus infames opressores. O seu carrasco, a senhora Thatcher, só recebe os cumprimentos de subservientes empresários que enriqueceram com a ruína do seu país.

Os que já não podem se beneficiar-se dela, se afastaram.

Aliás, se o ódio compensa, eu gostaria de saber: por que o racismo atravessa a Itália? Por que os mesmos vândalos que exigem a cabeça de Battisti andam com tochas ateando fogo em acampamentos de africanos, árabes e ciganos matando mulheres e crianças? Será que pessoas felizes precisam de violência?

Não digo que esses atos deveriam parar por razões morais. Os que os praticam não têm uma moral humanista: eles não acreditam na humanidade, mas nos mitos, na raça, na linhagem, nas armas.

Mas será que os massacres, a punição coletiva, a perseguição e o papel de inquisidores medievais levam alguma felicidade a suas mentes doentias? Se não for assim, qual é a vantagem desse ódio?

Não posso evitar pensar no famoso coronel de Carandiru. Ele sentiu-se muito feliz quando massacrou 111 pessoas indefesas, mas será que era feliz junto a sua namorada, que aplicou com ele a mesma metodologia criminosa, a única que eles conhecem?

Não estou dizendo a ingenuidade de que a 'vida se vingará' ou o 'mal acaba recebendo o seu castigo'. A história mostra que isso não é verdade. Esta é uma ideia antropomórfica, válida para os que acreditam num destino personalizado. Há, porém, uma razão mais básica. A crueldade, a vingança e o revanchismo tornam as pessoas doentes. Não é o castigo divino; é o 'castigo' de nossas próprias células.

Estatísticas feitas nos Estados Unidos, na França, durante a Guerra de Argélia, e na Nicarágua, depois da libertação, mostram que torturadores, carrascos, linchadores, têm o maior índice de problemas em sua vida afetiva. Na Geórgia, por cada nove famílias de militares com graves quadros de violência familiar, há apenas duas famílias civis com os mesmos problemas. Em Alabama, por cada mulher de civil que apanha de seu marido, há 4,7 esposas de policiais que padecem desse problema.

Contrariamente às opiniões cheias de ódio, de sede de sangue e de 'vendettas', há muitas pessoas que valorizam Battisti, sua integridade, resistência e inteligência, sua qualidade de escritor, sua capacidade de lutar durante 30 anos e estar disposto a morrer, em vez de

tornar-se delator, 'arrependido', um laçao da máfia peninsular

Ele não estará sozinho em sua greve de fome, e não será possível para nenhum tribunal extraditar para Itália todos os amigos de Battisti.

Excelência, sei que o V. Ex^a está num nível cognitivo muito superior ao de outras pessoas que se manifestaram contra Battisti. Sei reconhecer a inteligência de alguém, mesmo quando nossos valores sejam opostos. Ouso dizer que V. Ex^a apreciou 100% da brilhante intervenção do Ministro Marco Aurélio, e reconhece, sem dúvida, que naquela longa argumentação não há uma palavra desnecessária, uma frase que não seja precisa, uma verdade que não tenha sido exaustivamente provada."

[Está aqui o Professor Carlos Alberto Lugarzo se referindo, justamente à sessão da semana passada em que o Presidente Gilmar Mendes prestou muita atenção na exposição proferida pelo voto do Ministro Marco Aurélio Mello.]

Prossegue o Professor Lugarzo:

"O Ministro Marco Aurélio fez, como ninguém tinha feito, uma análise profunda da Sentença 76/88, RG 49/84 da Corte d'Assise de Milano. Ele enumerou 34 provas de que Battisti foi tratado como autor de crime político e acusado diretamente de subversivo (eversivo). Não acredito, mesmo sendo um **outsider**, que em direito absolutamente tudo seja assunto de opinião.

Não posso pensar que V. Ex^a acredite realmente que esses crimes foram comuns. Nunca pensaria isso, porque seria insultar vossa inteligência, e eu nunca cometeria essa impropriedade. Também tenho certeza de que V. Ex^a sabe que a causa está prescrita. A prova dada pelo Ministro Marco Aurélio é um verdadeiro teorema, que só pode nos inspirar pena pelos que pretendem defender o parecer contrário.

Percebi que V. Ex^a ouviu as poucas, mas precisas ironias do Ministro Marco Aurélio sobre o cinismo do governo italiano e seus xenófobos e racistas partidários ao descrever as 12 maiores injúrias que os mais altos políticos fizeram da cultura e do povo brasileiro e até de seus magistrados.

"Ele fez isso, olhando "olho no olho" no Embaixador Italiano, que naquele momento abandonou a empáfia e fechou o rosto.

Sei que V. Ex^a entendeu que o Ministro Marco Aurélio desmascarou os interesses políticos e psicológicos (ressentimento, vingança, propaganda, revanchismo) que nada têm de jurídico e se escondem detrás de um julgamento feito com todas as violações possíveis aos Direitos Humanos e ao devido processo. E que ele também ressaltou o idealismo das gerações que lutaram contra a barbárie na década de 70, sem se importar que os vândalos usassem farda ou se vestissem à paisana.

Seria impossível duvidar de que V. Ex^a ouviu a um dos maiores magistrados da atualidade falar da ditadura do judiciário, algo que conduzirá à catástrofe não apenas da instituição do refúgio, mas de toda a democracia.

Tampouco V. Ex^a ignora muitos fatos que, embora não tenham sido narrados no dia 12, são de absoluta evidência: Que o governo da Itália se utiliza da organização DSSA para sequestrar refugiados no exterior, que o ministro italiano Clemente Mastella disse aos parentes das vítimas que não cumpriria sua promessa feita ao Brasil de limitar a prisão de Battisti aos 30 anos, que Battisti morreria na Itália pelas mãos de seus algozes e, portanto, que a declaração de greve de fome de Battisti é a evidência de que prefere uma morte digna por sua própria mão.

Enfim, Senhor Presidente, V. Ex^a sabe que o Ministro Marco Aurélio está certo, e hoje há milhares de pessoas que sabem disso. Não o conheço e não posso julgar se os Direitos Humanos e a Justiça são importantes ou não para Vossa Excelência.

Mas, caso o sejam, V. Ex^a tem uma excelente oportunidade de cumprir com esses direitos e honrar a justiça:

Admita o empate e outorgue ao réu o benefício da dúvida!

Atenciosamente

Carlos Alberto Lungarzo

Matrícula de Anistia Internacional (USA)
21525711"

Sr. Presidente, recebi outra carta, que teve a colaboração, entre outros, do Sr. Celso Lungaretti. Ela está que está circulando como de autoria de cidadãos brasileiros que encaminharam hoje aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Carlos Britto, Celso de Mello, Cezar Peluso, Dias Toffoli, Ellen Gracie, Gilmar Mendes,

Ricardo Levandovisk, Cármen Lúcia, Joaquim Barbosa e Marco Aurélio Mello, a seguinte carta:

Prezado Sr^a ou Sr. Ministro,

Sou apenas um cidadão brasileiro, um daqueles sujeitos na esquina, que, como já foi dito, não detêm doutos conhecimentos para meter o bedelho na augusta discussão de assuntos jurídicos, só servindo para pagar impostos que sustentam as sábias cortes.

Mesmo assim, acredito ter algo relevante a dizer sobre o pedido de extradição do escritor italiano Cesare Battisti e o farei, correndo o risco de ser achincalhado em excelsas declarações á imprensa. É que, na esquina, estou bem próximo do povo sofrido deste país e que por mais que tentem contínuos rancor e ânimo vingativo, os brasileiros continuamos, no fundo de nossa alma, generosos e compassivos.

Somos conhecidos e estimados no mundo inteiro por nossa cordialidade. E fizemos por merecer essa boa imagem, acolhendo, em nosso território, sem preconceitos e mesquinhas, os estrangeiros que aqui vieram para construir uma nova vida ou para escapar de perseguições que sofriam.

Nunca discriminamos ninguém, nem mesmo ditadores e torturadores. Talvez porque, como cristãos que a maioria de nós somos, não nos sentíssemos sem pecado para atirar a primeira pedra em outros pecadores.

Então, muito me surpreende que os senhores, por ação ou omissão, estejam prestes a mudar nossa tradição, que é e sempre foi humanitária.

Pior: num caso em que até um mísero sujeito na esquina como eu percebe haver enormes dúvidas. Aliás, até vossas votações de luminares têm ficado bem longe da unanimidade.

Nós, os humildes, sabemos qual é o lado em que a corda sempre arrebenta, então aprendemos a desconfiar das razões de Estado. Quando vemos os poderosos moverem uma perseguição tão encarniçada contra alguém, desconfiamos que não seja por espírito de Justiça – pois, para os senhores do mundo, esta é sempre a última das motivações.

Então, a prepotência com que a Itália tenta impor sua vontade ao Brasil, forçando-nos a fazer o que nunca fizemos nem é de nosso feitio fazer, sinceramente nos ofende.

Mais ainda quando percebemos que Cesare Battisti pode ter sido vítima de um julgamento de cartas marcadas, como os que ocorriam nas ditaduras que aqui existiram no século passado, para nossa imensa vergonha.

Também nos parece imensamente injusto causar sofrimento a um ser humano por acontecimentos obscuros de mais de trinta anos atrás. Nosso senso comum nos faz concluir que tais delitos já estejam prescritos, pouco nos importando as filigranas jurídicas com que se tente dilatar o tempo das punições.

Um de nossos grandes artistas disse: “Você, que inventou o pecado, esqueceu-se de inventar o perdão”. E é por dizer coisas como esta que conquistou o respeito e a admiração da gente brasileira. Pensem nisso, Srs. Ministros.

Battisti vem sendo, há muito tempo, um indivíduo pacato e produtivo. Nada tem feito que inspire receios quanto a suas ações, caso os Srs. lhe devolvam a liberdade, para residir e trabalhar no Brasil.

Então, entre acusações duvidosas, pressões arrogantes de um governo desmoralizado e a certeza de que será um cidadão que nenhum mal nos causará, nós, os sujeitos na esquina, não temos dúvidas em pedir-lhes que confirmem o refúgio já concedido a Cesare Battisti.

E, sem abusar da vossa paciência, suplicamos: façam-no o quanto antes, pois nunca se sabe quanto um indivíduo resistirá a uma greve de fome.

Já nos basta suportar o opróbrio da entrega de Olga Benário para a morte nos cárceres nazistas. Não tomem, em nosso nome, uma decisão que muito provavelmente causará a morte de Cesare Battisti no país que ele escolheu para viver. Pois, não há motivo para descrermos de sua afirmação de que preferirá morrer entre nós do que servir de troféu para seus carrascos da Itália.

E por ser um caso de vida ou morte, nós vos rogamos, Srs. Ministros: coloquem seus sentimentos à frente da vaidade, não se vexando de mudarem votos que se comprovaram incorretos nem de alterarem decisões que vos faria passarem à História como omissos e indiferentes ao destino de um injustiçado. Os que forem cristãos, levem em conta que a vaidade é um pecado capital. E os demais, que a compai-

xão e o amor ao próximo são um ensinamento comum da maioria das religiões.

É o que vos tenho a dizer, Srs. Ministro, na esperança de que lhes sirvam de algo as ponderações de um sujeito na esquina – humilde, sim, mas que acredita ser dotado do espírito de justiça inerente, segundo Platão, a todo ser humano. E é em nome do espírito de Justiça que deixo esta palavra final: salvem a vida e restitua a liberdade de Cesare Battisti! Ele já sofreu demais e merece viver em paz.

Respeitosamente,

Aqueles cidadãos, na esquina do Brasil, que passaram a coletar assinaturas entre todos.

E queria, Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, prezado Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, transmitir-lhes que, há cerca de dois anos, um dia fui procurado pela escritora Fred Vargas. Explicou-me que, arqueóloga, historiadora, esteve verificando, em profundidade, as razões de tudo que ocorrera com Cesare Battisti. Ela escreveu vários livros, quatro dos quais estão entre os mais vendidos. **Um Lugar Incerto** é o primeiro na lista dos livros mais vendidos na França, como histórias ou romances policiais. Ela me mostrou que, como historiadora e arqueóloga, foi verificar como é que se espalhou na Idade Média a peste e verificou que foi por meio de pulgas de diversos tipos. Isso, inclusive, levou-a a contribuir com o governo francês para prevenir a gripe suína. Ela me explicou de tal maneira tudo o que ocorrera com Cesare Battisti que, por essa razão, eu resolvi averiguar. Fui visitá-lo, conversei com ele, observei, por suas próprias palavras, que, especialmente, depois de ter participado do grupo Proletários Armados pelo Comunismo e ter participado de ações revolucionárias, inclusive, armadas, nunca matou ou atingiu qualquer pessoa, tendo, inclusive, realizado esforços para evitar tais procedimentos sanguíneos.

Eis que, diante do sequestro e morte de Aldo Moro, ele tomou a resolução de nunca participar de qualquer ato que pudesse ferir ou matar alguém. E ele disse, por “a” mais “b” mais “c” mais “d”, que não participou de qualquer dos homicídios pelos quais foi acusado e condenado à prisão perpétua. E não há, Senador Pedro Simon, uma única testemunha sã, adulta, que o Governo italiano aponte como tendo visto Cesare Battisti cometer qualquer dos quatro assassinatos. Só há a denúncia formulada por aqueles que, efetivamente, participaram do assassinato, mas que tiveram o benefício do instrumento chamado “delação premiada”.

Inclusive, o ex-Premier Massimo D’Alema, que conversou com o Presidente Lula ontem, e o Primeiro-

Ministro Berlusconi, que hoje conversou com o Presidente Lula, devem ter também a hombridade, como italianos – e eu falo como bisneto e neto de italianos –, de explicar como é que a Corte italiana e mesmo a Corte européia aceitaram que houvesse falsos defensores, baseados em procurações falsas, coniventes com a denúncia dos que fizeram a delação premiada.

Essas questões foram examinadas devidamente pelo Sr. Romeu Tuma Júnior, Secretário Nacional de Justiça; pelo Ministro Tarso Genro, que, diante das dúvidas, proferiu o voto pelo refúgio do Sr. Cesare Battisti.

Então, encaminhar o Sr. Cesare Battisti para a Itália, extraditando-o sem o exame aprofundado desses fatos e, ainda mais, diante de todo o empenho das autoridades italianas, muita vezes colocando palavras ofensivas ao Brasil, como se isso não fosse um ato político, então...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– (...) será que para crimes efetivamente comuns se empenhariam tanto essas autoridades? Autoridades de um governo tipicamente conservador, mesmo com o apoio do Sr. Massimo D’Alema, mas que foram coniventes com o tempo em que a Justiça italiana, ainda que num governo democrático, cometeu abusos denunciados pela Anistia Internacional, abusos como a prática da tortura, a prática de técnicas de afogamento para tentar fazer com que as pessoas confessassem aquilo que nem sempre era a verdade.

Eu aqui concluo, Sr. Presidente Senador Pedro Simon, Senador Arthur Virgílio, no sentido de que possa o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, antes de proferir o seu voto, diante do resultado até agora (quatro a quatro), então, chamar o Sr. Cesare Battisti para vir, perante os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dizer, olho no olho, aos Ministros, qual é a sua verdade.

E eu tenho a certeza de que, como juízes, como Ministros do Supremo Tribunal Federal, então, darão a oportunidade que ele não teve perante a Corte italiana e a Corte Européia, porque nunca um juiz perguntou a Cesare Battisti, nunca uma autoridade policial perguntou a ele: “você matou tal pessoa?” Nunca isso aconteceu. Pela primeira vez, a Justiça brasileira tem essa oportunidade. Que possa, então, o Sr. Cesare Battisti ser convidado para ir à sessão de quarta-feira próxima...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

(...) e, antes dos Ministros confirmarem o seu voto e o próprio Ministro Gilmar Mendes declarar o seu voto,

que pelo menos o escutem, como eu próprio fiz para chegar às conclusões que aqui manifesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço apenas para transcrever os dois artigos publicados ontem no **O Estado de S. Paulo, do Professor Dalmo de Abreu Dallari**

e de Miguel Reale Júnior, para que o meu pronunciamento tenha espelhe os dois pontos de vista.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Benefício está, sim, sujeito à lei’ ‘A condição de refugiado prevalece’

Para jurista, STF pode julgar refúgio concedido

Miguel Reale Júnior*

Duas são as questões: 1 - Pode o ato do ministro da Justiça de conceder refúgio ser objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal? 2 - Se possível, o ato do ministro estava revestido de legalidade?

O refúgio é regulado pela lei n. 9.474/97, que especifica as condições, positiva e negativa, para ser concedido o benefício: que o solicitante tenha fundados temores de perseguição em vista de suas opiniões políticas e que não tenha cometido crime hediondo. A Convenção da ONU, Estatuto do Refugiado, proíbe a concessão do refúgio àquele que tenha cometido “crime grave de direito comum”.

Assim, a decisão de concessão de refúgio não fica ao alvitre da autoridade administrativa, mas se deve enquadrar no modelo fixado na lei, ou seja, é um ato vinculado. Se assim é, pode o Supremo Tribunal Federal examinar se o ato do ministro da Justiça atende aos requisitos estatuidos, pois sua decisão não se baseia nos critérios da oportunidade e conveniência, mas sim na adequação do refúgio às exigências da lei.

Dessa maneira, a legitimidade do exame pelo Supremo da legalidade do ato do ministro da Justiça resulta óbvia, pois só o ato administrativo legal pode impedir que se conceda a extradição solicitada por país estrangeiro.

Vencida essa primeira questão, resta saber se o ato do ministro da Justiça reveste-se de legalidade. O Comitê Nacional de Refugiados, Conare, órgão colegiado presidido por representante do Ministério da Justiça, decidiu pela não concessão do refúgio. O ministro da Justiça, em recurso, contrariou a po-

sição do seu próprio representante no Conare. Argumentou que a Itália à época passava por momento de exceção, com desrespeito aos direitos humanos e sob dominação de um poder oculto, sendo impedido o exercício pleno do direito de defesa, havendo temor de perseguição por crime de caráter político.

O ministro do Supremo, César Peluso, desmontou esses argumentos: inicialmente, as afirmações não guardavam compromisso algum com a verdade histórica, pois a Itália era uma república parlamentarista, pluripartidária, com eleições periódicas e um governo de coalizão entre o Partido da Democracia Cristã e o Partido Comunista, sem derrogação da ordem constitucional democrática.

Por outro lado, os crimes não eram de natureza política: quatro homicídios qualificados, cuja motivação não fora de ordem política, mas ditados por vingança pessoal, por desforra. Os crimes foram graves e de direito comum.

Além do mais, a alegada ausência de defesa não ocorreu, pois a própria Corte Europeia de Direitos Humanos considerou que houvera plena defesa por meio de advogado constituído pelo próprio Battisti, cujos pleitos haviam em parte sido atendidos no julgamento.

Assim, a ilegalidade do ato resta patente, por não se enquadrar nas hipóteses legais, sendo fruto de escolha arbitrária do ministro, que descontente com a orientação do Supremo teve a deslealdade de afirmar que nossa Suprema Corte elabou decisão perante a pressão da Itália. Muito feio. ●

* Jurista e professor de direito da USP

Decisão do ministro da Justiça é final, diz Dallari

Dalmo de Abreu Dallari*

Legalmente concedido a um estrangeiro que se encontre em território brasileiro o estatuto de refugiado, fica excluída, como é lógico e legal, a possibilidade de que depois disso, e sem que ocorra qualquer fato novo, seja atendido o pedido de um governo estrangeiro para que ele seja extraditado. Ficaria ridículo e exporia o Brasil e suas instituições jurídicas a dúvidas nada dignificantes conceder, por via regular, o estatuto legal de refugiado e depois efetuar a extradição daquele mesmo a quem concedeu o refúgio legal.

Tudo isso tem aplicação a processo pendente no Supremo Tribunal Federal envolvendo o refugiado de origem italiana Cesare Battisti. Condenado em seu país à pena de prisão perpétua há cerca de 30 anos, num processo que correu à sua revelia e no qual foram feitas as acusações de homicídio e de subversão – crime político, obviamente –, Battisti, que sempre negou a autoria dos homicídios, buscou refúgio fora da Itália e veio para o Brasil em 2004. Aqui vivia pacífica e honestamente quando o governo italiano o descobriu e pediu sua extradição. Iniciado o processo no STF para decidir sobre esse pedido, o presidente do tribunal determinou sua prisão, a fim de que aguardasse o desfecho do processo.

Entretanto, enquanto tramitava no STF o pedido de extradição ocorreu um fato novo, de relevância fundamental, que foi a concessão do estatuto de refugiado a Battisti. É oportuno ressaltar aqui alguns aspectos jurídicos da concessão de refúgio legal. Em 1951, visando a dar abrigo e proteção às pessoas compelidas a refugiar-se, a ONU aprovou uma Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, segui-

da, em 1966, de um Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, documentos internacionais que tiveram a adesão do Brasil. Para dar efetividade aos compromissos assumidos foi aprovada a lei número 9.474, de 1997, que definiu mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados. Por meio dessa lei foi criado o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça, ao qual compete decidir em primeira instância sobre pedido de refúgio. Por disposição clara e expressa do artigo 2º da lei, no caso de decisão negativa cabe o direito de recurso ao ministro da Justiça, que, obviamente, poderá modificar a decisão. E, pelo artigo 3º, “a decisão do ministro de Estado da Justiça não será passível de recurso”, sendo, portanto, definitiva.

Indeferido pelo Conare o pedido de Battisti, este recorreu ao ministro da Justiça, que, no desempenho de suas atribuições legais, proferiu uma decisão formalmente perfeita e bem fundamentada. Assim, foi acolhido o recurso do interessado, sendo-lhe concedido o estatuto de refugiado em janeiro de 2009. Pelo artigo 3º da lei, “o reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão do refúgio”. É essa, precisamente, a situação legal de Battisti. Tendo em conta os fatos e a legislação vigente, a única decisão legalmente correta do STF será a determinação do arquivamento do pedido de extradição, pela superveniência de uma situação jurídica nova, legalmente impeditiva de atendimento do pedido. ●

* Jurista e professor emérito da USP

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Na forma do Regimento, Senador Suplicy, V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que os Anais da Casa acolham, na sua inteireza, o artigo “Por falar em liberdade de expressão...”, da economista e blogueira do *site* www.prosaepolitica.com.br, uma jornalista do Estado do Mato Grosso, em que ela estranha – e também o faço:

“[...] um mandado de cumprimento de liminar concedido pelo juiz Pedro Sakamoto, ao Deputado Estadual José Riva (PP), Presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, afastado das funções de ordenador de despesas por determinação do juiz Luiz Bertolucci, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular de Mato Grosso.”

O Deputado, Sr. Presidente, entrou com uma ação contra Adriana Vandoni e mais quatro pessoas, alegando que sua honra teria sido maculada por que essas pessoas relataram em seus **blogs** processos que os Ministérios Públicos Estadual e Federal sugerem contra ele. O estranho é que a sentença do juiz Sakamoto diz:

“[...] se abstenham [os réus] de emitir opiniões pessoais pelas quais atribuam àquele [no caso, o Deputado Riva] a prática de crime, sem que haja decisão judicial com trânsito em julgado que confirme a acusação, sob pena de multa de R\$1.000,00 (mil reais) por ato de desrespeito a esta decisão e posterior ordem de exclusão da notícia ou opinião.”

Isso me parece um absurdo, porque, para se criticar, não é preciso haver o trânsito em julgado de um réu; basta a convicção daquele que está acusando, basta que ele arque com as consequências cíveis e penais quaisquer, se porventura incorrer nos crimes de calúnia, injúria e difamação.

Mas o fato é que diz Adriana: “O juiz nos proíbe de emitir opinião”. E ela traz aqui o contrário. Diz ela:

“Na semana passada o ministro do STF, Celso de Mello, em uma sentença proferida em favor do jornalista Juca Kfoury, escreveu: ‘o texto da Constituição da República assegura ao jornalista, o direito de expender crítica, ainda que desfavorável e mesmo que em tom

contudente, contra quaisquer pessoas ou autoridades’.”

Então, ela diz que vai respeitar a decisão do juiz – obviamente, recorrerá dela –, mas que acha estranho, porque o que ela quer é ver a conclusão do que propõem, em termos de processo contra o Deputado Riva, os Ministérios Públicos Estadual e Federal. É basicamente isso.

Ainda há pouco, eu falava sobre essa coisa de se castrar ou cassar a liberdade de expressão, e censura é a forma mais grosseira de se fazer uma realidade virar cúmplice da corrupção, da malversação. Tudo de que os malversadores precisam é que haja um ambiente de silêncio por parte da imprensa. As ditaduras se impõem e exigem o silêncio da sociedade, que fala pela imprensa, pelos parlamentos, pelas tribunas.

Portanto, acolho isso na íntegra. Não conheço os detalhes, não conheço o Deputado Riva, conheço a jornalista e economista Adriana Vandoni. Não conheço os fatos, mas eu nunca poderia deixar de inserir nos Anais do Senado o brado de alerta que ela propõe. E minha preocupação é a de que agora o Deputado fale e exponha suas razões e de que o juiz se justifique, embora me pareça injustificável que alguém proíba alguém de escrever ou de falar num país que se diz democrático, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a mencionou o caso de uma blogueira e me fez lembrar quando, na sessão da semana passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conversamos a respeito do caso de Yoani Sánchez, de Cuba, autora do **blog** *Generación Y*, responsável por esse **blog**, e autora de um livro publicado no Brasil – justamente no dia 6 último, houve o lançamento do livro em São Paulo, logo após o havido no Rio de Janeiro. Na ocasião, V. Ex^a propôs que houvesse um voto de repúdio à maneira como tínhamos recebido a notícia de que ela tinha sido detida e agredida por pessoas em Havana, exatamente no dia 6 de novembro. Eu gostaria de registrar que fui um dos debatedores no lançamento do livro, juntamente com o jornalista Eugênio Bucci. Na ocasião, ela enviou uma mensagem, por vídeo, de sua residência. Inclusive, ela agradeceu aos diver-

senadores. O Senador Demóstenes Torres foi quem escreveu e apresentou o requerimento para convidá-la a vir aqui. Eu disse que preferiria até não votar, porque eu gostaria de dialogar com o Ministro-Conselheiro Alejandro Diaz, da Embaixada de Cuba, para esclarecer melhor o episódio. Quero transmitir-lhe, Senador Arthur Virgílio, que, na semana passada, liguei tanto para a Embaixada de Cuba como para o Consulado de Cuba em São Paulo, mas, até agora, não consegui falar, embora já tenha deixado a mensagem. Quero transmitir, nesta oportunidade, que eu gostaria de fazer uma visita à Embaixada de Cuba, ao Ministro-Conselheiro – está por chegar o novo Embaixador de Cuba no Brasil –, porque eu gostaria que esse episódio fosse esclarecido. Mais detalhes foram publicados pela imprensa nesse fim de semana, inclusive redigidos pela própria Iohane Sanches, sobre o que aconteceu com ela naquele dia. A revista *Veja* publica duas páginas, de próprio punho, do testemunho, mas quero ouvir a autoridade cubana. Então, seria próprio que eu transmitisse a V. Ex^a esse empenho, porque o próprio Senador Demóstenes Torres pediu isso a mim. Acho que, também na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tratamos do assunto. Então, o Senador Eduardo Azeredo pediu que o Senador Inácio Arruda, outros Senadores e eu pudessemos levantar as informações, que desejo completar. Portanto, quando eu obtiver as explicações do representante do governo de Cuba no Brasil, quero transmiti-las, porque nos foi solicitado isso, e me sinto responsável. V. Ex^a sabe que, ainda hoje pela manhã, o Presidente Barack Obama fez uma palestra para estudantes em Xangai. Dentre os diversos temas de que tratou, ele mencionou, por exemplo, o quanto é importante que, na República Popular da China, haja liberdade de expressão, haja liberdade de os indivíduos expressarem o que sentem, inclusive pelos meios modernos de comunicação, como a Internet. O Presidente Barack Obama transmite, assim, um anseio que é universal, tenho convicção disso. Eu gostaria muito que, nas três Américas, o direito de ir e vir e o direito de expressão pudessem ser assegurados. Sou solidário à Revolução Cubana, aos seus objetivos, e eu gostaria muito que, quando da sessão comemorativa dos 50 anos da revolução de Cuba, esse problema estivesse superado. Então, avaliei que seria próprio que, neste aparte, eu pudesse transmitir-lhe essa reflexão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Suplicy.

Vou a Churchill, que diz que a democracia é um regime muito imperfeito, embora, de longe, seja o menos imperfeito de todos os demais. Tenho muita desconfiança de todo regime que precisa se sustentar restringindo o direito de opinião, o direito de debate, o direito de ir e vir. Sob esse aspecto, eu, que sou contra o bloqueio a Cuba, vejo que Cuba avançou pouco e vejo que a China precisaria dar passos mais seguros na direção da abertura política também.

Até tenho a lamentar que o Presidente Obama e o Governo chinês hajam resolvido, antecipadamente, implodir os resultados de Copenhague, ou seja, é natimorta a conferência, porque, sinceramente, as duas economias mais vivas – embora a China ainda não tenha ultrapassado o Japão, a China é uma economia viva, dinâmica – dizem-se indispostas a serem claras em relação aos índices com que podem arcar de diminuição das emissões de carbono. Fico triste, porque percebo que terminará virando um ato retórico se ir lá ou se investir tempo nessa conferência, que despertou tanto entusiasmo em nós outros e em todos aqueles que querem ter um compromisso efetivo com o futuro da Humanidade.

Mas lhe agradeço suas explicações, Senador, e a solidariedade à jornalista atingida por uma decisão que lhe castra a opinião. Esta é a pior forma de se lidar com a opinião dos outros: castrando e cassando a opinião de quem quer que seja. Digo-lhe que estarei nos debates, atentamente, com o respeito de sempre, tanto da Comissão de Justiça, quanto da Comissão de Relações Exteriores, para esclarecermos essa questão.

Não haveria interlocutor melhor e mais isento do que V. Ex^a. Em que pese a simpatia que demonstra pelo regime cubano, é isento, tem honestidade intelectual para isso. Interlocutor melhor do que V. Ex^a não existiria, portanto, para se informar e nos informar.

Aqui, reafirmo minha solidariedade à escritora e blogueira, que também teve seus direitos de expressão censurados: uma, aqui, em plena democracia brasileira, e a outra, em pleno regime cubano. Tenho de lamentar os dois fatos.

Muito obrigado, Sr. Senador.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Por falar em liberdade de expressão...

Por Adriana Vandoni (*)

Recebi no final da tarde desta sexta-feira (13), um mandado de cumprimento de liminar concedida pelo juiz Pedro Sakamoto, ao deputado estadual José Riva (PP), presidente da assembléia legislativa de Mato Grosso, afastado das funções de ordenador de despesas por determinação do juiz Luiz Bertolucci, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular de Mato Grosso.

O deputado entrou com uma ação contra mim e mais quatro pessoas alegando que nós "maculamos a sua honra" ao relatarmos em nossos blogs, processos que os Ministérios Públicos Estadual e Federal movem contra ele. Ok, cada um com sua queixa. Ele se queixa disso contra mim. O Ministério Público Estadual e o Federal se queixam de outras coisas contra ele. Cada um na sua.

O interessante é a decisão do juiz Sakamoto, que em tempos de grandes questionamentos da Liberdade de Expressão, e logo após o Presidente do Supremo Tribunal Federal dizer que tentativas de censura podem ser recorridas diretamente no STF, concede uma liminar nos seguintes termos:

"[...] **se abstenham** [os réus] de **emitir opiniões pessoais** pelas quais atribuam àquele [Riva] a prática de crime, sem que haja decisão judicial com transito em julgado que confirme a acusação sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por ate de desrespeito a esta decisão e posterior ordem de exclusão da notícia ou opinião".

O juiz nos proíbe emitir opinião. Cada cabeça, uma sentença. Na semana passada o ministro do STF, Celso de Mello, em uma sentença

proferida em favor do jornalista Juca Kfourí, escreveu: **"o texto da Constituição da República assegura ao jornalista, o direito de expender crítica, ainda que desfavorável e mesmo que em tom contundente, contra quaisquer pessoas ou autoridades"**.

É claro que esta decisão do juiz será respeitada por mim, pois não tenho o costume de transgredir as leis e as normas de boa conduta, quer em situações como esta, quer no trato com bens públicos. Da mesma forma que nunca fui sequer suspeita de receber ilicitamente nenhum vintém, não serei acusada de desrespeitar a decisão de um juiz, mesmo considerando censora e opressora. Irei recorrer pelos meios legais, como uma cidadã de bem faz.

Continuo, **se assim ainda me permitir o nobre magistrado juiz Pedro Sakamoto**, com a mesma opinião que já tinha antes de José Riva e continuo esperando o dia de vê-lo respondendo às acusações que lhe são feitas pelos Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal como qualquer cidadão deste país que vive conforme as leis brasileiras. Não será esta concessão de liminar que me acovardará ou intimidará.

Eu, diferente do homem citado por Rui Barbosa, não me apequeno ou me encolho "de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus", pelo contrário. Sinto-me grande, forte e confiante que o caminho que escolhi trilhar é o certo, o da honradez, da honestidade e da justiça. E por este caminho estou disposta a superar toda e qualquer adversidade que possa aparecer, e ei de transpô-las, uma a uma, sem nunca lançar mão de métodos ilícitos, tortuosos ou nebulosos.

Como já escrevi dias atrás, volto a escrever: o jogo, enfim, começou.

OBS: os documentos referentes ao processo (ação, liminar e mandado de cumprimento), estão disponíveis [clikando aqui](#).

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra, o ilustre Senador Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde, para comentar e levar a conhecimento alguns dados sobre as ouvidorias no Brasil.

Tivemos, na semana passada, um evento internacional que, pela primeira vez, no Brasil, reuniu especialistas do mundo todo para tratar dessa matéria tão importante, que faz parte das boas administrações públicas e particulares, em qualquer empresa, em qualquer instituição.

Como fui Ouvidor-Geral no Município de Palmas, capital do Tocantins, escrevi alguma coisa sobre ouvidoria e faço questão de registrar nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participei, na semana passada, da abertura do I Fórum Internacional de Ouvidorias Públicas, evento promovido pela Ouvidoria-Geral da União para o qual foram convidadas diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que atuam na área de ouvidoria.

De hoje até o próximo dia 12, especialistas brasileiros e de outros países realizarão painéis e conferências com o objetivo geral de promover o intercâmbio de experiências inovadoras de ouvidorias públicas e discutir temas relativos à democracia participativa no exercício da cidadania.

Os objetivos específicos do fórum eram:

- Identificar as experiências internacionais inovadoras e transformadoras na área de ouvidorias públicas e nas instituições similares existentes no mundo;
- Incentivar a difusão de informações, a comunicação e a integração entre as ouvidorias públicas nas três esferas de governo;
- Contribuir para o fortalecimento das ouvidorias públicas brasileiras;
- Contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos, dando transparência aos atos governamentais.

Sr. Presidente, não há o que se falar de cidadania, de democracia participativa, de respeito à dignidade das pessoas sem introduzirmos nesse debate uma abordagem política sobre a importância dos serviços de ouvidoria e outros direcionados ao atendimento dos cidadãos.

Na esfera pública, então, essa discussão se torna ainda mais necessária, na medida em que o cidadão, que paga os seus impostos e que cumpre com as

suas obrigações perante o Estado, merece dispor de um instrumento eficiente para garantir o acesso pleno aos seus direitos individuais e coletivos, consagrados na Constituição Federal.

A instituição do *ombudsman* ou ouvidor do povo cumpre exatamente o propósito de estabelecer limites para o exercício do poder, conferindo ao cidadão a possibilidade do controle direto sobre os atos dos governantes. O modelo do constitucionalismo clássico organizou as instituições de limitação do poder dos governantes sob duas formas: limitações verticais, em que os órgãos do Estado submetem-se ao controle do povo, e limitações horizontais, quando o controle se dá através da aplicação do princípio da separação dos poderes.

O princípio da soberania popular confere ao povo a possibilidade de exercer sobre os governantes controle direto e indireto do exercício do poder. Espertamente, alguns tentam reduzir essa competência popular unicamente ao direito do cidadão de eleger pelo voto direto os ocupantes de cargos públicos, presumindo-se assim que, sendo os governantes eleitos pelo povo para um mandato de duração limitada, a possibilidade de abuso do poder político esteja inteiramente afastada.

O direito de votar, entretanto, não encerra a possibilidade de controle do cidadão sobre os atos dos seus representados. Muito ao contrário, a democracia participativa sugere que o cidadão tenha o direito de apresentar e debater propostas, deliberar sobre elas e, sobretudo, mudar o curso da ação estabelecida pelas forças constituídas e formular alternativas. Sempre que possível, deve ser facultado ao cidadão participar, decidir, opinar, direta ou indiretamente, sobre os temas que dizem respeito à coletividade. Só há participação política efetiva quando existe democracia participativa, e essa não se confunde com a democracia representativa, embora com ela possa coexistir perfeitamente.

Comprovada a importância da instituição das ouvidorias públicas e, mais do que isso, o papel imprescindível desses órgãos como instrumentos de controle de poder, resta uma discussão conceitual sobre a natureza das atribuições do ouvidor, que não podem se confundir com as funções exercidas pelos representantes do Ministério Público.

Fábio Konder Comparato, em prefácio do livro **A Ouvidoria na Esfera Pública Brasileira**, organizado por Rubens Pinto Lyra, manifesta a sua opinião sobre qual deve ser o papel do ouvidor. Segundo ele:

“Não faz sentido atribuir aos ouvidores o poder de agir em juízo em defesa dos interesses populares, prerrogativa que faria deles uma supérflua duplicação do Ministério Público. Mas, em compensação, não parece razoável

confinar os ouvidores na posição de meros receptores das reclamações do povo, sem que detenham o poder de investigar os fatos trazidos ao seu conhecimento. Ouvidores não de ter plena competência para abrir inquéritos sobre fatos de ineficiência, ilegalidade ou abuso na atuação dos órgãos estatais, encaminhando suas conclusões aos responsáveis e também, conforme o caso, ao Ministério Público para a eventual propositura da ação penal ou da ação civil pública”.

Sob essa concepção, a função do ouvidor público ganha reverência estratégica na organização do Estado, servindo de instrumento de controle dos limites dos exercício de poder e de garantia de transparência pública.

Foi assim pensando que o Prefeito de Palmas, Raul Filho, decidiu implantar em janeiro deste ano a Ouvidoria-Geral do Município. Naquela oportunidade, recebi do Prefeito a honrosa missão de conduzir todo o processo de implantação do órgão. Implantada a Ouvidoria da capital, exerci o cargo de Ouvidor-Geral de Palmas até o mês de setembro, quando me licenciei para assumir a cadeira no Senado pelo Estado do Tocantins. Posso assegurar-lhes que, de todas as funções públicas executivas e legislativas que já desempenhei ao longo da minha vida pública, essa foi a uma das mais recompensadoras.

Gostaria de relatar um pouco da experiência vivenciada nesses meses de atuação como Ouvidor-Geral de Palmas:

- Vinculamos o órgão ao gabinete do Prefeito, com autonomia e imparcialidade, promovendo, em qualquer instância e/ou circunstâncias, os encaminhamentos cabíveis, acompanhando e retornando em tempo hábil ao cidadão as providências adotadas, preservando o sigilo do demandante;
- Como estratégia de atuação, buscamos capacitar a equipe da ouvidoria e adquirir equipamentos de gestão adequados ao funcionamento do órgãos;
- Na área de comunicação, procuramos intensificar a divulgação do serviço de ouvidoria a todos os cidadãos palmenses, realizando palestras para apresentação do trabalho da Ouvidoria às autoridades municipais, gestores, servidores, conselhos municipais e líderes comunitários;
- No que diz respeito ao controle do funcionamento do órgão, criamos relatórios mensais para serem entregues ao Prefeito e a todos os secretários, bem como fizemos a publicação do balanço das

ações da ouvidoria no Portal da Transparência, da Prefeitura.

A decisão de implantar a Ouvidoria do Município de Palmas mostrou-se extremamente acertada e obteve grande aprovação popular. As demandas pelos serviços oferecidos pelo órgão não param de crescer. Somente no primeiro semestre de 2009 foram 855 acessos, sendo a maioria constituída de reclamações, especialmente na área de saúde pública. Os cidadãos procuraram a Ouvidoria ainda para fazer denúncias, elogios, sugestões ou simplesmente obterem informações. Os relatórios produzidos pela ouvidoria auxiliam o prefeito a direcionar as ações municipais prioritariamente para as áreas mais sensíveis, aprimorando assim os serviços públicos oferecidos ao cidadão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exercer o cargo de Ouvidor-Geral de Palmas revelou-se uma experiência muito gratificante para mim, pois reforçou a concepção que tenho de que os princípios da igualdade, da justiça e da dignidade humana devem estar sempre presentes nas ações de qualquer governo que se pretenda democrático e popular.

Ao encerrar este meu pronunciamento, quero cumprimentar o Prefeito de Palmas, Raul Filho, pela coragem de criar a Ouvidoria Municipal, em um gesto que demonstra a preocupação de S. Ex^a com a transparência pública e com o exercício da democracia participativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses poucos meses nos quais fui Ouvidor-Geral do Município de Palmas, tenho a certeza em afirmar a qualquer governante, na área do Município, do Estado ou da União, que, para uma boa administração, é preciso ter uma ouvidoria.

Quero, Sr. Presidente, anunciar também que estou entrando, nos próximos dias, com projeto de lei regulamentando as ouvidorias em todo o País e tornando-as obrigatórias ao Poder Público, pois é uma ferramenta, um instrumento que o cidadão mais humilde tem para chegar até o governante e fazer suas reclamações, fazer suas demandas e buscar solução. Nem sempre o contribuinte mais humilde tem acesso aos seus dirigentes, mas, por meio da ouvidoria, criou-se esse acesso.

Portanto, nesse pouco tempo em que estarei no Senado, quero encaminhar uma matéria regulamentando as ouvidorias em todo o País, o que é de extrema importância para os governantes em todas as esferas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –
Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agradeço o pronunciamento do Sr. Senador Sadi Cassol.

Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quando V. Ex^a estava na tribuna do Senado, esta tarde, mencionou que seria importante que a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, responsável pela coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento, juntamente com o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, comparecessem ao Senado, às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, para explicar a interrupção de energia elétrica que tivemos há duas semanas.

Falei há pouco com o Senador Aloizio Mercadante. Há concordância da parte do Governo. Inclusive quero informar que na Comissão de Infraestrutura, há pouco, foi apresentado requerimento nesse sentido e já aprovado. Avalio que a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro Edison Lobão terão toda a disposição e qualificação para bem explicar os incidentes havidos e as razões do acidente.

Também avalio que, como aconteceram diversos acidentes em obras, inclusive com a participação de recursos federais, do Rodoanel, do metrô e outras, seria próprio também que façamos um convite ao Secretário de Estado de Transportes, ao próprio Governador José Serra, para também poder aqui... E tenho a convicção de que ele, inclusive com muita determinação, esteve presente no local do acidente e, embora constatasse não ter havido vítimas fatais, verificou que há necessidade de se averiguar inteiramente as ocorrências, a fim de que se possa, no devido prazo, esclarecer as suas causas.

Então, é importante, no espírito do que foi o pronunciamento de V. Ex^a, que esses esclarecimentos sejam dados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a o pronunciamento. É muito feliz a decisão do Líder de V. Ex^a. Oportunamente, serão feitos os entendimentos.

Não havendo mais orador inscrito, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – O Sr. Senador Acir Gurgacz enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, quero, mais uma vez, manifestar minha imensa satisfação em poder ascender à tribuna desta Casa, em minha primeira Legislatura.

É com muita honra e com o coração cheio de orgulho que estou aqui, representando mais de duzentos mil eleitores do Estado de Rondônia.

E podem estar certos de que, aqui, sempre estarei atento a todos os anseios da população de meu Estado e do nosso País, no sentido de buscar soluções para sanar todas as carências deste povo que, embora sofrido, nunca se deixa esmorecer pelas dificuldades.

Tenho certeza de que, juntos, iremos comemorar muitas conquistas.

Neste intuito, não poderia deixar de vibrar com a aprovação da PEC 60/2009, de autoria da nobre colega Senadora Fátima Cleide, que, ontem, veio a ser promulgada por esta casa.

Tal proposta, que trata da transferência parcial da folha de pagamentos do Estado de Rondônia para a União, contou, para a sua aprovação, com o trabalho incansável de eminentes parlamentares como Eduardo Valverde e Mauro Nazif e, além disso, de maneira poucas vezes vista na história do Parlamento Brasileiro, conseguiu com que toda a Bancada Estadual de uma das Unidades Federativas de nosso País estivesse unida em prol de uma só causa.

A aprovação desta PEC representa um marco para o Estado de Rondônia e seus cidadãos.

Ela repara uma injustiça histórica.

A medida atendeu não só aos interesses dos servidores, transferidos para os quadros da União, quanto aos do Estado, trazendo benefícios para todos.

Ela permitirá uma folga nas contas do Estado, possibilitando ao governo aplicar esses recursos em setores mais carentes de investimentos, como saúde, educação, segurança e infra-estrutura ou, ainda, na reposição salarial dos servidores que permanecem nos quadros estaduais.

Pois bem, após participar da solenidade de promulgação da “PEC da Transposição”, estou plenamente confiante na celeridade, por parte de Sua Excelência Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, para que, o mais breve possível, os servidores possam, após esta árdua batalha, colher os frutos desta vitória.

Ninguém melhor do que o Ministro Paulo Bernardo, conhecedor dos anseios dos trabalhadores, para agilizar este processo, que trará melhorias para a gestão pública de nosso Estado e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento econômico e a inclusão social em nosso país.

Fiquemos tranquilos, o processo está em boas mãos!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 17, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que *dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 (proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 29.10.2009) Relator revisor: Senador Roberto Cavalcanti (Sobrestando a pauta a partir de: 15-10-2009)

Prazo final prorrogado: 7-2-2010

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator:

Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação)*.

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades*.

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003 (nº 4.647/2004, naquela Casa), da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras*.

Parecer sob nº 1.758, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi, favorável às Emendas nºs 1 e 3 e contrário à Emenda nº 2.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro*

de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe redado Sistema Único de Saúde – SUS.*

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do

Regimento Interno), Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).*

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.*

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora *ad hoc*: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos)*.

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação*.

Parecer favorável, sob nº 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil*.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino*.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa)*.

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem*.

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e

– de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004,

na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos)*.

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e das outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)*.

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Neuto de Conto.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)*.

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superinten-*

dência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Shessarenko; e
– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social*.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal*.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99,

na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*. Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2009 (nº 293/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 185 (revisada) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexos, adotada durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho daquela Organização, realizada em 2003, em Genebra, a qual trata do novo Documento de Identidade do Trabalhador Marítimo, com vistas na sua ratificação e entrada em vigor no Brasil*.

Parecer favorável, sob nº 1.910, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2009 (nº 383/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em 4 de abril de 2007, em Brasília*.

Parecer favorável, sob nº 1.911, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 396, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2009 (nº

789/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de julho de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.912, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Pedro.

50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 499, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2009 (nº 1.350/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Paramaribo, em 22 de abril de 2008*.

Parecer favorável, sob nº 1.913, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 656, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2009 (nº 2.373/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005*.

Parecer favorável, sob nº 2.009, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 660, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2009 (nº 1.385/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Econômica Monetária do Oeste Africano na Área de Biocombustíveis, celebrado em Uagadugu, em 15 de outubro de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.914, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional, Relator: Senador João Tenório.

53

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 719, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2009 (nº 1.052/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.915, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Mozarildo Cavalcanti.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “*ad hoc*”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria

da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.*

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.*

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui*

a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

65

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 356, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando que seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "RIO + 20", em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.*

Parecer favorável, sob nº 2.071, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

66

REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).*

67

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

68

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de*

Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)

69

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).*

70

REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, *solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).*

71

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).*

72

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308, 355 e 431, de 2003; 352, de 2004; 121 e 370, de 2005; 86, de 2006; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).*

73

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: – Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e – Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).*

74

REQUERIMENTO Nº 1.227, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.227, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao Governo do Estado de São Paulo pela iniciativa de treinar as equipes do Programa de Saúde da Família para ajudar fumantes a largar o vício.*

Parecer favorável, sob nº 2.020, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

75

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

76

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

77

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.*

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.318, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso aos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas, pela realização do “Seminário Pré-Sal e o Futuro do Brasil”.*

Parecer favorável, sob nº 2.021, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

79 REQUERIMENTO Nº 1.359, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.359, de 2009, do Senador Efraim Morais, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (comprovação de adimplência quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União).*

80

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).*

81

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).*

82

REQUERIMENTO Nº 1.389, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.389, de 2009, do Senador Eliseu Resende, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, por tratarem do mesmo assunto (cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia).*

83

REQUERIMENTO Nº 1.414, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.414, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (define condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade).*

84

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

85

REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos

Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).*

86

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).*

87

REQUERIMENTO Nº 1.465, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.465, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade).*

(Pendente de apreciação o Requerimento nº 1.513, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, de retirada do Requerimento nº 1.465, de 2009).

88

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004,*

por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.

89

REQUERIMENTO Nº 1.514, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.514, de 2009, da Comissão de Relações

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 42 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 210ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2009

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 180, de 14 de novembro de 2009)

RETIFICAÇÕES

No Sumário, 1ª coluna, item 1.2.1 – **Comunicação da Presidência**, para correção da fala

Onde se lê

Protocolado pela Secretaria-Geral da Mesa recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009. No entanto, o referido recurso deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto § 4º do art. 91 do Regimento Interno.

Leia-se:

Protocolado pela Secretaria-Geral da Mesa recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2009. No entanto, o referido recurso deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto § 4º do art. 91 do Regimento Interno.

Na Ata, à página 59246, 1ª coluna, substitua-se o seguinte texto:

O SR. PRESIDENTE (Senador Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009. No entanto, o referido recurso deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto § 4º do art. 91 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Senador Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2009. No entanto, o referido recurso deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto § 4º do art. 91 do Regimento Interno.

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 438 , DE 2009

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em favor do Senado Federal, no âmbito do Poder Legislativo, Remanejamento entre Ações constante do Orçamento, no valor total de R\$ 57.050.000,00 (cinquenta e sete milhões e cinquenta mil reais).

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e considerando as disposições contidas na Portaria nº 01/SOF/MP, de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Na forma de remanejamento de dotações e sem acréscimo da despesa global, ficam abertos no Orçamento do Senado Federal, para remanejamento interno de créditos no valor total de R\$ 57.050.000,00 (cinquenta e sete milhões e cinquenta mil reais), em favor das Unidades Orçamentárias 02.101 – Senado Federal; 02.103 – Secretaria Especial de Informática – PRODASEN; e 02.104 - Secretaria Especial de Editoração e Publicações, para atender à programação constante dos anexos deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem dos cancelamentos parciais dos subtítulos dos orçamentos das referidas Unidades Orçamentárias, conforme descritos nos anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de novembro de 2009.



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

ÓRGÃO: 02000 - SENADO FEDERAL
 UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0551		ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL							17.100.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
01 122	0551 09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS							7.100.000
01 122	0551 09HB 0001	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS - NACIONAL	F	1	0	91	0	100	7.100.000
		ATIVIDADES							
01 031	0551 4061	PROCESSO LEGISLATIVO							10.000.000
01 031	0551 4061 0001	PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL	F	1	1	90	0	100	10.000.000
0089		PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO							37.500.000
09.272	0089.0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES							37.500.000
09 272	0089.0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1	1	90	0	100	37.500.000
TOTAL - FISCAL									17.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									37.500.000
TOTAL - GERAL									54.600.000

ORGAO: 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									54.600,000
		OPERACOES ESPECIAIS							
01 031	0551 0C04	CRIACAO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERACOES NO AMBITO DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO							47.500,000
01 031	0551 0C04 0001	CRIACAO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERACOES NO AMBITO DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - NACIONAL	F	1	1	90	0	100	47.500,000
		ATIVIDADES							
01 122	0551 20AK	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIACAO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERACOES							7.100,000
01 122	0551 20AK 0001	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIACAO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERACOES - NACIONAL	F	1	0	91	0	100	7.100,000
TOTAL - FISCAL									54.600,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									54.600,000

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									2.100.000
ATIVIDADES									
01 306	0551 2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							2.100.000
01 306	0551 2012 0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							2.100.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1 551	F	3	1	90	0	100	2.100.000
TOTAL - FISCAL									2.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.100.000

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									2.100.000
ATIVIDADES									
01 031	0551 4061	PROCESSO LEGISLATIVO							2.100.000
01 031	0551 4061 0001	PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL							2.100.000
			F	4	2	90	0	100	2.100.000
TOTAL - FISCAL									2.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.100.000

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									70.000
		ATIVIDADES							
01 306	0551 2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							70.000
01 306	0551 2012 0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1 551	F	3	1	90	0	100	70.000
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									70.000
		ATIVIDADES							
01 031	0551 4061	PROCESSO LEGISLATIVO							70.000
01 031	0551 4061 0001	PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	70.000
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000

ORGÃO : 02000 - SENADO FEDERAL
 UNIDADE : 02104 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES DO SENADO FEDERAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									280.000
		ATIVIDADE							
01 306	0551 2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							280.000
01 306	0551 2012 0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	280.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1.040							280.000
TOTAL - FISCAL									280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.000

ORGÃO : 02000 - SENADO FEDERAL
 UNIDADE : 02104 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES DO SENADO FEDERAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									280.000
		ATIVIDADE							
01 031	0551 4597	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS							280.000
01 031	0551 4597 0001	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	280.000
		EXEMPLAR (UNIDADE) 28 160 264							280.000
TOTAL - FISCAL									280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.000

Ofício nº 0166/2009-SSPLAC

Brasília, 16 de novembro de 2009.

Senhora Diretora,

É sabido que o Senado Federal realizou convênio com o **BANCO DO BRASIL S/A**, com a finalidade de conceder empréstimos a servidores do Senado Federal, com mais de 6(seis) meses de exercício no cargo, sob consignação em folha de pagamento.

Conforme regem os termos pactuados, o referido convênio deverá ser publicado no Diário do Senado Federal, como condição de eficácia dos atos.

Desta forma, de ordem do Diretor da SSPLAC, solicito-lhe os préstimos no sentido de proceder à supracitada publicação, encaminhando-lhe, para tanto, as informações abaixo:

OBJETO:

Concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal e seus órgãos supervisionados.

REPRESENTANTE PELO SENADO FEDERAL

Diretor Geral

HAROLDO FEITOSA TAJRA

CONVENENTE:

BANCO DO BRASIL S/A

Convênio nº CN20090010

Processo nº 010.182/03-9

Representante: Alberto Magno de Almeida Leite

Atenciosamente,



JOSÉ TÁDEU DE AMORIM
Diretor da SSPLAC

Ilustríssima Senhora
MARIA AMALÍA FIGUEIREDO DA LUZ
Diretora da Subsecretaria de Ata / SSATA
Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patricia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ^(1,4)
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo final: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**.. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽²⁾
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO ⁽³⁾

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres ^(1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009, QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁰⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁵⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁷⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁰⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,33)
Tião Viana (PT) ⁽²⁹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁴⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁸⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	6. Sadi Cassol (PT) ^(4,31,81,82,83)
César Borges (PR) ⁽³⁸⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³⁹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(56,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(58,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(66,69)
Gerson Camata (PMDB) ^(64,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,57)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵³⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,57,80)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,55,60)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,68,70)
Pedro Simon (PMDB) ^(54,59)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(1,57)
Renan Calheiros (PMDB) ^(62,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(62,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁹⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,45)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁷⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁵¹⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁸⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴²⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,44)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁵²⁾
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) ^(5,50)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²²⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,26,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(23,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁷⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²³⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(24,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴³⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,43)
Gim Argello ⁽⁴³⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴³⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,35,71,81)	1. VAGO (31,78)
Augusto Botelho (PT) (26)	2. César Borges (PR) (36)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (29)
Marcelo Crivella (PRB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (28,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (30,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (33,60,62)	6. VAGO (33)
Renato Casagrande (PSB) (33,58,64)	7. José Nery (PSOL) (33,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (48,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (54)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,55)	3. Valdir Raupp (PMDB) (52)
VAGO (57,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (53,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (49)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (41)
Rosalba Ciarlini (DEM) (40)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (44,70,72)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,46)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,38)
Raimundo Colombo (DEM) (39)	4. José Agripino (DEM) (4,37)
Flávio Arns (PSDB) (21,43,84)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (22,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. VAGO (23,82,86)
Papaléo Paes (PSDB) (25)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (24,45,83)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (17,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
26. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
39. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).

81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

83. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

84. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).

85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).

86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. Leomar Quintanilha (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.

3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.

10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDB).

15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)⁽⁶⁾	
Serys Shlessarenko (PT) (32,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (34)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (37,44)
João Pedro (PT) (30,44,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,65)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,64)
Almeida Lima (PMDB) (60,65)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,68,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,65)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,65)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,65)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,65)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (45)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (52,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (46)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (24,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,75,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,70,90,92)
PTB⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (47)	1. Gim Argello (49)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Flávio Torres (11,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
47. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDDB)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,90,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,30)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. VAGO (32,96)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,36)
Paulo Paim (PT) (34,39,66)	4. José Nery (PSOL) (38)
Inácio Arruda (PC DO B) (37)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (35,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (35,71)
Sadi Cassol (PT) (33,85,86,87)	7. Marina Silva (PV) (35,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (64)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (64,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	3. Pedro Simon (PMDB) (64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (61)	4. Neuto De Conto (PMDB) (55)
Gerson Camata (PMDB) (53)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,59,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,57)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (62)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (40)
José Agripino (DEM) (13,50)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,43)
Adelmir Santana (DEM) (42)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,52)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. VAGO (28,68,75,84,89,97)
Flávio Arns (PSDB) (29,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) (22)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,69,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (27)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (23)
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
43. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Feury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (33)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,32)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,29)	1. Sérgio Zambiasi (29)
PDT	
Jefferson Praia (8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque (13,37,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
- Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
- Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
- * Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)⁽⁶⁾	
VAGO (20,53,60,61)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (20)	2. Serys Shessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (20)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,19,28)
VAGO (3,23,48,49,57)	4. Marina Silva (PV) (19,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (19,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (34,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (33)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,27)	1. Heráclito Fortes (DEM) (25)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. VAGO (18,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
28. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁵⁾	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,10)
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,11)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹²⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(44,68,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(40,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(39,72)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
João Pedro (PT) ⁽³⁸⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴¹⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,54,70,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,43,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶⁴⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶³⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,71,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,62)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,50)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,56)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁶⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,35,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁷⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Flávio Torres ^(31,60,81,82)	1. Cristovam Buarque ^(20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
44. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shhessarenko (PT) (17)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (17,34,59)	2. Paulo Paim (PT) (19,34,55)
Ideli Salvatti (PT) (17)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. VAGO (24,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (16)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,46)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (44)
Valdir Raupp (PMDB) (54,58)	5. VAGO (43,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,60,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (36)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)
Eliseu Resende (DEM) (29)	2. Efraim Morais (DEM) (27)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (31)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (30,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (38)
Kátia Abreu (DEM) (7,37)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (41,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (15,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,61)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (33)	1. Gim Argello (33)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
28. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
33. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
34. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (23)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Shessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,43,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,42)	3. Valdir Raupp (PMDB) (46)
Almeida Lima (PMDB) (48)	4. Gerson Camata (PMDB) (41,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (38)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (36,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (34)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (30)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽¹⁷⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽¹⁷⁾
Sadi Cassol (PT) ^(19,62)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
Augusto Botelho (PT) ^(20,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(23,60,61,63,65)
César Borges (PR) ^(22,54)	4. Serys Shlessarenko (PT) ^(21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,41,44,59)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(37,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(38,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(35,39)
Valter Pereira (PMDB) ^(34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(42,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁶⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,33)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁸⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,24)
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
VAGO ^(15,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) ^(16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(13,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,29)	1. Sérgio Zambiasi ^(29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,44)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Majoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,42)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,26)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (23)	4. Kátia Abreu (DEM) (24)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,29)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Flávio Torres (13,32,50,51)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	3. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

4ª Designação Geral: 12.02.2009

Presidente: Senador Marco Maciel ²
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia ²

PMDB
Senador Wellington Salgado de Oliveira (MG) ¹
DEM
Senador Marco Maciel (PE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ⁵
PR
VAGO 5
PDT
VAGO (4,6)
PSB
Senador Renato Casagrande (ES)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL
Senador José Nery (PA)

(Atualizada em 16.11.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Anexo II, Térreo - Senado Federal
Telefones: 3303-4561 e 3303-5259
scop@senado.gov.br

¹ Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

² Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

⁵ Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

⁴ Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº 61/09-LPDT).

⁵ Em 05.11.2009, o Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato.

⁶ Vago em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato, em 16.11.2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) ²
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

³ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



Edição de hoje: 190 páginas

OS: 2009/18465